



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Paraná
13ª Vara Federal de Curitiba

Av. Anita Garibaldi, 888, 2º andar - Bairro: Ahu - CEP: 80540-180 - Fone: (41)3210-1681 -
www.jfpr.jus.br - Email: pretb13dir@jfpr.jus.br

AÇÃO PENAL Nº 5026212-82.2014.4.04.7000/PR

AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

RÉU: WALDOMIRO DE OLIVEIRA

ADVOGADO: JEFFREY CHIQUINI DA COSTA

RÉU: PEDRO ARGESE JUNIOR

ADVOGADO: MARCELLO RADUAN MIGUEL

ADVOGADO: HAROLDO CESAR NATER

RÉU: PAULO ROBERTO COSTA

ADVOGADO: JOAO MESTIERI

ADVOGADO: JOAO DE BALDAQUE DANTON COELHO MESTIERI

ADVOGADO: FERNANDA PEREIRA DA SILVA MACHADO

ADVOGADO: RODOLFO DE BALDAQUE DANTON COELHO MESTIERI

ADVOGADO: EDUARDO LUIZ DE BALDAQUE DANTON COELHO PORTELLA

ADVOGADO: Cássio Quirino Norberto

RÉU: MARCIO ANDRADE BONILHO

ADVOGADO: SANDRO DALL A VERDE

ADVOGADO: MAURICIO SCHAUN JALIL

ADVOGADO: HENRIQUE FELIPE FERREIRA

ADVOGADO: LUIZ FLAVIO BORGES D'URSO

RÉU: LEONARDO MEIRELLES

ADVOGADO: MARCELLO RADUAN MIGUEL

ADVOGADO: HAROLDO CESAR NATER

RÉU: LEANDRO MEIRELLES

ADVOGADO: HAROLDO CESAR NATER

RÉU: ESDRA DE ARANTES FERREIRA

ADVOGADO: MARCELLO RADUAN MIGUEL

ADVOGADO: HAROLDO CESAR NATER

RÉU: MURILO TENA BARRIOS

ADVOGADO: MAURICIO SCHAUN JALIL

ADVOGADO: LUIZ FLAVIO BORGES D'URSO

RÉU: ANTONIO ALMEIDA SILVA

ADVOGADO: RAFAEL RODRIGUES CHECHE

RÉU: ALBERTO YOUSSEF

ADVOGADO: RODOLFO HEROLD MARTINS

ADVOGADO: ANTONIO AUGUSTO LOPES FIGUEIREDO BASTO

ADVOGADO: LUIS GUSTAVO RODRIGUES FLORES

ADVOGADO: NILTON SERGIO VIZZOTTO

ADVOGADO: ADRIANO SÉRGIO NUNES BRETAS

ADVOGADO: ANTONIO DOS SANTOS JUNIOR

SENTENÇA

13.^a VARA FEDERAL CRIMINAL DE CURITIBA

PROCESSO n.º **5026212-82.2014.404.7000**

AÇÃO PENAL

Autor: Ministério Público Federal

Réus:

1) Alberto Youssef, brasileiro, casado, comerciante, nascido em 06/10/1967, portador da CIRG 3.506.470-2/SSPPR, inscrito no CPF sob o nº 532.050.659-72, atualmente preso na carceragem da Polícia Federal em Curitiba/PR;

2) Antônio Almeida Silva, português, casado, técnico contábil, nascido em 12/06/1956, filho de Manoel Alves da Silva e Maria Emilia de Almeida Cunha, portador da CRNE W252007-9, inscrito no CPF sob o nº 233.905.228-91, com endereço conhecido nos autos;

3) Esdra de Arantes Ferreira, brasileiro, casado, empresário, nascido em 05/12/1975, filho de Hildebrando Ferreira e Ana Georgina de Arantes Ferreira, portador da CIRG 23.428.471-7/SP, inscrito no CPF sob o nº 259.541.118-71, com endereço conhecido nos autos;

4) Márcio Andrade Bonilho, brasileiro, solteiro, empresário, nascido em 17/07/1966, filho de Sebastião José Bonilho e Abigahir Andrade Bonilho, portador da CIRG 13.442.233-8/SP, inscrito no CPF sob

o nº 075.655.078-57, com endereço conhecido nos autos;

5) Murilo Tena Barros, brasileiro, casado, empresário, nascido em 25/08/1955, filho de Jorge Franco Barrios e Aurora Tena Barrios, portador da CIRG 6148482/SP, inscrito no CPF sob o nº 007.561.158-92, com endereço conhecido nos autos;

6) Leandro Meirelles, brasileiro, divorciado, empresário, nascido em 22/09/1985, filho de Luiz Carlos Meirelles e Wilma Ribeiro Meirelles, portador da CIRG 35.661.000-7/SP, inscrito no CPF sob o nº 336.159.598-33, com endereço conhecido nos autos;

7) Leonardo Meirelles, brasileiro, divorciado, empresário, nascido em 02/05/1975, filho de Luiz Carlos Meirelles e Wilma Ribeiro Meirelles, portador da CIRG 21.148.890-X/SP, inscrito no CPF sob o nº 265.416.238-99, com endereço conhecido nos autos;

8) Paulo Roberto Costa, brasileiro, casado, engenheiro, nascido em 01/01/1954, inscrito no CPF sob o nº 302.612.879-15, com endereço conhecido nos autos;

9) Pedro Argese Júnior, brasileiro, casado, empresário, nascido em 02/05/1975, filho de Luiz Carlos Meirelles e Wilma Ribeiro Meirelles, portador da CIRG 21.148.890-X/SP, inscrito no CPF sob o nº 265.416.238-99, com endereço conhecido nos autos; e

10) Waldomiro Oliveira, brasileiro, casado, aposentado, nascido em 15/11/1960, filho de Pedro Argese e Odeth Fernandes de Carvalho, portador da CIRG 12247411/SP, inscrito no CPF sob o nº 033.756.918-58, com endereço conhecido nos autos.

I. RELATÓRIO

1. Trata-se de denúncia formulada pelo MPF pela prática de crimes de lavagem de dinheiro (art. 1º, caput, inciso V, da Lei nº 9.613/1998) e de crimes de pertinência a grupo criminoso organizado (art. 2º da Lei nº 12.850/2013) contra os acusados acima nominados.

2. A denúncia tem por base o inquérito 5049557-14.2013.404.7000 e processos conexos.

3. Reporta-se a denúncia, em síntese, a desvios de numerário público ocorridos na construção da Refinaria Abreu e Lima - RNEST, no Município de Ipojuca, Estado de Pernambuco, o que teria ocorrido através do pagamento de contratos superfaturados a empresas que prestaram serviços direta ou indiretamente à Petróleo Brasileiro S/A - Petrobras, isso no período de 2009 a 2014. A obra, orçada inicialmente em 2,5 bilhões de reais, teria alcançado atualmente o valor global superior a 20 bilhões de reais.

4. O acusado Paulo Roberto Costa, como Diretor de Abastecimento da Petróleo Brasileiros S/A - Petrobrás durante 2004 a 2012 e como conselheiro de administração da refinaria desde 2008, era um dos responsáveis pelos contratos de construção da Refinaria e pelo acompanhamento da obra.

5. Na refinaria, coube ao Consórcio Nacional Camargo Correa - CNCC, liderado pela empresa Construções Camargo e Correa S/A, a construção da Unidade de Coqueamento Retardado-UCR, contrato 0800.00534457.09.2. Haveria indícios de que o referido contrato teria sido superfaturado, conforme conclusões efetuadas pelo Tribunal de Contas da União - TCU. O TCU teria apontado, no referido contrato, superfaturamento entre R\$ 446.217.623,17 e R\$ 207.956.051,72. Cópia da auditoria e das conclusões do TCU instruem a denúncia.

6. Na execução do contrato, o CNCC teria contratado as empresas Sanko Sider Ltda. e a Sanko Serviços de Pesquisa e Mapeamento, dos acusados Murilo Barrios e Márcio Bonilho, para fornecimento de materiais e serviços. Quebra de sigilo fiscal revelou o repasse de cerca de R\$ 113.000.000,00 entre 2009 e 2013 do CNCC as duas empresas.

7. Durante as investigações que levaram à propositura da denúncia, foram identificadas diversas transferências efetuadas pelas empresas Sanko Sider e Sanko Serviços às empresas MO Consultoria e Laudos Estatísticos e GFD Investimentos.

8. Cerca de R\$ 26.040.314,18, entre 2009 e 2013, foram transferidos, em setenta transações, das empresas Sanko Sider e Sanko Serviços somente à MO Consultoria, como revelado por quebras autorizadas judicialmente de sigilo bancário e fiscal, bem como por planilhas apreendidas durante a investigação criminal.

9. Segundo a denúncia, as empresas MO e GFD seriam de fato controladas pelo acusado Alberto Youssef, embora colocadas em nome de pessoas interpostas. A MO seria empresa meramente de fachada, sem existência real, enquanto a GFD seria utilizada para ocultação do patrimônio de Alberto Youssef.

10. Ainda segundo a denúncia, as transferências não teriam justificativa econômica lícita e caracterizariam lavagem dos valores previamente superfaturados na construção da Refinaria Abreu e Lima.

11. A conta da MO Consultoria teria recebido ainda valores de outras empreiteiras, mas essas transferências não compõem o objeto da presente ação penal.

12. Apesar da referência acima às transferências para a GFD constantes nas planilhas, a denúncia presente também não as abrange.

13. Parte dos valores destinados a MO Consultoria teria sido, supervenientemente, pulverizado em saques em espécie e em transferências para contas controladas por Alberto Youssef, como Labogen Química, Indústria Labogen, Piroquímica, RCI Software e Empreiteira Rigidez, bem como para conta pessoal do acusado Waldomiro Oliveira.

14. Parte dos valores transferidos às empresas Labogen Química, Indústria Labogen e Piroquímica foi, posteriormente, remetida ao exterior mediante contratos de câmbio fraudulentos para pagamento de importações fictícias.

15. Essas operações de lavagem de dinheiro teriam por objetivo ocultar os valores destinados ao grupo criminoso no antecedente esquema de desvio de recursos na construção da Refinaria Abreu e Lima.

16. Imputa a denúncia esses fatos aos referidos acusados, discriminando suas responsabilidades individuais.

17. Ainda imputa aos acusados o crime de pertinência a grupo criminoso organizado do art. 2º da Lei nº 12.850/2013, pois teriam formado grupo estruturado para a prática de crimes de lavagem, com pena máxima superior a quatro anos. Alberto Youssef e Paulo Roberto seriam os líderes do grupo criminoso e seriam os principais responsáveis pela lavagem de dinheiro dos recursos desviados. Os demais teriam participação segundo as variadas etapas da lavagem, como discriminado na denúncia.

18. Imputa, a denúncia, exclusivamente a Alberto Youssef e Paulo Roberto Costa a conduta de lavagem de dinheiro consistente na utilização de parte dos valores desviados para aquisição, em 15/05/2013 e por R\$ 250.000,00, de um veículo Land Rover Evoque, o que teria sido feito mediante depósitos por pessoas interpostas na conta da empresa vendedora do veículo, por ordem de Alberto Youssef e com a colocação da propriedade em nome de Paulo Roberto Costa.

19. A denúncia foi recebida nos termos da decisão de 24/04/2014 (evento 3). Foi rejeitada a imputação do crime de pertinência a organização criminosa contra os acusados Alberto Youssef, Esdra de Arantes Ferreira, Leandro Meirelles, Leonardo Meirelles e Pedro Argese Júnior, por litispendência com a mesma imputação constante na ação penal conexa 5025699-17.2014.404.7000.

20. Por força de liminar concedida pelo eminente Ministro Teori Zavascki na Reclamação 17.623, o trâmite processual foi suspenso em 20/05/2014, com a remessa do feito ao Supremo Tribunal Federal (evento 64). Em 11 de junho de 2014, o feito retomou seu curso, após ter sido devolvido do Supremo Tribunal Federal, em decorrência de decisão unânime, em 10/06/2015, da Segunda Turma daquela Egrégia Corte na Questão de Ordem na Ação Penl 873 (eventos 103 e 1.317).

21. Os acusados apresentaram respostas preliminares por defensores constituídos (eventos 127, 140, 298, 310, 342, 346, 353, 354 e 384).

22. As respostas preliminares foram examinadas pela decisão de 09/07/2014 (evento 393).

23. Foram ouvidas as testemunhas de acusação e de defesa (eventos 554, 730, 755, 772, 787, 888, 914, 915, 944, 967, 1.024 e 1.084).

24. Foi deferida perícia requerida pela Defesa de Márcio Bonilho e de Murilo Barros. O laudo pericial foi juntado no evento 968.

25. Os acusados foram interrogados (eventos 1.025, 1.080, 1.101 e 1.167).

26. Os requerimentos das partes na fase do art. 402 do CPP foram apreciados nos termos da decisão 29/10/2014 (evento 1.140).

27. O MPF, em alegações finais (evento 1.264), argumentou: a) que a questão da competência já foi resolvida no julgamento das exceções, tendo também sido reconhecida pela instância recursal e pelos Tribunais superiores; b) que a denúncia é regular e embasada em justa causa; c) que as interceptações telefônicas e telemática foram válidas; d) que em crimes graves e complexos tem a prova indiciária relevante papel; e) que os crimes de associação ou de organização criminosa não se confundem com os crimes concretos praticados pelo grupo criminoso; f) que a organização criminosa dedicava-se a desviar valores da Petrobras mediante contratações com sobrepreço e superfaturadas e posterior lavagem de dinheiro e repasse aos envolvidos e também agentes públicos; g) que as atividades da organização se estenderam até 2014; h) que houve superfaturamento e sobrepreço no contrato da Petrobras com o Consórcio Nacional Camargo Correa - CNCC para a obra na RNEST; i) que há igualmente indícios de fraude na licitação; j) que os recursos desviados do contrato foram repassados para Alberto Youssef, Paulo Roberto Costa e outros agentes públicos mediante superfaturamento de mercadorias e simulação de serviços em contratos do Consórcio Nacional Camargo Correa - CNCC com as empresas Sanko e destas para a MO Consultoria, com posterior repasses a outras empresas de fachada; ek) que há prova de autoria e de participação em relação a todos os acusados, salvo Murilo Tena Barrios. Pede a condenação dos acusados nos termos da denúncia, ressalvando a absolvição de Murilo Tena Barrios. Na peça do evento 1.392 ainda se manifestou sobre a redução de pena decorrente do acordo de colaboração de Alberto Youssef.

28. A Defesa de Márcio Andrade Bonilho e de Murilo Tena Barrios, em alegações finais, argumenta (evento 1.366): a) que houve cerceamento de defesa porque os defensores foram impedidos de indagar a Alberto Youssef e a Paulo Roberto Costa, em seus interrogatórios, o nome dos agentes políticos beneficiados pelas propinas na Petrobras; b) que houve cerceamento de defesa pois os defensores não tiveram acesso ao conteúdo

dos depoimentos prestados na colaboração premiada antes do interrogatório dos acusados Alberto Youssef e Paulo Roberto Costa; c) que houve violação do princípio da indivisibilidade da ação penal; d) que a instrução revelou que a Sanko Sider e a Sanko Serviços forneceram de fato mercadorias e serviços ao Consórcio Nacional Camargo Correa; e) que as empresas Sanko não tiveram contatos com agentes públicos e fizeram transferências a empresas indicadas por Alberto Youssef apenas em decorrência de comissão por intermediação comercial; f) que as empresas Sanko posteriormente firmaram contrato de consultoria com Paulo Roberto Costa, mas em período no qual este havia deixado a Petrobrás; g) que o próprio MPF pleiteou a absolvição de Murilo Tena Barrios; h) que o crime de pertinência à organização criminosa surgiu apenas com a Lei nº 12.850/2013 e só entrou em vigor no dia 19/09/2013; i) que os atos praticados por Márcio Bonilho ocorreram anteriormente à lei; j) que não existem elementos que autorizem o reconhecimento da existência de uma organização criminosa; k) que Márcio Bonilho, quanto ao crime de lavagem, não tinha conhecimento do crime antecedente, nem teve contato com qualquer agente público; e l) que Márcio Bonilho não tinha conhecimento do repasse dos valores a agentes públicos e sequer o repasse a dirigentes da Camargo Correa, o que só veio a saber ao final da relação com Alberto Youssef. Pleiteia ainda a liberação de bens, inclusive setenta e cinco mil reais apreendidos, das empresas Sanko.

29. A Defesa de Antônio Almeida Silva, em alegações finais, argumenta (evento 1.367): a) que os fatos delitivos teriam ocorrido em São Paulo, motivo pelo qual o Juízo em Curitiba seria incompetente; b) que houve nulidade por designação da audiência de instrução antes da apreciação das respostas preliminares; c) que o crime de pertinência à organização criminosa surgiu apenas com a Lei nº 12.850/2013 e só entrou em vigor no dia 19/09/2013; d) que Antônio foi acusado por ter atuado como contador da MO Consultoria; e) que o MPF está se baseando, contra Antônio, apenas no depoimento de Waldomiro de Oliveira; f) que não há provas da participação de Antônio Almeida nos fatos delitivos; g) que não houve dezenas de crime de lavagem, mas um único crime no máximo em continuidade delitiva.

30. A Defesa de Waldomiro de Oliveira, em alegações finais, argumenta (evento 1.368): a) que o Juízo de Curitiba é incompetente para julgamento do feito; b) que houve nulidade da interceptação telemática via Blackberry; c) que a denúncia é inepta por falta de individualização da conduta; d) que houve violação do princípio da obrigatoriedade e da indivisibilidade da ação penal, pois a testemunha Meire Pozza deveria ter sido denunciada; d) que o crime de pertinência à organização criminosa surgiu apenas com a Lei nº 12.850/2013 e só entrou em vigor no dia 19/09/2013; e) que não há prova dos elementos subjetivos ou objetivos do crime de pertinência à organização criminosa ou de lavagem; c) que não ocorreu crime de lavagem mas no máximo consumação do crime antecedente de corrupção; d) que não provas da participação de Waldomiro de Oliveira; e) que não houve dezenas de crime de lavagem, mas um único crime; f) que que o acusado colaborou com a Justiça.

31. A Defesa de Paulo Roberto Costa, em alegações finais (evento 1.369), realiza histórico da carreira profissional do acusado e o contexto de sua nomeação. Argumenta ainda: a) que o acusado celebrou acordo de colaboração com o MPF e revelou os seu crimes; b) que o acusado sucumbiu às vontades e exigências partidárias que lhe foram impostas; c) que o acusado arrependeu-se de seus crimes; d) que o acusado revelou fatos e provas relevantes para a Justiça criminal; e) que, considerando o nível de colaboração, o acusado faz jus ao perdão judicial ou à aplicação da pena mínima prevista no acordo.

32. A Defesa de Alberto Youssef, em alegações finais, argumenta (evento 1.378): a) que o acusado celebrou acordo de colaboração com o MPF e revelou os seu crimes; b) que o acusado revelou fatos e provas relevantes para a Justiça criminal; c) que o acusado era um dos operadores de lavagem no esquema criminoso, mas não era o chefe ou principal responsável; d) que o esquema criminoso servia ao financiamento político e a um projeto de poder; e) que o acusado não controlava a Labogen e Leonardo Meirelles não era pessoa interposta dele; e f) que, considerando o nível de colaboração, o acusado faz jus ao perdão judicial ou à aplicação da pena mínima prevista no acordo.

33. A Defesa de Leonardo Meirelles, em alegações finais, argumenta (evento 1.381, memoriais1): a) que o art. 4º, §14, da Lei n.º 12.850/2013 é inconstitucional ao obrigar a renúncia ao direito ao silêncio; b) que as provas obtidas em decorrência dos acordos de colaboração seriam inválidas; c) que houve invalidade no procedimento de homologação dos acordos pelo Supremo Tribunal Federal pois não foi franqueado aos delatados a possibilidade de impugná-los; d) que Leonardo Meirelles não era responsável pela MO Consultoria; e) que, em caso de condenação, deve ser reconhecida a colaboração de Leonardo Meirelles que prontamente admitiu os fatos delitivos e contribui para o esclarecimento dos fatos.

34. A Defesa de Pedro Argese, em alegações finais, argumenta (evento 1.381, memoriais2): a) que o art. 4º, §14, da Lei n.º 12.850/2013 é inconstitucional ao obrigar a renúncia ao direito ao silêncio; b) que as provas obtidas em decorrência dos acordos de colaboração seriam inválidas; c) que houve invalidade no procedimento de homologação dos acordos pelo Supremo Tribunal Federal pois não foi franqueado aos delatados a possibilidade de impugná-los; d) que Pedro Argese não era responsável pela MO Consultoria e não foi produzida prova na ação penal suficiente para condenação; e) que, em caso de condenação, deve ser reconhecida a colaboração de Pedro Argese que prontamente admitiu os fatos delitivos e contribui para o esclarecimento dos fatos.

35. A Defesa de Leandro Meirelles, em alegações finais, argumenta (evento 1.381, memoriais3): a) que o art. 4º, §14, da Lei n.º 12.850/2013 é inconstitucional ao obrigar a renúncia ao direito ao silêncio; b) que as provas obtidas em decorrência dos acordos de colaboração seriam inválidas; c) que houve invalidade no procedimento de homologação dos acordos pelo Supremo Tribunal Federal pois não foi franqueado aos delatados a possibilidade de impugná-los; d) que Leandro Meirelles não era

responsável pela MO Consultoria e não foi produzida prova na ação penal suficiente para condenação; e) que, em caso de condenação, deve ser reconhecida a colaboração de Leandro Meirelles que prontamente admitiu os fatos delitivos e contribui para o esclarecimento dos fatos.

36. A Defesa de Esdra de Arantes, em alegações finais, argumenta (evento 1.381, memoriais3): a) que o art. 4º, §14, da Lei n.º 12.850/2013 é inconstitucional ao obrigar a renúncia ao direito ao silêncio; b) que as provas obtidas em decorrência dos acordos de colaboração seriam inválidas; c) que houve invalidade no procedimento de homologação dos acordos pelo Supremo Tribunal Federal pois não foi franqueado aos delatados a possibilidade de impugná-los; d) que Esdra de Arantes não era responsável pela MO Consultoria e não foi produzida prova na ação penal suficiente para condenação; e) que, em caso de condenação, deve ser reconhecida a colaboração de Esdra de Arantes que prontamente admitiu os fatos delitivos e contribui para o esclarecimento dos fatos.

37. Ainda na fase de investigação, foi decretada, a pedido da autoridade policial e do Ministério Público Federal, a prisão preventiva dos acusados Alberto Youssef e Paulo Roberto Costa e Leonardo Meirelles (evento 22 do processo 5001446-62.2014.404.7000 e evento 58 do processo 5014901-94.2014.404.7000). A prisão cautelar de Alberto e de Leonardo foi implementada em 17/03/2014. A prisão cautelar de Paulo Roberto foi implementada 20/03/2014. Concedi a Leonardo Meirelles liberdade provisória mediante fiança de duzentos mil reais no processo 5001446-62.2014.404.7000 (eventos 410 e 538), sendo ele solto em 09/04/2014. Por força de liminar concedida na Reclamação 17.623, Paulo foi colocado em liberdade no dia 19/05/2014. Com a devolução do feito, foi restabelecida a prisão cautelar em 11/06/2014 (5040280-37.2014.404.7000). Em 01/10/2014, após a homologação do acordo de colaboração premiada de Paulo Roberto Costa pelo Supremo Tribunal Federal foi concedido a ele o benefício da prisão domiciliar. Alberto Youssef ainda remanesce preso na carceragem da Polícia Federal

38. Foi ainda decretada na fase da investigação a prisão temporária de Esdra de Arantes Ferreira, Leandro Meirelles, Pedro Argese Júnior e Waldomiro de Oliveira, sendo, porém, colocados em liberdade com o decurso do prazo de cinco dias.

39. No decorrer do processo, os acusados Paulo Roberto Costa e Alberto Youssef celebraram acordo de colaboração premiada com a Procuradoria Geral da República que foi homologado pelo Supremo Tribunal Federal. Cópias dos acordos foram disponibilizados nos autos (eventos 948 e 1.293 da ação penal, e evento 775 do inquérito 5049557-14.2013.404.7000).

40. No decorrer do processo, foram interpostas as exceções de incompetência de n.os 5030868-82.2014.404.7000, 5042202-16.2014.404.7000, 5030192-37.2014.404.7000, 5050788-42.2014.404.7000 e 5049826-19.2014.404.7000 e que foram rejeitadas, constando cópia da decisão no evento 681.

41. Foram também interpostas exceções de suspeição que não foram acolhidas.

42. No transcorrer do feito, foram impetrados diversos habeas corpus que foram denegados pelas instâncias recursais.

43. Os autos vieram conclusos para sentença.

II. FUNDAMENTAÇÃO

II.1

44. Questionaram as Defesas a competência territorial deste Juízo, afirmando ser competente a Justiça de São Paulo.

45. Entretanto, as mesmas questões foram veiculadas em exceções de incompetência (exceções de incompetência de n.os 5030868-82.2014.404.7000, 5042202-16.2014.404.7000, 5030192-37.2014.404.7000, 5050788-42.2014.404.7000 e 5049826-19.2014.404.7000) e que foram rejeitadas, constando cópia da decisão no evento 681.

46. Remeto ao conteúdo daquelas decisões, desnecessário aqui reiterar todos os argumentos. Transcrevo apenas a parte conclusiva:

"47. Assim, quanto à ação penal em questão, 5025699-17.2014.404.7000, tendo por objeto crimes de lavagem supostamente praticados pelo grupo criminoso dirigido por Alberto Youssef, a competência é deste Juízo pela prevenção, nos termos do art. 71 do CPP, já que se trata de fração das atividades do grupo e que o restante delas, com possível reconhecimento de continuidade delitiva, é objeto de outras ações penais em trâmite neste Juízo, que primeiro conheceu o caso, originado pela investigação de lavagem consumada em Londrina/PR, e igualmente pela conexão e continência entre as diversas ações penais e inquéritos envolvendo a assim denominada Operação Lavajato, a determinar Juízo único para os processos, a fim de evitar decisões contraditórias e dispersão de provas, nos termos dos artigos 76 e 77 do CPP. Embora formados processos separados, para evitar um acúmulo de fatos delitivos e de acusados em um único, este Juízo, diante da continuidade delitiva, conexão e continência, permanece competente sobre todos eles, nos termos dos artigos 80 e 82 do CPP, ainda que eventualmente não haja unidade de processo e julgamento.

48. A competência é também da Justiça Federal, pois, nas ações penais conexas, há crimes federais, como crimes financeiros de evasão fraudulenta de divisas (art. 22 da Lei ° 7.492/1986), inclusive tendo por objeto o envio ao exterior dos recursos lavados da Petrobrás S/A, como lavagem de produto de crimes contra a Administração Pública Federal e lavagem de produto de tráfico internacional de drogas.

49. *A lavagem de recursos desviados da Petrobrás S/A, ademais, submete-se, por si só, à competência da Justiça Federal. Embora a Petrobrás seja sociedade de economia mista, a lavagem, com recursos sendo enviados ao exterior, tem caráter transnacional, ou seja iniciou-se no Brasil e consumou-se no exterior. Por outro lado, o Brasil assumiu o compromisso de prevenir ou reprimir crime de lavagem transnacional, tendo por antecedentes crimes praticados contra a Administração Pública, entre eles corrupção e peculato, conforme art. 23 da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção de 2003 e que foi promulgada no Brasil pelo Decreto 5.687/2006. Havendo previsão em tratado e sendo o crime transnacional, incide o art. 109, V, da Constituição Federal, que estabelece o foro federal como competente.*

50. *Não há qualquer violação do princípio do juiz natural, se as regras de definição e prorrogação da competência determinam este Juízo como o competente para as ações penais, tendo os diversos fatos criminosos, envolvendo os quatro grupos de doleiros, surgido em um desdobramento natural das investigações."*

47. No desdobramento posterior das investigações a competência da Justiça Federal ficou ainda mais evidente, já que o esquema criminoso da Petrobrás serviu também para pagamento de propinas a Diretores da Petrobrás em contas no exterior, mais uma vez caracterizando corrupção e lavagem transnacional, bem como para pagamento de vantagem indevida a ex-parlamentares federais, como os ex-Deputados Federais Pedro da Silva Correa de Oliveira Andrade Neto e João Luiz Correia Argolo dos Santos (processos 5014455-57.2015.4.04.7000 e 5014474-63.2015.4.04.7000).

48. Igualmente a competência territorial da Justiça Federal de Curitiba restou mais evidenciada, já que entre os crimes conexos encontram-se desvios de recursos em contratos da Petrobrás no âmbito da Refinaria Getúlio Vargas - REPAR, que fica na região metropolitana de Curitiba/PR, e lavagem subsequente (v.g. ação penal 5012331-04.2015.4.04.7000), além de lavagem de dinheiro com recursos do esquema criminoso da Petrobrás com aquisição de imóveis em nome de pessoas interpostas em território paranaense (v.g.: ação penal 5083401-18.2014.404.7000).

49. Agregue-se que o Tribunal Recursal e os Tribunais Superiores já tiveram oportunidade de reconhecer a competência deste Juízo para a presente ação penal e para os processos da assim denominada Operação Lavajato nos diversos habeas corpus e reclamações interpostas.

50. O Supremo Tribunal Federal rejeitou as alegações das partes que caberia a ele a competência para processar e julgar esta ação penal (Questão de Ordem na Ação Penal 873/PR, Rel. Min. Teori Zavascki, un., 10/06/2015, evento 1.317).

51. Por outro lado, após a homologação dos acordos de colaboração premiada de Paulo Roberto Costa e Alberto Youssef pelo Supremo Tribunal Federal, já que por eles revelado supostos crimes

praticados por autoridades com foro privilegiado, o eminente Ministro Teori Zavascki, atendendo requerimento do Exmo. Procurador Geral da República, deferiu o desmembramento processual dos fatos, remetendo, para processo e julgamento, os fatos sem envolvimento de autoridades de foro privilegiado, para este Juízo (Petição 5.210 e Petição 5.245 do Supremo Tribunal Federal, disponibilizados às partes conforme evento 1.293 da ação penal e evento 775 do inquérito 5049557-14.2013.404.7000).

52. Entre outros julgados sobre a competência deste Juízo, destaco o seguinte acórdão do Superior Tribunal de Justiça da lavra do eminente Ministro Newton Trisotto (Desembargador Estadual convocado):

"PENAL. PROCESSO PENAL. CONSTITUCIONAL. HABEAS CORPUS IMPETRADO EM SUBSTITUIÇÃO A RECURSO PRÓPRIO. OPERAÇÃO 'LAVA JATO'. PACIENTE PRESO PREVENTIVAMENTE E DEPOIS DENUNCIADO POR INFRAÇÃO AO ART. 2º DA LEI N. 12.850/2013; AOS ARTS. 16, 21, PARÁGRAFO ÚNICO, E 22, CAPUT E PARÁGRAFO ÚNICO, TODOS DA LEI N. 7.492/1986, NA FORMA DOS ARTS. 29 E 69, AMBOS DO CÓDIGO PENAL; BEM COMO AO ART. 1º, CAPUT, C/C O § 4º, DA LEI N. 9.613/1998, NA FORMA DOS ARTS. 29 E 69 DO CÓDIGO PENAL. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

01. De ordinário, a competência para processar e julgar ação penal é do Juízo do 'lugar em que se consumar a infração ' (CPP, art. 70, caput). Será determinada, por conexão, entre outras hipóteses, 'quando a prova de uma infração ou de qualquer de suas circunstâncias elementares influir na prova de outra infração ' (art. 76, inc. III). Os tribunais têm decidido que: I) 'Quando a prova de uma infração influi direta e necessariamente na prova de outra há liame probatório suficiente a determinar a conexão instrumental ' ; II) 'Em regra a questão relativa à existência de conexão não pode ser analisada em habeas corpus porque demanda revolvimento do conjunto probatório, sobretudo, quando a conexão é instrumental; todavia, quando o impetrante oferece prova pré-constituída, dispensando dilação probatória, a análise do pedido é possível ' (HC 113.562/PR, Min. Jane Silva, Sexta Turma, DJe de 03/08/09).

02. Ao princípio constitucional que garante o direito à liberdade de locomoção (CR, art. 5º, LXI) se contrapõe o princípio que assegura a todos direito à segurança (art. 5º, caput), do qual decorre, como corolário lógico, a obrigação do Estado com a 'preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio ' (CR, art. 144). Presentes os requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal, a prisão preventiva não viola o princípio da presunção de inocência. Poderá ser decretada para garantia da ordem pública - que é a 'hipótese de interpretação mais ampla e flexível na avaliação da necessidade da prisão preventiva. Entende-se pela expressão a indispensabilidade de se manter a ordem na sociedade, que, como regra, é abalada pela prática de um delito. Se este for grave, de particular repercussão, com reflexos negativos e traumáticos na vida de muitos, propiciando àqueles que tomam conhecimento da sua realização um forte sentimento de impunidade e de insegurança, cabe ao Judiciário determinar o recolhimento do agente ' (Guilherme de Souza Nucci). Conforme Frederico Marques, 'desde que a permanência do réu,

livre ou solto, possa dar motivo a novos crimes, ou cause repercussão danosa e prejudicial ao meio social, cabe ao juiz decretar a prisão preventiva como garantia da ordem pública '.

Nessa linha, o Superior Tribunal de Justiça (RHC n. 51.072, Min. Rogério Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe de 10/11/14) e o Supremo Tribunal Federal têm proclamado que 'a necessidade de se interromper ou diminuir a atuação de integrantes de organização criminosa, enquadra-se no conceito de garantia da ordem pública, constituindo fundamentação cautelar idônea e suficiente para a prisão preventiva' (STF, HC n. 95.024, Min. Cármen Lúcia; Primeira Turma, DJe de 20.02.09).

03. Havendo fortes indícios da participação do investigado em 'organização criminosa' (Lei n. 12.850/2013), em crimes de 'lavagem de capitais' (Lei n. 9.613/1998) e 'contra o sistema financeiro nacional (Lei n. 7.492/1986), todos relacionados a fraudes em processos licitatórios das quais resultaram vultosos prejuízos a sociedade de economia mista e, na mesma proporção, em seu enriquecimento ilícito e de terceiros, justifica-se a decretação da prisão preventiva como garantia da ordem pública. Não há como substituir a prisão preventiva por outras medidas cautelares (CPP, art. 319) 'quando a segregação encontra-se justificada na periculosidade social do denunciado, dada a probabilidade efetiva de continuidade no cometimento da grave infração denunciada ' (RHC n. 50.924/SP, Rel. Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe de 23/10/2014).

04. Habeas corpus não conhecido.' (HC 302.605/PR - Rel. Min. Newton Trisotto - 5.ª Turma do STJ - un. - 25/11/2014)

53. Enfim a competência é da Justiça Federal de Curitiba/PR.

II.2

54. A Defesa de Márcio Bonilho e Murilo Tena Barrios alega que houve cerceamento de defesa pois no interrogatório de Paulo Roberto Costa e Alberto Youssef (evento 1.101) foram impedidos de indagar sobre o nome dos agentes políticos beneficiados pelo esquema criminoso na Petrobras e também porque não tiveram acesso ao conteúdo dos depoimentos prestados na colaboração premiada de ambos antes do interrogatório deles em Juízo.

55. Ora, a presente ação penal, de n.º 5026212-82.2014.404.7000, tem por objeto específico a prática de crimes de lavagem de dinheiro de recursos desviados de obras da Petróleo Brasileiro S/A - Petrobras, isso no período de 2009 a 2013, bem como do crime de pertinência a grupo criminoso organizado.

56. Assim, muito embora Paulo Roberto Costa e Alberto Youssef tenham declarado, no curso da instrução, que teria havido desvio de valores de obras da Petrobras para pagamento de propina a agentes públicos, esses fatos não compõem o objeto da presente ação penal.

57. Esta ação penal, como adiantado, tem seu objeto limitado ao crime de lavagem de dinheiro desviado de obras da Petrobras.

58. Se este dinheiro, depois de lavado, foi também utilizado para pagamento de propina a autoridades públicas, ou seja, dinheiro sujo e lavado sendo utilizado para pagamento de vantagem indevida, trata-se de um novo e posterior crime, de corrupção, e que não constitui objeto da presente ação penal.

59. Não há dúvida da relevância de tais fatos, mas não para este feito, pois eles não compõem o objeto da presente ação penal e são, portanto, irrelevantes para o julgamento, motivo pelo qual também irrelevantes para o exercício da ampla defesa pelos acusados neste processo.

60. Por esse motivo e também porque supostamente entre os beneficiários haveria autoridades com foro privilegiado, sujeitos à competência do Supremo Tribunal Federal, é que não se permitiu na referida audiência de interrogatório de Paulo Roberto Costa e Alberto Youssef a identificação nominal dos beneficiados.

61. Agregue-se que, ao tempo do interrogatório, remanesce o sigilo decretado pelo Supremo Tribunal Federal sobre esses depoimentos envolvendo autoridades com foro privilegiado, motivo pelo qual, permitir que os acusados declinassem os nomes deles iria indiretamente violar decisão da Suprema Corte.

62. A falta de identificação nominal dos supostos beneficiados na ocasião não trouxe qualquer prejuízo ao exercício do direito de defesa pelos ora acusados, considerando o objeto limitado da ação penal. Trouxe eventualmente algum prejuízo à curiosidade das partes, mas isso é irrelevante para o processo e julgamento da presente ação penal.

63. Ilustrativamente, no presente momento processual, muito embora o Supremo Tribunal Federal tenha levantado o sigilo sobre aqueles depoimentos, tornando-os públicos, não houve qualquer menção a fatos concretos de pagamento de propina a agentes políticos nas alegações finais das Defesas, inclusive nas de Márcio Bonilho e Murilo Barrios, confirmando a irrelevância do ponto para o julgamento deste feito.

64. Descabe reconhecer cerceamento de defesa por indeferimento de prova irrelevante para o julgamento e justificada pelas circunstâncias do momento.

II.3.

65. Alega a Defesa de Waldomiro de Oliveira que a denúncia seria inepta, por falta da individualização da conduta do acusado.

66. Já tratei da questão cumpridamente na decisão de 09/07/2015 (evento 393), ao apreciar as respostas preliminares:

"Não há falar em inépcia da denúncia como alegam alguns defensores. Apesar de extensa, é ela, aliás, bastante simples.

Em síntese, recursos públicos da Petrobras S/A teriam sido desviados na construção da Refinaria Abreu e Lima e lavados pelos acusados em fluxo de recursos que passa da Petrobrás para o Consórcio Nacional Camargo Correa - CNCC, controlado pela empresa Construções Camargo e Correa S/A, desta para as empresas Sanko Sider Ltda. e a Sanko Serviços de Pesquisa e Mapeamento, e destas para a MO Consultoria e Laudos Estatísticos, esta empresa, embora em nome de Waldomiro Oliveira, controlada por Alberto Youssef. Posteriormente, os valores teriam sido transferidas a outras contas de empresas controladas por Alberto Youssef, como Labogen Química, Indústria Labogen, Piroquímica, RCI Software e Empreiteira Rigidez, e parte ainda remetida ao exterior mediante contratos de câmbio fraudulentos para pagamento de importações fictícias.

A denúncia, por outro lado, discrimina as razões de imputação em relação a cada um dos denunciados."

67. No que se refere a Waldomiro, ele seria o responsável pelas empresas de fachada MO Consultoria, RCI Software e Empreiteira Rigidez, tendo, por solicitação de Alberto Youssef, permitido a sua utilização para lavagem de dinheiro e ainda assinado contratos e emitido notas fiscais fraudulentas. A imputação é facilmente compreensível e nada tem de inepta.

II.4.

68. As Defesas de Waldomiro de Oliveira, Márcio Andrade Bonilho e Murito Tena Barrios alegam violação do princípio da obrigatoriedade e da indivisibilidade pois haveria outros envolvidos no crime que não foram denunciados em conjunto.

69. O esquema criminoso de propinas e lavagem de dinheiro que acometeu a Petrobras é, pelo que as provas até o momento indicam, gigantesco, com dezenas ou centenas de fatos delitivos conexos e com o envolvimento de dezenas de envolvidos.

70. Depois da propositura da presente ação penal, outras se seguiram em uma segunda fase da investigação e persecução, como as ações penais 5083258-29.2014.404.7000 (Camargo Correa e UTC), 5083351-89.2014.404.7000 (Engevix), 5083360-51.2014.404.7000 (Galvão Engenharia), 5083401-18.2014.404.7000 (Mendes Júnior e UTC), 5083376-05.2014.404.7000 (OAS), e outras possivelmente virão.

71. No contexto, inviável reunir todos em um único processo, já que haveria dificuldades para processamento em tempo razoável, máxime quando há acusados presos.

72. Justificado, portanto, o desmembramento das ações penais, o que é expressamente autorizado no art. 80 do CPP e sem prejuízo da competência do Juízo prevento (arts. 80, 81 e 82 do CPP).

73. Se há pessoas ainda a serem denunciadas, poderá o MPF fazê-lo. Se eventualmente tiver deixado de denunciar quem deveria, a resposta processual cabível à violação da lei, é exigir a propositura da ação, instaurando se for o caso o procedimento do art. 28 do CPP. Em qualquer hipótese, a eventual omissão do MPF não tem como beneficiar aqueles que foram efetivamente denunciados.

74. Não há, portanto, omissão que gere nulidade a ser reconhecida em favor dos ora acusados.

II.5

75. Ao receber a denúncia, designei, desde logo, audiência para oitiva de testemunhas de acusação, a fim de agilizar o feito, mesmo antes da apresentação das respostas preliminares. A medida visou acelerar a instrução a bem dos acusados presos, que têm direito a um julgamento em prazo razoável, não se vislumbrando qualquer prejuízo na medida.

76. Ainda assim, as respostas preliminares foram apreciadas em 09/07/2014 (evento 393) antes da realização da primeira audiência.

77. Deste procedimento, tomado em benefício dos acusados presos, não se depreende qualquer prejuízo para eles ou para os demais acusados.

78. Então, ainda que houvesse nulidade, como alega a Defesa de Antônio Almeida, não haveria prejuízo que justificasse o reconhecimento, considerando o princípio maior que rege a matéria (art. 563 do CPP).

II.6

79. Questionou a Defesa de Waldomiro de Oliveira a validade da interceptação telemática através do Blackberry Messenger, argumentando que deveria ter sido expedido pedido de cooperação jurídica internacional já que a empresa responsável, a RIM Canadá, estaria sediada no Canadá.

80. Já demonstrei cumpridamente a validade em outros feitos da interceptação do Blackberry Messenger (v.g. decisão de 26/01/2015, evento 120, da ação penal conexa 5083376-05.2014.404.7000), argumentado, por exemplo, que os crimes investigados ocorreram no Brasil, que os investigados residiam no Brasil, que os aparelhos de comunicação encontravam-se no Brasil e, portanto, a comunicação aqui circulava, que a empresa tinha correspondente no Brasil que se encarrega de providenciar a execução da ordem, e que a jurisprudência do Tribunal Regional Federal da 4ª Região e do Superior Tribunal de Justiça, em casos análogos envolvendo a Google, afirmaram a jurisdição brasileira e a desnecessidade de pedido de cooperação internacional (v.g. *Mandado de Segurança nº 5030054-55.2013.404.0000/PR - Rel. Des. Federal João Pedro Gebran Neto - 8ª*

Turma do TRF4 - un. - j. 26/02/2014; e Questão de Ordem no Inquérito 784/DF, Corte Especial, Relatora Ministra Laurita Vaz - por maioria - j. 17/04/2013).

81. Não obstante, no presente caso, a questão é puro diversionismo, pois não há uma única mensagem telemática interceptada do Blackberry Messenger que seja relevante para o julgamento do presente feito. Esta sentença, aliás, não se reporta a nenhuma.

82. Portanto, ainda que, por hipótese, fosse reconhecida alguma invalidade, seria ela irrelevante para julgamento do presente caso.

II.7

83. Na mesma linha do tópico anterior, embora nenhuma das Defesas tenha questionado a validade da interceptação telefônica na fase de investigação em suas alegações finais, cumpre também ressaltar que a referida prova tem uma relevância também diminuta para o presente feito.

84. O acervo probatório é principalmente formado por prova documental e pericial, decorrente das quebras judiciais de sigilo bancário e fiscal.

85. Cito, como ver-se-á adiante, um único diálogo interceptado que tem relevância probatória para esta sentença. Ainda assim, diante do restante do acervo probatório, o julgamento poderia prescindir da referência.

86. Consigno esses esclarecimentos, não porque a interceptação telefônica tenha algum vício, mas para evitar, caso os questionamentos sejam ressuscitados nas instâncias recursais, discussões desnecessárias.

II.8

87. Os acordos de colaboração premiada celebrados entre a Procuradoria Geral da República e os acusados Paulo Roberto Costa e Alberto Youssef foram homologados pelo eminente Ministro Teori Zavascki do Egrégio Supremo Tribunal Federal.

88. Alega a Defesa de Leonardo Meirelles nulidades.

89. Ora, não cabe a este julgador controle de atos do Supremo Tribunal Federal.

90. De todo modo, as nulidades alegadas não se sustentam minimamente.

91. O direito ao silêncio, embora fundamental (art. 5º, LXIII, da Constituição Federal), é, por sua própria natureza, passível de renúncia, pois pode ser do interesse do acusado ou investigado falar e até mesmo

confessar ou colaborar. Primordialmente, aliás, o processo penal era visto como constituindo a oportunidade para o acusado falar e não para calar-se.

92. O art. 4, §14º, da Lei nº 12.850/2013, ao impor a renúncia do direito ao silêncio ao criminoso colaborador não é inconstitucional, pois cabe ao próprio acusado a escolha prévia entre colaborar ou não. Colaborar ficando em silêncio ou mentindo é impossível no processo penal. Rigorosamente, o dispositivo legal contém uma proteção aos eventuais delatados, ao dispor que o acusado, na colaboração, tem posição similar ao da testemunha, não podendo calar-se ou mentir sob pena, no último caso, das sanções legais.

93. É evidente, por outro lado, que o procedimento de celebração e homologação do acordo envolve apenas o titular da persecução penal, ou seja, o Ministério Público, o acusado e a respectiva Defesa. Não tem cabimento a pretensão de participação dos delatados, o que inviabilizaria a medida.

94. Aquelas pessoas implicadas em crimes pelo criminoso colaborador não ficam desprotegidas.

95. As provas decorrentes da colaboração serão utilizadas em processos nos quais participarão, com ampla defesa, os delatados.

96. A palavra do criminoso colaborador deve ser corroborada por outras provas e não há qualquer óbice para que os delatados questionem a credibilidade do depoimento do colaborador e a corroboração dela por outras provas.

97. Em qualquer hipótese, não podem ser confundidas questões de validade com questões de valoração da prova.

98. Argumentar, por exemplo, que o colaborador é um criminoso profissional ou que descumpriu acordo anterior é um questionamento da credibilidade do depoimento do colaborador, não tendo qualquer relação com a validade do acordo ou da prova.

99. Questões relativas à credibilidade do depoimento resolvem-se pela valoração da prova, com análise da qualidade dos depoimentos, considerando, por exemplo, densidade, consistência interna e externa, e, principalmente, com a existência ou não de prova de corroboração.

100. Ainda que o colaborador seja um criminoso profissional e mesmo que tenha descumprido acordo anterior, como é o caso de Alberto Youssef, se as declarações que prestou soarem verazes e encontrarem corroboração em provas independentes, é evidente que remanesce o valor probatório do conjunto.

101. Não desconhece este julgador as polêmicas em volta da colaboração premiada.

102. Entretanto, mesmo vista com reservas, não se pode descartar o valor probatório da colaboração premiada. É instrumento de investigação e de prova válido e eficaz, especialmente para crimes complexos, como crimes de colarinho branco ou praticados por grupos criminosos, devendo apenas serem observadas regras para a sua utilização, como a exigência de prova de corroboração.

103. Sem o recurso à colaboração premiada, vários crimes complexos permaneceriam sem elucidação e prova possível. A respeito de todas as críticas contra o instituto da colaboração premiada, toma-se a liberdade de transcrever os seguintes comentários do Juiz da Corte Federal de Apelações do Nono Circuito dos Estados Unidos, Stephen S. Trott:

"Apesar disso e a despeito de todos os problemas que acompanham a utilização de criminosos como testemunhas, o fato que importa é que policiais e promotores não podem agir sem eles, periodicamente. Usualmente, eles dizem a pura verdade e ocasionalmente eles devem ser usados na Corte. Se fosse adotada uma política de nunca lidar com criminosos como testemunhas de acusação, muitos processos importantes - especialmente na área de crime organizado ou de conspiração - nunca poderiam ser levados às Cortes. Nas palavras do Juiz Learned Hand em United States v. Dennis, 183 F.2d 201 (2d Cir. 1950) aff'd, 341 U.S. 494 (1951): 'As Cortes têm apoiado o uso de informantes desde tempos imemoriais; em casos de conspiração ou em casos nos quais o crime consiste em preparar para outro crime, é usualmente necessário confiar neles ou em cúmplices porque os criminosos irão quase certamente agir às escondidas.' Como estabelecido pela Suprema Corte: 'A sociedade não pode dar-se ao luxo de jogar fora a prova produzida pelos decaídos, ciumentos e dissidentes daqueles que vivem da violação da lei' (On Lee v. United States, 343 U.S. 747, 756 1952).

Nosso sistema de justiça requer que uma pessoa que vai testemunhar na Corte tenha conhecimento do caso. É um fato singelo que, freqüentemente, as únicas pessoas que se qualificam como testemunhas para crimes sérios são os próprios criminosos. Células de terroristas e de clãs são difíceis de penetrar. Líderes da Máfia usam subordinados para fazer seu trabalho sujo. Eles permanecem em seus luxuosos quartos e enviam seus soldados para matar, mutilar, extorquir, vender drogas e corromper agentes públicos. Para dar um fim nisso, para pegar os chefes e arruinar suas organizações, é necessário fazer com que os subordinados virem-se contra os do topo. Sem isso, o grande peixe permanece livre e só o que você consegue são bagrinhos. Há bagrinhos criminosos com certeza, mas uma de suas funções é assistir os grandes tubarões para evitar processos. Delatores, informantes, co-conspiradores e cúmplices são, então, armas indispensáveis na batalha do promotor em proteger a comunidade contra criminosos. Para cada fracasso como aqueles acima mencionados, há marcas de trunfos sensacionais em casos nos quais a pior escória foi chamada a depor pela Acusação. Os processos do famoso Estrangulador de Hillside, a Vovó da Máfia, o grupo de espionagem de Walker-Whitworth, o último processo contra John Gotti, o primeiro caso de bomba do World Trade Center, e o caso da bomba do Prédio Federal da cidade de Oklahoma, são alguns poucos dos milhares de exemplos de casos nos quais esse tipo de

testemunha foi efetivamente utilizada e com surpreendente sucesso." (TROTT, Stephen S. O uso de um criminoso como testemunha: um problema especial. Revista dos Tribunais. São Paulo, ano 96, vo. 866, dezembro de 2007, p. 413-414.)

104. Em outras palavras, crimes não são cometidos no céu e, em muitos casos, as únicas pessoas que podem servir como testemunhas são igualmente criminosos.

105. O criminoso não é coagido ilegalmente a colaborar, por evidente. A colaboração sempre é voluntária ainda que não espontânea.

106. Nunca houve qualquer coação ilegal contra quem quer que seja da parte deste Juízo, do Ministério Público ou da Polícia Federal na assim denominada Operação Lavajato. As prisões cautelares foram requeridas e decretadas porque presentes os seus pressupostos e fundamentos, boa prova dos crimes e principalmente riscos de reiteração delitiva dados os indícios de atividade criminal grave reiterada, habitual e profissional. Jamais se prendeu qualquer pessoa buscando confissão e colaboração.

107. As prisões preventivas decretadas no presente caso e nos conexos devem ser compreendidas em seu contexto. Embora excepcionais, as prisões cautelares foram impostas em um quadro de criminalidade complexa, habitual e profissional, servindo para interromper desvios sistemáticos e duradouros de recursos públicos em obras da Petrobrás e que eram destinados ao pagamento de propinas a agentes públicos e políticos. Embora excepcionais, nunca foram elas tão necessárias, o que é ilustrado pela existência de provas de pagamentos de propinas até mesmo em 2014, quando as investigações da assim denominada Operação Lavajato tinham se tornado notórias.

108. A ilustrar a falta de correlação entre prisão e colaboração, vários dos colaboradores celebraram o acordo quando estavam em liberdade, como Pedro Barusco ou Augusto Mendonça.

109. Isso também é ilustrado no presente feito, pois vários dos acusados, em liberdade, confessaram, total ou parcialmente, mesmo sem qualquer acordo de colaboração, como ver-se-á adiante.

110. Certamente, a colaboração não decorre, em regra, de arrependimento sincero, mas sim da expectativa da obtenção pelo criminoso de redução da sanção criminal. Se o processo, a perspectiva de condenação e mesmo as prisões cautelares são legais, é impossível cogitar de qualquer "coação ilegal" da parte da Polícia Federal, Ministério Público Federal ou da Justiça Federal. Não há qualquer invalidade ou reprovação cabível à postura da Acusação que, em troca da verdade e apenas da verdade, oferece ao criminoso tratamento legal mais leniente. Ameaçar com o devido processo legal não é propriamente uma coação ilegal.

111. Quem, em geral, vem criticando a colaboração premiada é, aparentemente, favorável à regra do silêncio, a omerta das organizações criminosas, isso sim reprovável. Piercamilo Davigo, um dos membros da equipe milanese da famosa Operação Mani Pulite, disse, com muita propriedade: "A corrupção envolve quem paga e quem recebe. Se eles se calarem, não vamos descobrir jamais" (SIMON, Pedro coord. Operação: Mãos Limpas: Audiência pública com magistrados italianos. Brasília: Senado Federal, 1998, p. 27).

112. É certo que a colaboração premiada não se faz sem regras e cautelas, sendo uma das principais a de que a palavra do criminoso colaborador deve ser sempre confirmada por provas independentes e, ademais, caso descoberto que faltou com a verdade, perde os benefícios do acordo, respondendo integralmente pela sanção penal cabível, e pode incorrer em novo crime, a modalidade especial de denúncia caluniosa prevista no art. 19 da Lei n.º 12.850/2013.

113. No caso presente, agregue-se que, como condição dos acordos, o MPF exigiu o pagamento pelos criminosos colaboradores de valores milionários, na casa de dezenas de milhões de reais.

114. Ainda muitas das declarações prestadas por Alberto Youssef, por Paulo Roberto Costa precisam ser profundamente checadas, a fim de verificar se encontram ou não prova de corroboração.

115. Entretanto, no que se refere ao presente caso, a colaboração é, como ver-se-á adiante, desnecessária, preexistindo a ela prova acima de qualquer dúvida razoável de materialidade e de autoria dos crimes.

II.9

116. A denúncia, em questão, tem por objeto apenas crimes de pertinência à organização criminosa (art. 2º da Lei nº 12.850/2013) e crimes de lavagem de dinheiro (art. 1º da Lei nº 9.613/1998).

117. Ela não discrimina crimes de corrupção ativa ou passiva e, portanto, eles não constituem objeto do julgado, sem prejuízo de apreciação em outras ações penais.

118. Embora reporte-se a denúncia a valores pagos na origem por dirigentes do Consórcio Nacional Camargo Correa - CNCC, liderado pela empresa Construções Camargo e Correa S/A, não foram estes dirigentes denunciados no presente feito. Respondem eles na ação penal conexa 5083258-29.2014.404.7000.

119. Inicia-se pelo exame da imputação do crime de lavagem de dinheiro.

120. O Ministério Público Federal descreveu cinco crimes de lavagem de dinheiro na denúncia (fatos 02 a 06).

121. O primeiro envolveria repasses de recursos criminosos do Consórcio Nacional Camargo Correa - CNCC para as empresas Sanko Sider e Sanko Serviços, o segundo, da Sanko Sider e Sanko Serviços, para a empresa MO Consultoria, o terceiro, da MO Consultoria, para as empresas Labogen, Indústria Labogen, Piroquímica, RCI Software e Empreiteira Rigidez, o quarto, da Labogen, Indústria Labogen e Piroquímica para o exterior. Um quinto fato envolveria a aquisição de um veículo para Paulo Roberto Costa.

122. Não obstante, todos esses fatos, embora distintos, representam fases diversas de um mesmo ciclo de lavagem de dinheiro, que visava direcionar recursos públicos desviados a agentes públicos e a agentes políticos.

123. Como adiantado no relatório, o presente feito envolve a contratação pela Petróleo Brasileiro S/A - Petrobrás da construção da Unidade de Coqueamento Retardado-UCR (U-21 e U-22) e Unidades de Tratamento Cáustico Regenerativo (TCR) para a Refinaria do Nordeste Abreu e Lima - RNEST.

124. A documentação relativa à essa contratação foi enviada a este Juízo pela Petrobrás e, pela extensão, encontra-se em mídia eletrônica arquivada em Juízo e à disposição das partes, conforme certidão e relatórios do evento 589.

125. A Gerência de Estimativa de Custos e Prazo da Petrobrás estimou os custos da contratação em cerca de R\$ 3.427.935.233,63, admitindo variação entre o mínimo de R\$ 2.913.744.948,58 e R\$ 4.113.522.280,35 (conforme síntese constante na nota à autoridade superior datada de 09/01/2009 da Comissão de Licitação).

126. Esclareça-se que a Petrobrás tem como padrão admitir a contratação por preço no máximo 20% superior a sua estimativa e no mínimo 15% inferior a ela. Acima de 20% o preço é considerado excessivo, abaixo de 15% a proposta é considerada inexequível.

127. A menor proposta, do Consórcio Nacional Camargo Correa - CNCC, foi de R\$ 5.937.544.758,80. Em seguida, nessa ordem, as propostas do Consórcio CONEST (formado pela UTC Engenharia e pela Engevix Engenharia), MPE - Montagens e Projetos Especiais S/A, e Consórcio RNEST - CONEST - UCR (formado pela Odebrecht - Plantas Industrias e Participações S/A e a Construtora OAS Ltda). Como todas as propostas apresentadas, em primeira licitação, foram superiores ao valor máximo admitido, a licitação foi cancelada.

128. Esclareça-se, por oportuno, que o Consórcio Nacional Camargo Correa - CNCC é composto pelas empresas Construções e Comércio Camargo Correa e a CNEC Engenharia S/A, sendo liderado pela primeira.

129. Foi renovada a licitação.

130. A estimativa de custos da Petrobras foi revista para baixo em relação à primeira licitação, atingindo, para a segunda licitação, R\$ 2.876.069.382,78 (conforme valor no documento "Estimativa de Custos" da Petrobrás e ainda no documento de título "Documento Interno do Sistema Petrobrás - DIP, de 10/09/2009", nas mídias apresentadas com o evento 589).

131. Como consta no Relatório da Comissão de Licitação datado de 10/09/2009 (Convite 0629131.09-8), foram convidadas quinze empresas, mas apresentaram propostas somente o Consórcio Nacional Camargo Correa - CNCC, a empreiteira MPE - Montagens e Projetos Especiais S/A, o Consórcio CONEST (formado pela UTC Engenharia e pela Engevix Engenharia) e o Consórcio RNEST - CONEST - UCR (formado pela Odebrecht - Plantas Industrias e Participações S/A e a Construtora OAS Ltda).

132. O Consórcio Nacional Camargo Correa - CNCC novamente apresentou a menor proposta, de R\$ 3.446.149.572,61. Em um padrão que se verificou em outras obras do RNEST, destaque-se que repetiu-se, na segunda licitação, a ordem de classificação da primeira licitação, com o Consórcio CONEST (UTC e Engevix) apresentando a segunda melhor proposta, a MPE, a terceira, e o Consórcio RNEST/CONEST (Odebrecht e OAS), a quarta.

133. Conforme o relatório da comissão de licitação, todas as demais propostas foram desclassificadas, por apresentarem preços acima do valor máximo admitido pela Petrobrás.

134. A contratação ainda foi objeto de negociação, sendo finalmente o contrato celebrado, em 22/12/2009, por R\$ 3.411.000.000,00, tomando o instrumento o nº 0800.0053457.09.2.

135. O valor final do contrato ficou próximo do preço máximo aceitável pela Petrobras, que como visto é de 20% acima da estimativa (R\$ 2.876.069.382,78 + 20% = R\$ 3.451.283.259,33), especificamente cerca de 18,84% acima da estimativa.

136. Na execução do contrato, o Consórcio Nacional Camargo Correa - CNCC contratou as empresas Sanko Sider Ltda. e a Sanko Serviços de Pesquisa e Mapeamento, dos acusados Murilo Barrios e Márcio Bonilho, para fornecimento de materiais e serviços.

137. O Consórcio Nacional Camargo Correa - CNCC, juntamente com a própria Construtora Camargo Correa, repassou, as duas empresas, cerca de R\$ 105.850.000,00 entre 2009 e 2013 do CNCC. Foram R\$ 3.600.000,00 em 2009, R\$ 8.000.000,00 em 2010, R\$ 62.600.000,00 em 2011, R\$ 31.650.000,00 em 2012 e R\$ 1.645.000,00 em 2014.

138. Tais dados encontram-se sintetizados no relatório fiscal constante no anexo3 e no fluxograma no anexo 4 do evento 1, tendo sido apresentados junto com a denúncia.

139. O fornecimento destes dados foi precedido por quebra judicial do sigilo fiscal das empresas, conforme decisão de 15/04/2014 (evento 3) no processo 5023582-53.2014.404.7000.

140. As empresas Sanko Sider Ltda. e a Sanko Serviços de Pesquisa e Mapeamento, por sua vez, repassaram, entre 2009 e 2013, cerca de R\$ 26.040.314,18 à empresa MO Consultoria Ltda.

141. Rigorosamente, pela quebra de sigilo bancário, foram identificados cinquenta e sete depósitos de R\$ 24.113.440,83 da Sanko Sider e oito depósitos de R\$ 1.926.873,35 da Sanko Serviços na conta da MO Consultoria.

142. Tais dados encontram-se no Laudo Pericial nº 190/2014/SETEC/PR (evento 37 do processo 5027775-48.2013.404.7000) e foram colhidos após quebra judicial de sigilo bancário da MO Consultoria (decisão de 23/07/2013 no processo 5027775-48.2013.404.7000, evento 15). Os créditos efetuados nas contas da MO Consultoria encontram-se relacionados no apêndice "B" ao laudo 190/2014 (cópia no evento 1, anexo8).

143. Os repasses da Sanko Sider e da Sanko Serviços à MO Consultoria estão amparados por documentos, especialmente notas fiscais de prestação de serviços e de fornecimento de mercadorias, que foram apresentados em Juízo pela própria Defesa de Márcio Bonilho e de Murilo Tenas Barrios, dirigentes da Sanko Sider (eventos 298 e 364).

144. Nas buscas e apreensões realizadas na fase investigatória, foi ainda apreendido contrato entre a Sanko Serviços e a MO Consultoria, datado de 05/07/2011, subscrito por Fabiana Estaiano, gerente financeira da Sanko, e pela MO Consultoria por Waldomiro de Oliveira (evento 488, arquivo apinppol17, fls. 26-30, do inquérito 5049557-14.2013.4047000). Nele consta que o objeto dos serviços prestados pela MO à Sanko estava vinculado ao Consórcio Nacional Camargo Correa, estando assim redigidas as cláusulas pertinentes:

"O presente contrato tem por objeto a prestação pela contratada dos serviços de consultoria tributária e auditoria financeira, serviços estes a serem executados, para contratante ou eventualmente para empresas ligadas a esta.

A contratante fornecerá todas as cópias dos pedidos de compra do Consórcio Camargo Correa - CNEC, todas as ordens de compra junto a seus fornecedores estrangeiros, cópia das comerciais invoices e bill of landing's e outros documentos necessários ao completo entendimento do escopo dos serviços a serem prestados pela contratada."

145. Há, portanto, um fluxo financeiro comprovado entre a Petrobrás, o CNCC e a Construtora Camargo Correa, a Sanko Sider e a Sanko Serviços, até a MO Consultoria. O repasse, da origem ao destino final, estão bem retratados nos fluxogramas juntados com a denúncia, evento 1, anexo4 e anexo5, elaborados pela Receita Federal.

146. Os pagamentos à MO Consultoria estavam por sua vez vinculados a serviços prestados no âmbito da relação entre as empresas Sanko e o Consórcio Nacional Camargo Correa, como consta expressamente nas notas e no contrato referido.

147. Esse fluxo compreende a primeira parte do ciclo da lavagem de dinheiro e os fatos 02 e 03 da denúncia.

148. A tese da Acusação é simples, no sentido, de que os repasses à MO Consultoria não tinham causa lícita, pois a empresa seria controlada de fato por Alberto Youssef e não teria prestado qualquer serviço real a quem quer que seja.

149. Os repasses constituiriam mero artifício de ocultação e dissimulação de valores pagos em excedente pela Petrobrás ao Consórcio Nacional Camargo Correa - CNCC e à própria Camargo Correa relativamente à obra contratada na RNEST e tinham como destino final o pagamento de propina à agentes públicos e a agentes políticos, entre eles Paulo Roberto Costa que, ao tempo dos fatos, ocupava o cargo de Diretor de Abastecimento da Petrobrás.

150. As provas, neste momento processual, são cabais, claras como a luz do dia, para utilizar expressão clássica no processo penal ("luce meridiana clariores").

151. No decorrer da instrução, Paulo Roberto Costa e Alberto Youssef, em decorrência de acordo de colaboração premiada celebrado com a Procuradoria Geral da República, confessaram os fatos.

152. Outros acusados, como Waldomiro de Oliveira, Leonardo Meirelles e Márcio Andrade Bonilho, mesmo sem acordo de colaboração, confessaram parcial ou totalmente os fatos.

153. Mesmo antes das confissões, a prova já era categórica, tanto que levou à prisão cautelar dos principais envolvidos, Paulo Roberto Costa e Alberto Youssef.

154. Iniciou-se pela constatação de que a MO Consultoria é empresa inexistente de fato.

155. A empresa foi constituída em 25/08/2004, tendo por objeto consultoria técnica (certidão da junta comercial do anexo2, evento 1, do processo 5027775-48.2013.404.7000). Em 29/01/2009, ingressou no quadro social o ora acusado Waldomiro de Oliveira, na condição de sócio e administrador. A verificação dos endereços nos quais a empresa teria sua

sede revelou locais incompatíveis com empresa de elevada movimentação financeira (conforme petição e fotos constantes do anexo2, evento 1, do processo 5027775-48.2013.404.7000).

156. Durante as investigações, surgiram provas de que a empresa seria utilizada por Alberto Youssef.

157. Inicialmente pela identificação de transações dela com outras empresas ou pessoas relacionadas a Alberto Youssef. Sobre esse fato, transcrevo o que já consignei na decisão na qual decretei a prisão preventiva de Alberto Youssef (evento 22 do processo 5001446-62.2014.404.7000):

"Segundo o laudo pericial 190/2014 da Polícia Federal (evento 37 do processo 5027775-48.2013.404.7000), referida empresa movimentou a expressiva quantia de R\$ 89.736.834,02 no período de 2009 a 2013.

Relativamente à conta da MO Consultoria também constam informações de operações suspeitas em relatórios do COAF (fls. 7 em diante do anexo 3 do evento 1 do processo 5027775-48.2013.404.7000).

Foram identificadas transações da conta da MO Consultoria com pessoas relacionadas a Alberto Youssef, como Antônio Carlos Brasil Fioravante Pieruccini, que esteve com ele envolvido na lavagem de recursos desviados da Copel (conforme delação premiada), e cujo escritório de advocacia figura como proprietário de veículo utilizado por Alberto Youssef, como ver-se-á adiante. Também foram identificadas transações para a empresa JN Rent a Car Ltda., que foi de propriedade de José Janene, e Angel Serviços Terceirizados, que é empresa controlada por Carlos Habib Chater com o qual Alberto Youssef, como revelou a interceptação mantém intensas relações no mercado de câmbio negro.

Há apontamento de diversos e vultosos saques em espécie sofridos pela conta da empresa, estratégia usualmente utilizada para dificultar o rastreamento de dinheiro.

Na fl. 70 da representação, são apontadas diversas transações suspeitas envolvendo pessoas relacionada a Alberto Youssef. Ali consta:

- cinco transações vultosas e relacionadas a empresas controladas por Carlos Habi Chater;

- cinco transações vultosas e relacionadas a Nelma Kodama; e

- dezenas de transações de valores variados, parte vultosas, relacionados à empresa Sanko Sider acima referida."

158. Além dessas transações, durante a interceptação telemática realizada no processos 5026387-13.2013.404.7000 e 5049597-93.2013.404.7000, foi decretada a quebra do sigilo sobre as mensagens armazenadas no endereço eletrônico paulogoia@hotmail.com que era utilizado por Alberto Youssef.

159. Pela quebra, identificada mensagem a ele enviada por Fabiana Estaiano, usuária do endereço eletrônico fabiesta28@gmail.com, e no qual estava anexada planilha de valores repassados à MO Consultoria e a GFD Investimentos, outra empresa controlada por Alberto Youssef.

160. Tal mensagem eletrônica e planilha encontram-se no evento 206 do 5049597-93.2013.404.7000. Há cópia no evento 1000, anexo3.

161. Ali constam na coluna "fornecedor" as siglas MO e GFD, seguido na coluna "NF" do número de notas fiscais, na coluna "datas de pagamento" datas variadas de 28/07/2011 a 18/07/2012, na coluna "valor bruto" valores variados que totalizam R\$ 7.950.294,23, outra coluna "status" com a indicação do termo "comissão" e outra coluna de título "cliente" apontando CNCC, o que remete ao Consórcio Nacional Camargo Correa.

162. Ouvida como testemunha em Juízo, Fabiana Estaiano, gerente financeira da Sanko Sider, reconheceu a autenticidade da mensagem eletrônica e da planilha (evento 730). Declarou que a planilha lhe teria sido repassada por Márcio Bonilho, dirigente da Sanko Sider, e que a enviou para endereço eletrônico indicado por ele.

163. Na busca e apreensão autorizada por este Juízo em 24/02/2014 (processo 5001446-62.2014.404.7000, evento 22), na sede da GFD Investimentos e no escritório de lavagem de Alberto Youssef, foram apreendidas planilhas semelhantes, mas abrangendo período temporal maior. Tais planilhas foram trasladadas para estes autos no evento 26.

164. Na mais abrangente delas (evento 26, anexo2, p.3), com pagamentos entre 23/07/2009 a 18/03/2013, reproduzem-se as colunas acima apontadas, com alguma diferenciação. Além da MO e da GFD, na coluna "fornecedor" constam também "Direto", "Muranno", "Outro" e "Rigidez". O total, desta feita, atinge R\$ 28.877.958,83. Na coluna "status", há lançamentos a título de "repasso" e a título de "comissão".

165. Segundo esta planilha, foram feitas, somente para a MO, catorze transferências no total de R\$ 14.578.806,43 a título de "repasses" e seis transferências no total de R\$ 4.067.123,70 a título de "comissão".

166. As planilhas, em questão, revelam, portanto, vinte transferências de R\$ 18.645.930,13 a MO Consultoria pelas empresas Sanko em decorrência dos contratos com o Consórcio Nacional Camargo Correa, isso no período de 23/07/2009 a 02/05/2012.

167. A inclusão de uma das planilhas em mensagem eletrônica enviada por empregada da Sanko a Alberto Youssef e a própria apreensão de outras planilhas no escritório de lavagem de Alberto Youssef confirmam ser ele o responsável por essas transferências às empresas beneficiárias, entre elas a MO Consultoria.

168. A pedido da Defesa de Márcio Bonilho e de Murilo Tenas Barrios, dirigentes da Sanko Sider e da Sanko Serviços, deferi, em 22/07/2014, a realização de perícia (evento 482). Estabeleci, a pedido da Defesa, o seguinte objeto:

"a - identificar os produtos ou serviços fornecidos pela empresas Sanko Sider Ltda. e a Sanko Serviços de Pesquisa e Mapeamento diretamente à Petrobras S/A ou indiretamente a esta empresa, via Consórcio Nacional Camargo Correa - CNCC ou Construções Camargo e Correa S/A, no período de 2009-2014;

b - identificar os valores pagos por esses produtos ou serviços;

c - verificar da viabilidade da aferição da compatibilidade desses produtos ou serviços com produtos e serviços similares no mercado;

d - verificar da viabilidade da aferição da compatibilidade do valor de vendas desses produtos com os custos da Sanko Sider para sua produção e, em caso de produto revendido, o preço cobrado por eventuais fornecedores à Sanko Sider;

e - verificar da viabilidade da comparação entre o valor dos produtos importados pela Sanko Sider e o valor de revenda posterior para a Petrobrás, via Consórcio Nacional Camargo Correa - CNCC ou Construções Camargo e Correa S/A, no período de 2009-2014;

f - verificar a existência de provas ou indícios de qualquer natureza quanto à eventual superfaturamento desses produtos ou valores, além dos próprios depósitos efetuados nas contas da Mo Consultoria e GDF Investimentos já relatados na denúncia.

Autorizo que a perícia seja feita amostragem se necessário."

169. O Laudo pericial 1.786/2014/SETEC foi realizado por peritos da Polícia Federal e foi juntado no evento 968, com anexos arquivados por mídia eletrônica.

170. Apesar da Defesa de Márcio Bonilho e Murilo Barrios pretender com a perícia demonstrar que as empresas Sanko Sider e a Sanko Serviços teriam de fato fornecido mercadorias e prestado serviços ao Consórcio Nacional Camargo Correa, o resultado do laudo é conclusivo quanto à fraude havida.

171. O laudo, é certo, confirmou o fornecimento pela Sanko Sider ao CNCC de tubos, flanges, curvas e diversos tipos de conexão para aplicação na obra da RNEST.

172. A fraude foi, porém, evidenciada no fornecimento de serviços pela Sanko Serviços e pela Sanko Sider ao Consórcio Nacional Camargo Correa - CNCC.

173. Os serviços estariam relacionados ao próprio fornecimento das mercadorias, tubos e conexões.

174. Forçoso reconhecer que serviços como a prospecção de fornecedores dos produtos no exterior (a Sanko importava e revendia os tubos ao CNCC), a entrega dos produtos ao comprador e o preparo da documentação relativa o produto, são, em regra, inerentes ao próprio fornecimento das mercadorias, não havendo, em princípio, motivo para pagamento desse tipo de serviço em separado do pagamento das próprias mercadorias.

175. Constatado ainda pelos peritos que houve dois pagamentos por serviços já em 2010, no total de R\$ 8.000.000,00, muito antes do primeiro faturamento de mercadorias da Sanko Sider para o CNCC, o primeiro ocorrendo apenas em 2011 (fl. 24 do laudo). Esse pagamento adiantado não é consistente com a alegação da Defesa de que os serviços estariam relacionados com o próprio fornecimento de mercadorias.

176. Entretanto, o documento que espanca qualquer dúvida quanto à fraude, foi fornecido aos peritos pela própria Sanko e consiste em "Demonstrativo Gerencial de Custos dos Serviços no Projeto CNCC", que está reproduzido na fl. 26 do laudo pericial.

177. Como ali se verifica, na formação dos custos dos serviços prestados pela Sanko ao Consórcio Nacional Camargo Correa - CNCC, 43% deles decorrem de pagamentos dirigidos à MO Consultoria, empresa utilizada por Alberto Youssef, em um total entre 2009 a 2013 de R\$ 15.702.115,64.

178. Embora não seja objeto deste feito, também ali constam custos decorrentes de pagamentos a GFD Investimentos e à Empreiteira Rigidez, outras duas empresas controladas por Alberto Youssef, além de valores também pagos a uma terceira empresa, Treviso do Brasil Empreendimentos Ltda. que é controlada por Júlio Gerin Camargo, outro suposto operador no esquema criminoso da Petrobrás e que responde às ações penais 5083838-59.2014.404.7000 e 5012331-04.2015.4.04.7000 perante este Juízo.

179. Considerando que a empresa MO Consultoria, assim como as outras, é inexistente de fato, o custo correspondente aos serviços por ela prestados à Sanko Sider ou à Sanko Serviços no âmbito do Consórcio Nacional Camargo Correa é igualmente inexistente e consiste em pagamento sem causa efetuado do Consórcio Nacional Camargo Correa à Sanko Sider ou à Sanko Serviços no âmbito da obra da RNEST, com posterior transferência dos valores à MO Consultoria.

180. Por conseguinte, o que se conclui, mesmo sem análise da prova oral, é que o Consórcio Nacional Camargo Correa superfaturou os serviços e mercadorias a ele fornecidos pelas empresas Sanko Sider e Sanko Serviços no âmbito da obra da RNEST, no montante, considerando apenas a MO Consultoria, de pelo menos R\$ 15.702.115,64. O superfaturamento viabilizou o repasse dos valores correspondentes a MO Consultoria, especificamente a Alberto Youssef e, posteriormente, a Paulo Roberto Costa.

181. O laudo aponta valor bem maior dessas transferências sem causa, considerando todas as empresas envolvidas (somando o destinado à MO Consultoria, Empreiteira Rigidez, GFD Investimentos e Treviso), mas pelos limites da imputação, considero apenas o total repassado à MO Consultoria, de R\$ 15.702.115,64.

182. Esse valor foi, por sua vez, repassado, dentre o montante maior de R\$ 18.645.930,13 constante na planilha apreendida, pela Sanko Sider e pela Sanko Serviços à empresa MO Consultoria.

183. Para conferir aparência de licitude às transferências, produziram contratos e notas fiscais fraudulentas simulando que os valores se destinavam à remuneração de serviços prestados pela MO Consultoria no âmbito das obras contratadas pela Petrobrás do Consórcio Nacional Camargo Correa.

184. O laudo ainda aponta possível "jogo de planilha" (fls. 40-41 do laudo), no fornecimento pela Sanko Sider ao CNCC de um dos produtos (curva 90 RL), com o produto sendo vendido do CNCC à Petrobras por valor dezessete vezes superior ao cobrado pela Sanko do CNCC. Transcrevo:

"Cabe destacar que, conforme se depreende das Tabelas 11 e 12, o preço médio das vendas deste produto da CNCC para a Petrobras é aproximadamente 17 vezes superior ao valor cobrado da Sanko para o CNCC. Mesmo que comparado ao maior valor de venda da Sanko para o CNCC, a proporção ainda seria quase 10 vezes superior."

185. O jogo de planilha feito por amostragem não evidencia a fraude de forma tão categórica quanto os custos inexistentes de serviços da MO Consultoria, embora também indique superfaturamento na obra da RNEST.

186. Como elemento probatório adicional, releva ainda destacar que na interceptação telefônica realizada nos processos 5026387-13.2013.404.7000 e 5049597-93.2013.404.7000, foram interceptados alguns diálogos entre Alberto Youssef e Márcio Bonilho.

187. Um deles em particular é o mais relevante para este feito. Trata-se de diálogo, em 21/10/2013, 09:40, entre Alberto Youssef (Beto) e Márcio Bonilho, e que se encontra reproduzido na íntegra nas fls. 35-38 da representação policial pela prisão cautelar de Alberto Youssef (evento 1 do processo 5001446-62.2014.404.7000). Nele, discutem amplamente sobre negócios. Na ocasião reclamam de créditos que teriam e não estariam sendo pagos, fazendo Alberto Youssef referência aos valores que teria pago, no âmbito desses negócios, a "Paulo Roberto". Transcrevo trecho:

"(...)

BETO: Esse assunto do Márcio, esse assunto do Márcio o Leitoso, é o seguinte ó: esse assunto do Márcio é palhaçada, tá. Tirei um milhão e pouco do meu bolso aqui pra dá pra vocês. Porque vocês ia faze operação o caralho babababa essa porra ia volta. Até hoje não veio. É mentira ?

MÁRCIO: Não.

BETO: Hã ?

MÁRCIO: E ai, o que que ele falo ?

BETO: Não mas eu te pergunto, é mentira o que eu falei ?

MÁRCIO: Não.

BETO: Hã ?

MÁRCIO: Não, num é não.

BETO: Ah, porra, tá doido bicho. Chega de dá o cú pra esses cara bicho. Eu vo pra cima dele com tuda cara. Essas cara não é amigo de ninguém. Vo pro caralho. Não quero nem sabe. Quero recebe.

MÁRCIO: Mas ele falo, não sei se ele tava meio comovido que se tava no hospital, ele falo que ia te arruma, ele ia te paga.

BETO: Nã, me paga porra nenhuma. Filha da puta.

MÁRCIO: Ele não falo que ia paga, ele num num...

BETO: Falo que ia paga, mas num posso tira tudo de uma vez. Ah porra vo arruma, vo ve se arrumo 2 milhão. É no final do mês. É um pra mim e um pra você. Se vai se fude, um pra mim e um pra você. Vai toma no cú.

MÁRCIO: Um pra mim (risos) um pra ele ainda.

BETO: É, um pra mim um pra você. Virei pra ele efalei assim: bicho to tendo que vim trabalha, era pra mim tá de repouso, to tendo que vim trabalha porque eu to fudido. Porra. Vai toma no cú. Ah minha empresa, sua empresa que se foda, com quem que tem que fala na sua empresa? Eu vo, ah mas pô fica enxendo o saco essa dívida vai morre. Eu falei: bicho, VAI MORRE NEGO ANTES, da dívida morre. Que eu to pra mata ou pra morre. Foi feio.

MÁRCIO: (incompreesível) chego nesse nível é ? Tambem meu, ele fica enrolando com esse negócio ai cara. Mas ele fala, ele falo, ele falo que ia te paga cara, ele falo pra mim. Sei lá tambem esse Leitoso, vai e volta pa caralho.

BETO: É.

MÁRCIO: Ele tá, o presidente ele tá firme lá na empresa ainda ?

BETO: Não sei. Eu acredito que esteje.

MÁRCIO: É né. Porque ele tá voltando atrás. Ele tá voltando atrás né, porque ele falo pra mim não não é, eu falei porra, o cara tá é, teve um dia que eu falei com ele...

(8:52)

MÁRCIO: E fico como ? Dele i aí conversa.

BETO: É. Ele vim aqui. Não fico de ele vim aqui nada, fico dele resolve.

MÁRCIO: O foda é que passa 2 milhão pro final do mês. Puta quel pariu.

BETO: Não, 2 milhão que vira um. Bicho é assim ó...

MÁRCIO: Tá foda né.

BETO: Tá foda Márcio.

MÁRCIO: Nós fomo abandonados no meio do oceano.

BETO: Não e o pior cara, o pior que se acha prejudicado ainda.

MÁRCIO: Mas essa coisa aí é teatro ou é sério ? Ah prejudicado, puta que pariu, como é que pode se um negócio desse ?

BETO: Não, porra, pior que o cara fala sério cara, que ele acha que foi prejudicado, se tá entendendo ? É rapaz, tem louco pra tudo. Porra foi prejudicado, o tanto de dinheiro que nós demo pra esse cara. Ele te coragem de fala que foi prejudicado. Pô, faz conta aqui cacete, ai porra, RECEBI 9 MILHÃO EM BRUTO, 20% eu paguei, são 7 e pouco, faz a conta do 7 e pouco, vê quanto ele levo, vê quanto o comparsa dele levo, ve quanto o Paulo Roberto levo, vê quano os outro menino levo e vê quanto sobro. Vem fala pra mim que tá prejudicado. Ah porra, ninguém sabe faze conta, eu acho que ninguém sabe faze conta nessa porra. Que não é possível. A conta só fecha pro lado deles.

MÁRCIO: Bom, mas e aí ? E o seu negócio que não tem nada a vê com o nosso ? (incompreensível)

BETO: (incompreensível) é, enrolação. Enrolação."

188. Posteriormente, Alberto Youssef, em Juízo (evento 1.101) e como ver-se-á adiante, reconheceu a autenticidade do diálogo e o explicou. Referia-se a créditos de pagamentos de propina que teria com a Camargo Correa. "Leitoso" seria Eduardo Hermelino Leite, Diretor de Óleo e Gás da empreiteira (que responde atualmente a ação penal 5083258-29.2014.404.7000). Por descuido, Alberto Youssef ao reclamar a falta de pagamento do restante da propina acertada, mencionou o nome de Paulo Roberto Costa, ex-Diretor de Abastecimento da Petrobrás, entre os beneficiários.

189. Outros elementos probatórios, desta feita, relacionados mais diretamente ao pagamento de vantagem indevida a Paulo Roberto Costa merecem específica referência.

190. A interceptação telemática também revelou que Alberto Youssef adquiriu um veículo Land Rover Evoque, de placa FZQ 1954, pelo preço de R\$ 250.000,00, para Paulo Roberto Costa. O fato foi evidenciado por mensagens armazenadas no referido endereço eletrônico utilizado por Alberto Youssef, paulogoia58@hotmail.com. As mensagens respectivas encontram-se nas fls. 16-21 do arquivo pet1, evento 54, da interceptação 5049597-93.2013.404.7000. No referido endereço, Alberto Youssef recebeu mensagens a respeito do pagamento do preço do referido veículo enviadas pela empresa Autostar Concessionária Autorizada Land Rover. O veículo, porém, foi faturado, conforme nota fiscal emitida em 15/05/2013, para Paulo Roberto Costa, inclusive com o CPF pertinente, de n.º 302.612.879-15. O pagamento do preço foi feito por depósitos de terceiros a pedido de Alberto Youssef. O fato consiste em mais uma prova do pagamento de vantagem indevida a Paulo Roberto Costa, também por Alberto Youssef.

191. Esse último fato foi imputado aos acusados Alberto Youssef e Paulo Roberto Costa como mais um crime de lavagem de dinheiro.

192. Outra prova muito significativa consiste na identificação de contas secretas com saldos milionários mantidas por Paulo Roberto Costa na Suíça e que teriam servido para receber propinas no esquema criminoso da Petrobrás.

193. Cerca de vinte e três milhões de dólares foram sequestrados em contas controladas por Paulo Roberto Costa na Suíça, conforme informações oficiais recebidas das autoridades daquele país (processo 5040280-37.2014.404.7000). Posteriormente, como ver-se-á adiante, Paulo Roberto Costa admitiu a existência das contas, que os recursos nela mantidos eram criminosos e, por força do acordo de colaboração celebrado com o Ministério Público Federal, renunciou a qualquer direito sobre elas, estando os valores sendo repatriados junto ao Egrégio Supremo Tribunal Federal.

194. Por outro lado, o Tribunal de Contas da União - TCU, examinando o contrato 0800.0053457.09.2, celebrado entre a Petrobrás e o Consórcio Nacional Camargo Correa, concluiu, em dois processos, que o preço de custo calculado pela Petrobrás estaria superestimado e que teria havido superfaturamento pela adoção de condições de reajuste no contrato que favoreciam injustificadamente a empreiteira na fórmula de reajuste

195. Com efeito, o TCU concluiu, no processo n.º 009.830/2010-33 que haveria sobrepreço decorrente da análise da estimativa de custos da Petrobras (evento 1, anexo 2, evento 1000, anexos

44, 45, e mídia arquivada em Juízo). O sobrepreço foi estimado entre R\$ 207.956.051,72 a R\$ 446.217.623,17, ou seja entre 13,08% e 6,10% sobre o valor contratado com com o Consórcio Nacional Camargo Correa.

196. Em síntese, a auditoria do TCU reputou inadequados os critérios utilizados pela Petrobrás para a estimativa do custo da obra, parâmetro utilizado na licitação e na contratação.

197. Inviável reproduzir aqui os motivos, por sua extensão, tratando-se de várias questões técnicas alusivas à estimativa dos preços dos materiais, insumos e mão de obra utilizadas na construção da Unidade de Coqueamento Retardado na RNEST. Limite-me, quanto ao ponto em transcrever o seguinte trecho de um dos relatórios de auditoria que compõe o processo (arquivo 67-TC_003586_2011_1-19022014-Elementos comprobatórios_evidên.pdf):

"5. A primeira fiscalização do TCU nas obras da Rnest foi realizada no âmbito do Fiscobras/2008, objeto do TC-008.472/2008-3, época em que se falava em estimativa de custos globais para o empreendimento da ordem de R\$ 10 bilhões, e entrada em operação da refinaria no ano de 2011.

6. Naquela oportunidade, face ao estágio inicial dos primeiros contratos firmados para a obra, o foco das ações de fiscalização ficou no contrato de terraplenagem, do que se registraram, inicialmente, os seguintes achados de auditoria: projeto básico deficiente; superfaturamento decorrente de preços excessivos em relação ao mercado; ausência de assinatura de termo aditivo; ausência, no edital, de critério de aceitabilidade de preços máximos; e inadequação ou inexistência de critérios de aceitabilidade de preços unitários e global.

7. Na fiscalização de 2009, objeto do TC-009.758/2009-3, o custo estimado para a obra já havia mais do que dobrado, chegando a R\$ 23 bilhões. Foram fiscalizados contratos e procedimentos licitatórios referentes ao início das implantações das unidades da refinaria, a exemplo da Casa de Força (Cafor), Estação de Tratamento de Água (ETA), Tanques, Unidade de Coqueamento Retardado (UCR), Unidade de Destilação Atmosférica (UDA), além do acompanhamento do contrato de terraplenagem, principal objeto da fiscalização do ano anterior. O achado de auditoria mais significativo de 2009 está relacionado a critérios de medição inadequados, em especial no que se refere ao ressarcimento de custos advindos da paralisação por chuvas ou descargas atmosféricas.

8. No ano seguinte, em 2010, houve uma mudança na estratégia metodológica adotada pela secretaria especializada no que se refere ao exame dos preços das contratações. Os documentos informativos de preços de contratos até então analisados eram os denominados DFPs – Demonstrativos de Formação de Preço. Esses documentos são obrigatoriamente preenchidos pelos propensos contratantes, ainda em fase licitatória, de acordo com modelo distribuído pela estatal petroleira.

9. No entanto, nos contratos avaliados na Rnest, percebeu-se que sua utilidade para análise de preços se distanciava do ideal por não consignar, de maneira detalhada, os quantitativos de serviços, os coeficientes de consumo de insumos, tampouco o detalhamento dos serviços e insumos cotados na proposta comercial.

10. Desse modo, diante da escalada dos custos globais do empreendimento que se descortinava e da relutância da Petrobras em entregar os detalhamentos dos preços de suas contratações – fruto, inclusive, de registro de obstrução ao exercício do controle externo, optou-se, naquela oportunidade, por fazer uso da estimativa de custos da Estatal, que passaria a nortear as análises de preço dos contratos.

11. Do uso dessa metodologia resultou o apontamento de sobrepreços, totalizando, no âmbito de quatro contratos (UDA, UCR, Tubovias, UHDT), cifras acima de um bilhão de reais."

198. Já no processo 006.970/2014-1, o TCU concluiu pela existência de indícios de superfaturamento no montante de R\$ 167.041.615,39 decorrentes de condições de reajuste do contrato inadequadas e desfavoráveis à Petrobras (evento 1000, anexos 44 e 45, 59, 60 61, 62 63). Transcreve-se, quanto a este, as principais irregularidades encontradas e retratadas no Relatório de Auditoria respectivo (anexo 62):

"A primeira das impropriedades detectadas refere-se à divulgação, nos convites remetidos às licitantes, de minutas contratuais que não definiam as condições de reajustamento das avenças, contrariando o recomendado pela Minuta-padrão da Petrobras e o previsto no Decreto 2.745/1998. Nessa situação, foram identificados 6 contratos (2 do Comperj, 2 da Repar e 2 da Rnest), 11% de todos os casos analisados, em que os componentes "a, b e c" da fórmula de reajustes relativa à execução de serviços e seus respectivos índices não estavam definidos.

(...)

A segunda impropriedade verificada foi a alteração injustificada dos critérios de reajuste durante os certames licitatórios. Constatou-se que em dez contratos (três do Comperj, três da Repar e quatro da Rnest), 19% dos casos analisados, as fórmulas de reajuste que foram inicialmente divulgadas nas minutas contratuais durante as licitações não foram as mesmas positivadas nos respectivos contratos posteriormente pactuados, conforme Tabela 2 a seguir (peça 35).

(...)

Sobre as justificativas, a equipe de auditoria endereçou questionamentos específicos de modo a entender a motivação para as alterações indigitadas. Sobre esse ponto, a Petrobras não apresentou, em qualquer momento, documentos técnicos que justificassem as alterações promovidas. Adicionalmente, nos registros relativos aos certames licitatórios, verificou-se que muitas das alterações decorreram de pedidos dos licitantes que sugeriram à Petrobras como deveriam ser firmadas as condições de reajustamento. E, mesmo nesses casos em que a comissão de

licitação acatou ou rejeitou demandas de licitantes, não foram encontrados quaisquer arrazoados técnicos que abalzassem as revisões dos critérios de reajuste que foram divulgados.

(...)

Desta forma, considerando que a Petrobras não conseguiu aduzir qualquer documento técnico ou registro que justificasse as alterações promovidas nos certames indigitados, a equipe de auditoria entende que a irregularidade não se caracteriza pelas alterações nas cláusulas de reajustes durante a fase externa das licitações, mas pela ausência de justificativas para os atos relatados.

(...)

Em quatro contratos relativos à Rnest (UCR, UHDT, UDA e Tubovias), foi constatado que as cláusulas de reajuste aplicadas são incompatíveis com as características estimadas e reais das obras, em razão de se ter estabelecido, na fórmula de reajustamento dos respectivos ajustes, pesos desproporcionais para o componente “mão de obra”, acarretando desequilíbrio econômico - financeiro em desfavor da Petrobras e consequente pagamento de valores superiores ao que se considera adequado.

(...)

Os contratos selecionados correspondem às obras mais vultosas da Rnest, somando cerca de R\$ 10,78 bilhões a preços iniciais, e que apresentaram os maiores prazos de execução (até 6 anos, após as sucessivas prorrogações). Nessas contratações, foi verificado que a Petrobras pactuou condições de reajustamento em que os componentes de mão de obra são ponderados por parâmetros de 70% (Tubovias) e 80% (UCR, UHDT e UDA). Outras contratações, como ETARnest e ETDI-Rnest, também apresentaram comportamento similar (obras vultosas com componentes de mão de obra ponderados por parâmetros de 70% a 80%), mas não foram objeto de aprofundamento na presente fiscalização. Uma vez delimitado o espaço amostral, que culminou na seleção de 4 contratações da Rnest, a equipe de auditoria buscou meios de avaliar a razoabilidade dos pesos aplicados a cada um dos componentes da fórmula de reajuste. Sobre esse ponto, vale destacar, como registrado no Achado 3.1, que não foram apresentadas pela Petrobras memórias ou registros que justificassem ou permitissem averiguar a adequação das condições de reajustes firmadas nos contratos. Assim, na tentativa de avaliar o tema e considerando que as contratações selecionadas apresentaram pesos nos componentes de “mão de obra” que destoaram daqueles registrados em outras contratações da própria Estatal, foram empregados outros meios para se quantificar os pesos nas fórmulas de reajuste.

(...)

Como se pode verificar na tabela acima, os pesos atribuídos nos contratos selecionados aparentemente foram superdimensionados para o componente “mão de obra” e subavaliados para os demais centros de custo sopesados nas cláusulas de reajustamento

contratual. Diante desse cenário e considerando que o insumo “mão de obra” tem sofrido alta inflacionária significativamente superior aos demais insumos previstos nas cláusulas de reajuste, a equipe de auditoria buscou meios de validar a adequação dos resultados obtidos, como será apresentado a seguir.

(...)

De plano, considerando indistintamente todo o universo dos 52 contratos avaliados (peça 33, p. 1), observa-se que a média aritmética dos pesos atribuídos ao componente “mão de obra” na fórmula de reajuste contratual foi 55%, ilustrando que as 4 contratações da Rnest ora discutidas efetivamente destoam dos demais contratos de obra da Petrobras.

(...)

Como exposto nos subtópicos anteriores, os critérios de reajuste estabelecidos pela Petrobras para as 4 contratações da Rnest que foram objeto de exame aprofundado (UCR, UHDT, Tubovias e UDA) destoaram dos demais contratos de obras da própria Companhia, mesmo quando efetuada comparação com obras de igual tipo. Este fato, alinhado à constatação registrada no achado anterior, de que não foram encontrados quaisquer documentos ou memórias de cálculo que justificassem o arbitramento das fórmulas de reajuste estabelecidas, já constitui impropriedade passível de responsabilização.

(...)

Em adição aos elementos já apresentados, como relatado no Achado 3.1, durante a execução dos procedimentos de auditoria, constatou-se que as condições de reajuste contratual das obras UCR-Rnest e UHDT-Rnest foram injustificadamente alteradas durante os certames licitatórios, culminando na fixação do percentual de 80% atribuído para o componente “mão de obra”.

(...)

Em relação a tais contratações (UCR-Rnest e UHDT-Rnest), como ressaltado no relato do Achado 3.1, há indícios de que essa irregularidade tenha provocado danos aos cofres da Companhia, os quais serão adiante discriminados, além de poder ter implicado tratamento privilegiado às então licitantes que posteriormente sagraram-se vencedoras dos respectivos certames. Nesse sentido, considera-se que as condutas dos gestores envolvidos nas aludidas licitações devem ser sopesadas para fins de responsabilizações futuras.

(...)

Em sequência, para se quantificar o impacto financeiro decorrente da inadequação dos critérios de reajuste, foram considerados os valores relativos a todos os boletins de medição disponibilizados pela Petrobras, inclusive pagamentos realizados a título de reajuste, relativos a cada contratação. A partir desses dados foi possível calcular os valores de reajuste considerados adequados pela equipe de auditoria, aplicando-se o índice de reajuste

referencial calculado neste trabalho (peças 52 a 55). A partir daí, foi possível comparar os valores pagos até o momento a título de reajuste contratual com os valores considerados devidos pela equipe de auditoria. O resultado obtido foi um índice de superfaturamento de R\$ 242.886.122,06 nos 4 contratos examinados."

199. Como apontado no último processo, em dez contratos de cinquenta e dois examinados, houve alteração dos critérios de reajuste durante a licitação, com a contratação com critérios diferentes do edital. Em quatro contratos, inclusive o celebrado com o Consórcio Nacional Camargo Correa, foi conferido ao item "mão de obra" um peso excessivo em relação aos demais para a definição dos critérios de reajuste do contrato. A adoção do critério fora do padrão foi solicitada pelas empreiteiras sem justificativa técnica e não foi objeto de verificação técnica pela Petrobras. Em decorrência da atribuição ao componente mão de obra de um peso maior do que o padrão nos contratos da Petrobrás, foi apurado, pelo Relatório de Auditoria, prejuízo de R\$ 242.886.122,06 nos quatro contratos examinados.

200. O contrato celebrado pela Petrobrás com o Consórcio Nacional Camargo Correa - CNCC é um dos quatro que gerou prejuízos. O peso inicialmente previsto na licitação para o componente mão de obra na forma do reajuste contratual era de 55%, próximo ao padrão, mas na contratação, sem a apresentação de justificativas técnicas, o percentual foi elevado a 80%. Como, segundo o relatório de auditoria, "o insumo 'mão de obra' tem sofrido alta inflacionária significativamente superior aos demais insumos previstos nas cláusulas de reajuste, a atribuição de um peso maior, para o reajuste contratual, do item 'mão de obra'", o fato gerou significativos prejuízos à Petrobrás e favorecimento indevido ao Consórcio Nacional Camargo Correa - CNCC.

201. Como resultado, o Tribunal de Contas da União, no acórdão 2496/2014, determinou cautelarmente que a Petrobras passasse a calcular o valor devido a título de reajuste contratual considerando o percentual de 60% do componente mão de obra na formação do reajuste (evento 1000, anexo59).

202. Essas duas decisões do Tribunal de Contas da União, uma apontando sobrepreço na estimativa de custos do preço referência da Petrobras, outra apontando efetivos prejuízos pelo pagamento de valores indevidos, constituem indícios adicionais do sobrepreço e superfaturamento da obra contratada pela Petrobrás com o Consórcio Nacional Camargo Correa no âmbito da RNEST.

203. O pagamento de valores indevidos pela Petrobras na aludida obra é ainda evidenciado pela remuneração, como já visto, superfaturada pelo Consórcio Nacional Camargo Correa de serviços e mercadorias a Sanko Sider e a Sanko Serviços, o que visava gerar excedentes para serem transferidos a empresas controladas por Alberto Youssef, com a simulação da prestação de serviços por estas no âmbito da obra.

204. Como a Petrobrás era, em última análise, a destinatária das obras contratadas junto ao Consórcio Nacional Camargo Correa, os recursos utilizados para as transferências sem causa para as empresas controladas por Alberto Youssef foram por ela, ao final, suportados.

205. Como já consignei alhures, não há, em regra, "propina grátis".

206. Os valores utilizados para pagar Alberto Youssef e os agentes públicos foram viabilizados pela contratação do Consórcio Nacional Camargo Correa pela Petrobrás para a obra da RNEST com preços superiores em 18,84% acima da estimativa de custo e pelos outros indícios de sobrepreço e superfaturamento.

207. A cobrança de valores indevidos, com simulação de serviços e o superfaturamento de mercadorias e serviços, em obras públicas configuram o crime de peculato, quando há participação do agente público, ou o crime do art. 96 da Lei nº 8.666/1993.

208. Ambos os crimes eram antecedentes à lavagem de dinheiro ao tempo dos fatos delitivos, na redação da Lei nº 9.613/1998 anterior às alterações da Lei nº 12.683/2012.

209. É certo que, nas ações penais propostas pelo MPF na nova fase da assim denominada Operação Lavajato, ação penal 5083258-29.2014.404.7000 (Camargo Correa e UTC), ação penal 5083351-89.2014.404.7000 (Engevix), ação penal 5083360-51.2014.404.7000 (Galvão Engenharia), ação penal 5083401-18.2014.404.7000 (Mendes Júnior e UTC), ação penal 5083376-05.2014.404.7000 (OAS), o MPF também tem apontado como crimes antecedentes à lavagem os crimes de fraude à licitação (art. 90 da Lei nº 8.666/1993) e o crime de cartel (art. 4º, I, da Lei nº 8.137/1990).

210. Essas ações penais ainda estão em trâmite.

211. Considerando, porém, os limites da denúncia, podem ser considerados apenas os crimes de peculato e licitatórios (art. 96 da Lei nº 8.666/1993) como antecedentes à lavagem como consignado na presente ação penal.

212. Mesmo com essa limitação imposta pela denúncia, há, ainda sem considerar ainda a prova oral, prova de autoria e materialidade do crime de lavagem de dinheiro.

213. Caracterizadas condutas de ocultação e dissimulação pela simulação de prestação de serviços e superfaturamento de mercadorias das empresas Sanko Sider e Sanko Serviços para o Consórcio Nacional Camargo Correa - CNCC na RNEST e pela simulação de prestação de serviços da MO Consultoria para as empresas Sanko Sider e Sanko Serviços também no âmbito das obras do Consórcio Nacional Camargo Correa - CNCC na RNEST.

214. Com efeito, não houve, de fato, prestação de serviços da MO Consultoria para a Sanko Sider e Sanko Serviços, mas, não obstante, foram produzidos contratos e notas fiscais ideologicamente falsas, tudo para conferir a aparência de licitude às transferências de recursos para a Alberto Youssef, em fluxo que vai dos cofres da Petrobras, passa pelo Consórcio Nacional Camargo Correa, pelas empresas Sanko Sider e Sanko Serviços, até a MO Consultoria, tendo como destinatários finais Alberto Youssef, Paulo Roberto Costa e outros agentes públicos.

215. Os recursos movimentados nessas transações têm origem criminosa, especificamente no sobrepreço e no superfaturamento do contrato entre o Consórcio Nacional Camargo Correa - CNCC e a Petrobrás, necessários para gerar o excedente destinado ao pagamento da propina.

216. Em casos envolvendo lavagem de produto de crimes complexos, a prova disponível da origem e natureza criminosa dos recursos envolvidos será usualmente indireta ou indiciária no sentido técnico do art. 239 do Código de Processo Penal.

217. No Direito Comparado, tem se entendido que a prova indiciária é fundamental no processo por crime de lavagem de dinheiro, inclusive quanto à prova de que o objeto da lavagem é produto de um crime antecedente.

218. Por exemplo, nos Estados Unidos, tal prova pode ser satisfeita com elementos circunstanciais, a expressão usualmente utilizada para representar a prova indireta. Ilustrativamente:

- em *United States v. Abbel*, 271 F3d 1286 (11th Cir. 1001), decidiu-se que a prova de que o cliente do acusado por crime de lavagem era um traficante, cujos negócios legítimos eram financiados por proventos do tráfico, era suficiente para concluir-se que as transações do acusado com seu cliente envolviam bens contaminados;

- em *United States v. Golb*, 69 F3d 1417 (9th Cr. 1995), entendeu-se que, quando o acusado por crime de lavagem faz declarações de que o adquirente de um avião é um traficante e quando o avião é modificado para acomodar entorpecentes, pode ser concluído que o dinheiro utilizado na aquisição era dinheiro proveniente de tráfico de entorpecentes;

- em *United States v. Reiss*, 186 f. 3d 149 (2d Cir. 1999), a utilização de subterfúgios para o pagamento de um avião envolvendo conhecido traficante foi considerada suficiente para estabelecer a procedência ilícita dos recursos empregados na compra;

- em casos como *United States v. Hardwell*, 80 F.3d 1471 (10th Cir. 1996) e *United States v. King*, 169 F.ed 1035 (6th Cir. 1999), decidiu-se que a falta de prova de renda legítima ou suficiente para justificar transações feitas por criminoso era prova suficiente da origem criminosa dos recursos empregados.

Tais casos e os respectivos resumos foram extraídos de manual dirigido aos Procuradores Federais norte-americanos, no qual sob o título 'Prova circunstancial é suficiente para demonstrar que a propriedade é proveniente de atividade criminosa específica' ('circumstantial evidence sufficient to show property was SUA proceeds'), são arrolados cerca de onze precedentes (U.S. DEPARTMENT OF JUSTICE. Criminal Division. Asset Forfeiture and Money Laundering Section. *Federal Money Laundering Cases: Cases interpreting the Federal Money Laundering Statutes* (18 U.S.C. §§ 1956, 1957, and 1960 and Related Forfeiture Provisions (18 U.S.C. §§ 981 and 982). janeiro, 2004, p.30-31.)

219. De forma semelhante, o Supremo Tribunal Espanhol - STE vem entendendo que a condenação pelo crime de lavagem não exige a condenação pelo crime antecedente, que a prova de que o objeto da lavagem é produto de crime antecedente pode ser satisfeita com prova indiciária e que esta, em geral, tem um papel fundamental no processo por crime de lavagem de dinheiro. Ilustrativamente (Todos esses julgados podem ser acessados através do site www.poderjudicial.es):

- na STS 392/2006 entendeu-se que a prova de que o acusado figurava como proprietário de embarcação de alta velocidade em Ceuta, do tipo comumente utilizada para transporte de droga na região do Estreito de Gibraltar, sem ter renda lícita que pudesse justificar tal propriedade, aliada à prova de que a embarcação teria, na única vez em que utilizada, sido conduzida por pessoa com antecedente por crime de tráfico de drogas, eram suficientes para caracterizar o crime de lavagem de dinheiro;

- na STS 33/2005 decidiu-se que a aquisição pelo acusado de quatro embarcações de alta velocidade e um veículo, sem que ele tivesse renda de fonte lícita ou fornecido explicações para as aquisições e para o destino dos bens, aliada à prévia condenação dele por tráfico de drogas e à prova de que ele seria dependente de drogas, eram suficientes para caracterizar o crime de lavagem de dinheiro;

- na STS 1637/1999 entendeu-se que realização, por pessoa com antecedentes por tráfico de drogas, de transações elevadas em dinheiro aliada à inexistência de operações comerciais ou negócios que pudessem justificar a origem da expressiva quantidade de dinheiro, constituíam prova indiciária suficiente de lavagem de dinheiro proveniente de tráfico de drogas;

- na STS 1704/2001 decidiu-se que a prova do crime de lavagem não depende de sentença quanto ao crime antecedente e que da realização de operações bancárias extravagantes envolvendo dinheiro proveniente de tráfico de drogas pode-se inferir dolo do crime de lavagem.

220. Da referida STS 392/2006, é oportuna transcrição, ainda que longa, da fundamentação que vêm sendo empregada pelo STE quanto à avaliação da prova indiciária em geral e desta em relação ao crime de lavagem.

"1. Es doctrina reiterada de esta Sala la eficacia probatoria de la prueba de indicios y la exigencia de una serie de requisitos relativos a los indicios y a la inferencia.

'La prueba indiciaria, circunstancial o indirecta es suficiente para justificar la participación en el hecho punible, siempre que reúna unos determinados requisitos, que esta Sala, recogiendo principios interpretativos del Tribunal Constitucional, ha repetido hasta la saciedad. Tales exigencias se pueden concretar en las siguientes:

1) De carácter formal: a) que en la sentencia se expresen cuáles son los hechos base o indicios que se estimem plenamente acreditados y que van a servir de fundamento a la deducción o inferencia; b) que la sentencia haya explicitado el razonamiento a través del cual, partiendo de los indicios, se ha llegado a la convicción del acaecimiento del hecho punible y la participación en el mismo del acusado, explicitación, que aún cuando pueda ser sucinta o escueta se hace imprescindible en el caso de prueba indiciaria, precisamente para posibilitar el control casacional de la racionalidad de la inferencia.

2) Desde el punto de vista material es preciso cumplir unos requisitos que se refieren tanto a los indicios en si mismos, como a la deducción o inferencia.

Respecto a los indicios es necesario:

a) que estén plenamente acreditados.

b) de naturaleza inequívocamente acusatoria.

c) que sean plurales o siendo único que posea una singular potencia acreditativa.

d) que sean concomitantes al hecho que se trate de probar.

e) que estén interrelacionados, cuando sean varios, de modo que se refuerzen entre sí.

En cuanto a la deducción o inferencia es preciso:

a) que sea razonable, es decir, que no solamente no sea arbitraria, absurda e infundada, sino que responda plenamente a las reglas de la lógica y la experiencia.

b) que de los hechos base acreditados fluya, como conclusión natural, el dato precisado de acreditar, existiendo entre ambos un 'enlace preciso y directo según las reglas del criterio humano.'

2. En el delito de blanqueo de capitales, provenientes de delitos de tráfico de drogas, se ha venido exigiendo tres elementos indiciarios, cuya concurrencia podría desembocar en la convicción de la existencia del delito, lógicamente dependiendo de la intensidad de los mismos y de las explicaciones o justificaciones del acusado.

Estos indicios consisten en:

a) *el incremento inusual del patrimonio del acusado.*

b) *la inexistencia de negocios lícitos que puedan justificar el referido incremento patrimonial así como las adquisiciones y gastos realizados.*

c) *la constatación de un vínculo o conexión con actividades de tráfico de estupefacientes o con personas o grupos relacionados con los mismos."*

221. No Brasil, a jurisprudência dos Tribunais de Apelação ainda não é suficientemente significativa a respeito desta questão. Não obstante, é possível encontrar alguns julgados adotando o mesmo entendimento, de que a prova indiciária do crime antecedente é suficiente. Por exemplo, no julgamento da ACR 2000.71.00.041264-1 - 8.^a Turma - Rel. Des. Luiz Fernando Penteado - por maioria - j. 25/07/2007, DE de 02/08/2007, e da ACR 2000.71.00.037905-4 - 8.^a Turma - Rel. Des. Luiz Fernando Penteado - un. - j. 05/04/2006, dede 03/05/2006, o TRF da 4.^a Região, em casos envolvendo lavagem de dinheiro tendo por antecedentes crimes de contrabando, descaminho e contra o sistema financeiro, decidiu-se expressamente que "não é exigida prova cabal dos delitos antecedentes, bastando apenas indícios da prática das figuras mencionadas nos incisos I a VII para que se complete a tipicidade". Também merece referência o precedente na ACR 2006.7000026752-5/PR e 2006.7000020042-0, 8.^a Turma do TRF4, Rel. Des. Federal Paulo Afonso Brum, un., j. 19/11/2008, no qual foi reconhecido o papel relevante da prova indiciária no crime de lavagem de dinheiro.

222. Também merece referência o seguinte precedente da 5.^a Turma do Superior Tribunal de Justiça quanto à configuração do crime de lavagem, quando do julgamento de recurso especial interposto contra acórdão condenatório por crime de lavagem do Tribunal Regional Federal da 4.^a Região:

"Para a configuração do crime de lavagem de dinheiro, não é necessária a prova cabal do crime antecedente, mas a demonstração de 'indícios suficientes da existência do crime antecedente', conforme o teor do §1.º do art. 2.º da Lei n.º 9.613/98. (Precedentes do STF e desta Corte)" (RESP 1.133.944/PR - Rel. Min. Felix Fischer - 5.ª Turma do STJ - j. 27/04/2010)

223. O fato é que o crime de lavagem de dinheiro reveste-se usualmente de certa complexidade, sendo difícil revelá-lo e prová-lo. O usual será dispor apenas de prova indireta de seus elementos, inclusive quanto a origem criminosa dos bens, direitos e valores envolvidos.

224. Admitir a validade da prova indireta para a caracterização do crime de lavagem não é algo diferente do que ocorre em relação a qualquer outro crime. Isso não significa, por outro lado, um enfraquecimento das garantias do acusado no processo penal, pois a prova, ainda que indireta, deve ser convincente para satisfazer o standard da prova acima de qualquer dúvida razoável.

225. No caso presente, há indícios robustos quanto a origem e natureza criminosa dos valores envolvidos, especificamente:

- indícios de sobrepreço e superfaturamento no contrato do Consórcio Nacional Camargo Correa - CNCC com a Petrobrás, conforme decisões e relatórios de auditoria do Tribunal de Contas da União;

- indícios de superfaturamento no contrato do Consórcio Nacional Camargo Correa - CNCC com a Petrobrás, já que simulados serviços da MO Consultoria no âmbito deste contrato e obra;

- utilização de expedientes de ocultação e dissimulação para a realização dos repasses dos valores do Consórcio Nacional Camargo Correa para os destinatários finais, especificamente superfaturamento ou simulação dos serviços prestados pela Sanko Sider e Sanko Serviços ao Consórcio e a simulação de prestação de serviços pela MO Consultoria.

226. Provada, somente pelas provas citadas, que ainda não incluem as confissões ou o depoimento das testemunhas, a materialidade do crime de lavagem de dinheiro, tendo por antecedentes, crimes de peculato ou do art. 96 da Lei nº 8.666/1993, relativamente a esse primeiro ciclo de lavagem de dinheiro, com fluxo do Consórcio Nacional Camargo Correa - CNCC, passando pelas empresas Sanko, até a MO Consultoria.

227. A segunda fase do ciclo de lavagem envolve o fluxo de valores da MO Consultoria para as empresas Labogen Química, Indústria Labogen, Piroquímica, RCI Software e Empreiteira Rigidez, com a ulterior transferência de parte dele, pelas empresas Labogen Química, Indústria Labogen e Piroquímica, ao exterior.

228. Há igualmente prova documental dessas transferências.

229. Segundo o já referido laudo pericial 190/2014 da Polícia Federal (evento 37 do processo 5027775-48.2013.404.7000), a MO Consultoria movimentou a expressiva quantia de R\$ 89.736.834,02 no período de 2009 a 2013.

230. Deste montante, R\$ 26.040.314,18 foram provenientes, em sessenta e cinco transações, da Sanko Sider e Sanko Serviços e, destes, pelo menos R\$ 18.645.930,13 especificamente oriundos da obra contratada pelo Consórcio Nacional Camargo Correa na RNEST.

231. O laudo pericial também revelou créditos na conta da MO Consultoria provenientes de várias outras empreiteiras com contratos com a Petrobrás. Constam por exemplo nas contas da MO (lista não exaustiva), conforme apêndice "C" ao laudo 190/2014 (cópia no evento 1, anexo9):

- depósitos de R\$ 3.260.349,00 na conta da MO Consultoria por parte de Consórcio RNEST O. C. Edificações, liderado pela empresa Engevix Engenharia S/A;

- depósitos de R\$ 1.941.944,24 na conta da MO Consultoria por parte de Jaraguá Equipamentos Industriais;

- depósitos de R\$ 1.530.158,56 na conta da MO Consultoria por parte de Galvão Engenharia S/A;

- depósitos de R\$ 619.410,00 na conta da MO Consultoria por parte de Construtora OAS Ltda.;

- depósitos de R\$ 563.100,00 na conta da MO Consultoria por parte da OAS Engenharia e Participações S/A;

- depósitos de R\$ 435.509,72 na conta da MO Consultoria por parte da Coesa Engenharia Ltda.; e

- depósitos de R\$ 431.710,00 na conta da MO Consultoria por parte de Consórcio SEHAB, liderado pela Construtora OAS Ltda..

232. Tais depósitos, supostamente vinculados a esquemas criminosos semelhantes, são objeto de outros processos.

233. Misturados com os depósitos da Sanko Sider e Sanko Serviços, os valores tiveram destinações diversas.

234. Interessam especificamente as seguintes transferências:

- R\$ 10.419.911,00 em setenta e oito créditos para a Labogen S/A Química Fina e Biotecnologia;

- R\$ 6.785.200,00 em trinta créditos para a Indústria e Comércio de Medicamentos Labogen S/A;

- R\$ 4.256.350,00 em trinta e cinco créditos para a Piroquímica Comercial Ltda;

- R\$ 1.679.679.756,00 em trinta e seis créditos para RCI Software Ltda.; e

- R\$ 738.300,00 em vinte e um créditos para Empreiteira Rigidez.

235. Reporta-se ainda a denúncia que, na conta da MO Consultoria foram sacados em espécie R\$ 322.373,47, não sendo possível identificar o destinatário e que foram emitidos pelo menos oitenta e nove cheques cujos destinatários não puderam ser identificados, conforme laudo pericial constante no anexo7 do evento 1.

236. O quadro social da Indústria Labogen é composto por Esdras Arantes Ferreira, Leandro Meirelles, Leonardo Meirelles, Pedro Argese Júnior e Vicente Pinho de Mello (evento 15, anexo9, do processo 5001446-62.2014.404.7000). Da Labogen S/A, constam Leonardo

Meirelles e Esdra Arante Ferreira (evento 15, anexo10, do processo 5001446-62.2014.404.7000. Da Piroquímica, constam Pedro Argese Júnior e Gilberto João Bulla (evento 15, anexo14, do processo 5001446-62.2014.404.7000).

237. A RCI Software tem em seu quadro social Eufranio Ferreira Alves, mas foi apreendida nos autos procuração outorgada Waldomiro de Oliveira (evento 1, anexo10, da ação penal). A Empreiteira Rigidez tem no quadro social Soraia Lima da Silva e Andrea dos Santos Sebastião, mas seria controlada por Waldomiro Oliveira. Tanto para a RCI como para a Empreiteira Rigidez, é Waldomiro quem assina os contratos em nome das duas empresas celebrados com diversas empreiteiras brasileiras e que foram reunidos no evento 1.071 (v.g.: contratos entre Coesa e Empreiteira Rigidez, entre Consórcio URC e Empreiteira Rigidez, entre MPE - Montagens e Projetos Especiais S/A e Empreiteira Rigidez, entre Construtora OAS e RCI Software, entre Construtora OAS e Empreiteira Rigidez). Basta aqui a comparação visual da assinatura dos contratos com a constante no termo de depoimento no evento 14, arquivo autoqualific7, inquérito 5049557-14.2013.4.04.7000.

238. Em uma ainda ulterior fase de lavagem de dinheiro, as empresas Labogen Química, Indústria e Comércio Labogen e Piroquímica Comercial Ltda. foram utilizadas para realizar transferências internacionais ao exterior.

239. Entre 24/06/2010 a 27/09/2012, foram identificados registros de 2.070 contratos de câmbio para pagamento de importações em nome das três empresas em um total de USD 111.960.984,43.

240. Pela Labogen Química, foram 1.125 operações no montante de USD 64.210.057,56, pela Indústria Labogen, foram 483 operações no montante de USD 22.713.141,31, e pela Piroquímica, 462 operações no montante de USD 25.037.785,56.

241. Essas operações estão discriminadas no anexo 11 da denúncia (evento 1), tendo sido encaminhadas a este Juízo pelo Banco Central (evento 41 do processo 5007992-36.2014.4.04.7000).

242. As operações foram fraudulentas, porque não amparadas em importações de mercadorias que efetivamente ocorreram.

243. Em realidade, a importação era simulada documentalmente para viabilizar a celebração de contrato de câmbio de importação, realizando remessa ao exterior ao pretexto de pagar o fornecedor.

244. Segundo informações prestadas pela Receita Federal, não há registro de operações de importação pela empresa Indústria e Comércio Labogen (evento 20, pet1, do processo 5007992-36.2014.4.04.7000), então todos os contratos de câmbio para pagamento de importação foram fraudulentos, pois inexistentes de fato as importações.

245. A Labogen Química registrou somente vinte e quatro declarações de importação no período que somaram USD 372.935,54 (evento 20, anexo5, do processo 5007992-36.2014.4.04.7000), o que é absolutamente inconsistente com os 1.125 contratos de câmbio de importação no montante de USD 64.210.057,56.

247. A Piroquímica registrou somente quatro declarações de importação no período que somaram USD 15.517,23 (evento 20, anexo6, do processo 5007992-36.2014.4.04.7000), o que é absolutamente inconsistente com os 462 contratos de câmbio de importação no montante de USD 25.037.785,56.

248. Essas empresas eram, na prática, utilizadas apenas para as movimentações financeiras, não tendo atividade econômica efetiva ou, quando existente, compatível com o fluxo financeiro.

249. A Indústria Labogen não apresentou declaração de rendimentos à Receita Federal no período dos fatos (evento 22, ofic1, do processo 5007992-36.2014.4.04.7000). A Empreiteira Rigidez apresentou declarações em branco no período (evento 25, anexo1, do processo 5007992-36.2014.4.04.7000). A Labogen Química e a Piroquímica Comercial apresentaram declarações no período mas inconsistentes com o volume de operações de câmbio (eventos 31 e 34 do processo 5007992-36.2014.4.04.7000).

250. Apenas a RCI Software apresentou no período declarações não manifestamente inconsistente com os créditos recebidos da MO Consultoria (evento 35, anexo1, do processo 5007992-36.2014.4.04.7000).

251. Todos esses dados foram obtidos obtidos com prévia quebra judicial do sigilo bancário e fiscal dessas empresas (decisão de 20/02/2014, evento 3, do processo 5007992-36.2014.4.04.7000).

252. Cópias dos contratos de câmbio foram ainda juntados aos autos, nos eventos 288, out5, 790, 791, 792, 795, 857, 863, 864 e 865.

253. Parte do numerário foi enviado para contas no HSBC em Hong Kong em nome da off-shores RFY Import & Export Ltda. e DGX Imp. Expo Ltda. Contratos de constituição, contratos de operações de câmbio e cartas relativas a essas duas empresas foram descobertos na interceptação telemática do endereço eletrônico dubay66@hotmail.com que era utilizado pelo acusado Leonardo Meirelles. Os documentos e mensagens foram reproduzidos na representação policial constante no evento 15 do processo 5001446-62.2014.4.04.7000 (fls. 41-86) No contrato de constituição da DGX Import & Export Limited, Leandro Meirelles é apontando como responsável. Em contrato de importação celebrado entre a Piroquímica e a RFY Import & Export Ltda., Pedro Argese assina pela Piroquímica e Leonardo Meirelles pela RFY.

254. Provados, portanto, o fluxo financeiro da MO Consultoria para essas empresas de fachada, sem atividade econômica real ou compatível com a movimentação financeira. Três delas, Labogen Química, Indústria e Comércio Labogen e Piroquímica Comercial Ltda., eram ainda utilizadas para realizar transferências internacionais fraudulentas, com simulação de operações de importação de mercadorias.

255. Caracterizadas também aqui condutas de ocultação e dissimulação pois as transferências das contas da MO Consultoria para as empresas Empreiteira Rigidez, RCI Software, Labogen Química, Indústria e Comércio Labogen e Piroquímica Comercial Ltda., não tinham causa econômica lícita, já que se tratavam de empresas de fachada ou com movimentação financeira inconsistente com suas atividades.

256. A posterior realização de transferências internacionais pela Labogen Química, Indústria e Comércio Labogen e Piroquímica Comercial Ltda. para pagamento de importações simuladas também constitui conduta de ocultação e dissimulação.

257. Os recursos movimentados nessas transações têm origem criminosa, já que, em parte, provenientes da MO Consultoria que, como visto, recebeu pelo menos R\$ 18.645.930,13 especificamente oriundos da obra superfaturada contratada pelo Consórcio Nacional Camargo Correa.

258. É certo que esses dezoito milhões foram na conta da MO Consultoria misturados com dinheiro de origem criminal diversa e é igualmente certo que os dezoito milhões foram também misturados nas contas da Empreiteira Rigidez, RCI Software, Labogen Química, Indústria e Comércio Labogen e Piroquímica Comercial Ltda. a créditos de origem criminal diversa.

259. Destaque-se que o MPF, na análise dos dados bancários constantes no (laudo pericial do MPF 079/2014, evento 1.104, arquivo lau13), ainda buscou demonstrar uma ligação estreita entre todo o fluxo financeiro, inclusive que os créditos efetuados pela MO Consultoria na conta da Labogen eram seguidos por transferências desta para empresas corretoras de câmbio para as transferências internacionais (como apontado no quadro 21, fl. 18, do referido documento).

260. Entretanto, não reputo necessária uma demonstração específica do rastreamento de cada valor, o que se inviabilizou pelo expediente de misturar os valores de procedência variada nessas operações.

261. É que a mistura de valores de procedências diversas é também um método de lavagem de dinheiro que visa dificultar ou impedir o rastreamento do numerário.

262. E, por outro lado, todas essas transações envolvendo o destino ulterior dos dezoito milhões, incluindo as transferências internacionais, eram expedientes de lavagem de dinheiro, carecendo todos

de causa econômica lícita.

263. Provada, somente pelas provas citadas, que ainda não incluem as confissões ou o depoimento das testemunhas, a materialidade do crime de lavagem de dinheiro, tendo por antecedentes, crimes de peculato ou do art. 96 da Lei nº 8.666/1993, relativamente a esse segundo ciclo de lavagem de dinheiro, com fluxo da MO Consultoria para as contas da Empreiteira Rigidez, RCI Software, Labogen Química, Indústria e Comércio Labogen e Piroquímica Comercial Ltda., e ainda das três últimas para o exterior.

264. Os dois ciclos de lavagem de dinheiro não constituem condutas criminosas autônomas como parece pretender a denúncia ao enquadrá-las em pelo menos cinco fatos delitivos diferentes.

265. Trata-se de um mesmo processo contínuo de lavagem de dinheiro, com colocação, circularização e integração, fases distintas de uma mesma operação de lavagem.

266. As fases são compostas por atos distintos, mas ainda assim não é possível considerar que cada fase constitui um crime em separado.

267. Também não se trata de crime único, pois já na primeira fase, do fluxo das empresas Sanko para a MO Consultoria, foi possível distinguir, com base na planilha apreendida, pelo menos vinte transferências de R\$ 18.645.930,13, no período de 23/07/2009 a 02/05/2012. Inviável reconhecer crime único em período temporal dilatado e realizado em vinte operações iniciais distintas. A partir da primeira operação, porém, as movimentações nas fases posteriores não constituem novos crimes de lavagem de dinheiro, mas prosseguimento dos demais.

268. Então reputo comprovadas materialmente pelo menos vinte operações de lavagem de dinheiro no montante total de R\$ 18.645.930,13, no período de 23/07/2009 a 02/05/2012, em fluxo financeiro, com diversos atos de ocultação e dissimulação, que, utilizando excedentes decorrentes de sobrepreço e superfaturamento em obras da RNEST, vai do Consórcio Nacional Camargo Correa, passando pela Sanko Sider e Sanko Serviços, pela MO Consultoria, pelas empresas Empreiteira Rigidez, RCI Software, Labogen Química, Indústria e Comércio Labogen e Piroquímica Comercial Ltda., com operações ainda de remessas ao exterior, até o destino final para Alberto Youssef, Paulo Roberto Costa e outros agentes públicos.

269. Adicionalmente, há prova de operação de lavagem de dinheiro específica, consistindo na aquisição por Alberto Youssef do veículo Land Rover, em 15/05/2013, e o faturamento em nome de Paulo Roberto Costa. A aquisição de veículo em nome de terceiro, ocultando a origem e a titularidade dos recursos empregados também caracteriza ocultação e dissimulação e, portanto, lavagem de dinheiro. Dedicado Alberto Youssef à prática habitual e profissional de lavagem de dinheiro

obtido no esquema criminoso da Petrobrás, de se concluir que os recursos empregados tinham igualmente origem neste mesmo esquema criminoso, até porque o destinatário era Paulo Roberto Costa.

270. Quanto à autoria, há provas do envolvimento de Alberto Youssef, Paulo Roberto Costa, Márcio Bonilho, Waldomiro de Oliveira, Leonardo Meirelles, Leandro Meirelles, Pedro Argese Júnior e Esdra Arantes Ferreira em fases diferentes deste ciclo de lavagem.

271. A análise probatória até aqui foi feita, ainda sem as confissões ou mesmo a prova oral, para demonstrar que sequer elas seriam necessárias para o julgamento condenatório na presente ação penal.

272. Isso demonstra a falácia de parte das Defesas, não necessariamente na presente ação penal, de que as provas se baseiam nos acordos de colaboração premiada.

273. Ao contrário, foi a fartura de provas materiais na presente ação penal que levou os acusados, alguns respondendo em liberdade e outros presos cautelarmente, a confessarem parcial ou totalmente os fatos.

274. Os acordos de colaboração firmados com Paulo Roberto Costa e Alberto Youssef visaram principalmente permitir a descoberta de novos fatos delitivos, mas, para a presente ação penal, eram desnecessários.

275. Passa-se a examinar a prova oral.

276. Meire Bonfim da Silva Poza foi ouvida como testemunha na ação penal conexa 5025699-17.2014.404.7000 e na presente ação penal (eventos 772 e 915). Declarou, em síntese, que, como titular da empresa de contabilidade Arbor Consultoria e Assessoria Contábil, prestou serviços contábeis ao grupo criminoso dirigido por Alberto Youssef. Alberto Youssef controlaria a GFD Investimentos e teria utilizado as empresas de Waldomiro de Oliveira, entre elas a MO Consultoria, Empreiteira Rigidez e RCI Software para as fraudes financeiras. Nenhuma das empresas teria condições de prestar serviços técnicos a empreiteiras, tratando os contratos e notas em subterfúgio para lavagem de dinheiro. Transcrevo trechos:

"Ministério Público Federal:- A quem pertencia a GFD?

Meire Poza:- Ao Alberto.

Ministério Público Federal:- A quem mais?

Meire Poza:- Que eu tenha conhecimento, só ao Alberto.

Ministério Público Federal:- Ele que tinha o controle da GFD?

Meire Poza:- Sim, sim.

Ministério Público Federal:- A senhora fazia contabilidade de outras empresas dele também?

Meire Poza:- Fazia da Graça Aranha, que é a Marsans, mas só da holding. Eu não fazia das subsidiárias e fazia depois a contabilidade da Malga também.

Ministério Público Federal:- E da MO?

Meire Poza:- A MO eu não cheguei a fazer a contabilidade, doutor. A MO eles tiveram um problema com justiça, eles entraram na CPI do Cachoeira, o senhor Waldomiro. E daí o Alberto indicou o senhor Waldomiro, me indicou, indicou o meu escritório, porque quando ele entrou nessa CPI ele não tinha contabilidade. Então o Beto me indicou e pediu para que eu fizesse a contabilidade para o senhor Waldomiro. O senhor Waldomiro foi lá, me contratou, levou toda a documentação dele lá para o escritório e acabou não sendo feito, porque realmente não existia uma forma de fazer a contabilidade da MO. Mas eu não era contadora responsável.

Ministério Público Federal:- Quem é responsável pela MO então é o senhor Waldomiro?

Meire Poza:- Era, era o senhor Waldomiro.

Ministério Público Federal:- Tinha alguma ingerência dessa empresa por parte do senhor Youssef?

Meire Poza:- Que eu tenha conhecimento, não.

Ministério Público Federal:- O Youssef acabou operando através dessa empresa?

Meire Poza:- Sim.

Ministério Público Federal:- De que forma?

Meire Poza:- Ele pedia para que fossem emitidas notas, então o senhor Waldomiro ele trabalhava basicamente fazendo isso. Ele emitia notas das empresas dele que eram três, era a RCI, a MO e a Empreiteira Rigidez. Então ele, o Beto, pedia para ele as emissões de notas, pagava por isso e ele só emitia as notas.

Ministério Público Federal:- Essa empresa tinha existência física, real?

Meire Poza:- Não, a MO... uma delas tinha um endereço que era uma salinha, mas ele não tinha funcionário, não tinha nada disso.

Ministério Público Federal:- Tinha alguma atividade a empresa?

Meire Poza:- Não.

(...)

Ministério Público Federal:- A senhora sabe me dizer se a MO prestou serviços à Sanko Sider?

Meire Poza:- Não, não prestou.

Ministério Público Federal:- A senhora sabe se tinha notas fiscais emitidas?

Meire Poza:- Tinha.

Ministério Público Federal:- Em face da Sanko Sider?

Meire Poza:- Tinha sim.

Ministério Público Federal:- Essas notas fiscais então eram fictícias?

Meire Poza:- Sim.

Ministério Público Federal:- Não representavam nenhuma prestação de serviços efetiva?

Meire Poza:- Não.

Ministério Público Federal:- Como é que a senhora tem essa convicção?

Meire Poza:- A MO ela não tinha quadro de funcionários, eu conheci o senhor Waldomiro, conversei, estive várias vezes com ele, conversei várias vezes com ele, e ele chegou a me oferecer esse tipo de serviço também. Se eu tinha algum cliente que precisava de notas. Então ele sempre estava a procura disso.

Ministério Público Federal:- A senhora já foi na sede da MO então?

Meire Poza:- Não, nunca estive na sede porque ele tinha só uma... ele falava uma salinha pequena na Alameda Santos.

Ministério Público Federal:- Em relação a GFD, a senhora disse que essa empresa era do senhor Youssef.

Meire Poza:- Isso.

Ministério Público Federal:- Formalmente ela estava em nome de terceiros?

Meire Poza:- Em nome de duas offshore.

Ministério Público Federal:- A senhora se recorda o nome das offshore?

Meire Poza:- Devonshire, as duas, mas eu não lembro exatamente o nome completo.

Ministério Público Federal:- Da mesma forma, há várias notas fiscais, em torno de cinquenta notas fiscais, emitidas em favor da Sanko Sider.

Meire Poza:- Sim.

Ministério Público Federal:- Por parte da GFD. Foram prestados serviços em relação a essas notas emitidas?

Meire Poza:- Só uma observação, doutor. Não seriam cinquenta notas para a Sanko Sider, eu acredito que durante a vida da GFD ela não tenha emitido nem cinquenta notas, algumas foram para a Sanko Sider.

Ministério Público Federal:- A senhora está em razão.

Meire Poza:- Não foram prestados os serviços, não houve prestação de serviços.

Ministério Público Federal:- Porque a senhora afirma isso? Como que a senhora tem essa certeza?

Meire Poza:- Porque a GFD ela não tinha quadro de colaboradores, ela não tinha uma contratação de terceiros para a execução de serviços, porque eu estava lá todos os dias, doutor.

Ministério Público Federal:- A senhora ia na sede da GFD?

Meire Poza:- Eu ia todos os dias.

Ministério Público Federal:- A sede ondeq era?

Meire Poza:- Na Rua Doutor Renato Paes de Barro, 778.

(...)"

277. Ainda na fase de inquérito, os acusados Leonardo Meirelles, Leandro Meirelles Pedro Argese, Esdra de Arantes e Waldomiro de Oliveira confessaram parcialmente os fatos e a utilização das contas das empresas por Alberto Youssef. Também confirmaram a inatividade total ou parcial das empresas e o caráter fraudulento dos contratos de câmbio (evento 14 do inquérito 5049557-14.2013.404.7000).

278. Pedro Argese Júnior (evento 14, arquivo autoqualific5, do inquérito 5049557-14.2013.404.7000) declarou ser proprietário da Piroquímica e Diretor da Labogen. Seria o responsável pela parte comercial. Declarou que Leonardo Meirelles cuidava da parte financeira e movimentava as contas da Piroquímica, da Indústria Labogen e da Labogen. Admitiu que os contratos de câmbio das empresas Labogen, Indústria Labogen e Piroquímica seriam fraudulentos ("que os valores relativos aos contratos de câmbio realmente foram remetidos para o exterior, apesar de não corresponderem efetivamente a uma importação realizada pela Labogen Química, Indústria Labogen e Piroquímica").

279. Esdra de Arantes Ferreira (evento 14, arquivo autoqualific6, do inquérito 5049557-14.2013.404.7000) declarou que trabalhava em um posto de gasolina e foi convidado por Leonardo Meirelles a ingressar no quadro social Labogen e na Piroquímica. Utilizou o nome de

sua esposa, Eliana Regina Botura, para figurar no quadro social. Seria o responsável pela parte operacional, enquanto Leonardo Meirelles cuidaria da parte financeira.

280. Leandro Meirelles (evento 14, arquivo autoqualific4, do inquérito 5049557-14.2013.404.7000) declarou que trabalhava com seu irmão Leonardo Meirelles na Labogen e que realizavam as remessas ao exterior com base em importações fictícias ("que os contratos de câmbio eram em razão de importações fictícias"). Tiveram clientes como José Estevan, Waldomiro de Oliveira e, posteriormente, passaram a operar para Alberto Youssef "fazendo transferências internacionais para ele mediante contratos de câmbio de importações fictícias". Declarou ainda que Pedro Argese e Esdra de Arantes não trabalhavam com os contratos de câmbio e importações fictícias, cuidando eles da parte operacional.

281. Leonardo Meirelles (evento 14, arquivo autoqualific3, do inquérito 5049557-14.2013.404.7000) admitiu sua responsabilidade pelas transferências internacionais com base em importações inexistentes e que as contas de suas empresas eram utilizadas por Alberto Youssef ("que Alberto Youssef fazia uso das contas bancárias da Labogen Química, Indústria Labogen, Piroquímica, Hmar Consultoria e RMV CCV Consultoria, para indicar o recebimento de depósitos e transferências financeiras para tais contas de onde o dinheiro era utilizado em sua maioria para aquisição de contratos de câmbio referente a importações fictícias" - evento 14, arquivo autoqualific3, do inquérito 5049557-14.2013.404.7000). Leonardo e seu irmão faziam os contratos de câmbio, enquanto Pedro Argese e Esdra de Arante "apenas sabiam que as contas das empresas eram movimentadas para terceiros, e que as importações fictícias eram feitas" por Leonardo e Leandro.

282. Já Waldomiro de Oliveira admitiu ser o responsável pelas empresas MO Consultoria, Empreiteira Rigidez e RCI Software e que, a pedido de Alberto Youssef, emitiu notas fraudulentas delas para utilização dele ("que o declarante então passou a trabalhar com Alberto Youssef, o que disse ao declarante que precisaria usar o nome da empresa do declarante para emitir notas fiscais e fazer um fluxo de caixa, além de movimentações financeiras, sem falar de onde ou para onde iriam os valores que deveriam ser movimentados" - evento 14, arquivo autoqualific7, do inquérito 5049557-14.2013.404.7000).

283. Em Juízo, Pedro Argese, Esdra de Arantes e Leandro Meirelles preferiram exercer o direito de permanecer em silêncio. Isso não impede que o Juízo considere os depoimentos prestados no inquérito, uma vez que, na ocasião, estavam acompanhados de advogado, não havendo qualquer dúvida quanto à voluntariedade de suas declarações, sequer tendo sido feito qualquer questionamento a esse respeito pela Defesa.

284. Leonardo Meirelles, no interrogatório judicial (evento 1.167), reiterou, em síntese, a confissão no inquérito. Transcrevo trechos:

"Juiz Federal: - Senhor Leonardo, o seu relacionamento com o senhor Alberto Youssef, o senhor pode esclarecer, especialmente, esses depósitos nessa empresa Labogen?"

Leonardo:- É...

Juiz Federal: - E Piroquímica.

Leonardo:- Perfeito. Excelência, isso ocorreu em... fui apresentado a Alberto Youssef, em meados de 2009 pra 2010, apresentado por senhor Waldomiro de Oliveira, uma vez que eram prestados alguns serviços contábeis, na ocasião, e onde iniciou-se contatos, no princípio mais espaçados e com o decorrer do tempo mais frequentes, no ano de 2011 e 12. Esses contatos foram feitos para pagamentos de eventuais importações que eram realizadas, através da minha empresa, onde do qual eu tinha algumas possibilidades de pagamento e envio de recursos ao exterior, como anteriormente já havia declarado, tanto na Polícia Federal, como no outro processo.

Juiz Federal: - Mas essas remessas pra fora, nem todas estavam amparadas por importações reais, é isso?"

Leonardo:- Perfeito. Nem todas estavam amparadas devidamente pelas suas devidas importações.

Juiz Federal: - O senhor fazia esse serviço só para o senhor Alberto Youssef ou para outras pessoas também?"

Leonardo:- A princípio, a grande maioria, por questões de dificuldades financeiras, naquela ocasião, naquele momento, eu efetuava, a grande maioria, vamos dizer, 80%, 70 a 80%, era pro seu Alberto. E algumas outras para terceiros, e onde advinha o resultado deste, deste ato, algo em torno de... um percentual de comissão, algo em torno de 1%. É o resultado que eu tinha dessa operação.

Juiz Federal: - Esses... e pra isso o senhor utilizava a Labogen e a Piroquímica?"

Leonardo:- Sim. Sim, Excelência.

Juiz Federal: - Alguma outra empresa?"

Leonardo:- A princípio, nesses dois primeiros anos, essas duas empresas.

Juiz Federal: - Para entender, então, o senhor fazia o contrato de câmbio de pagamento de importação..."

Leonardo:- Pra fornecedores..."

Juiz Federal: - Mandava dinheiro pra fora..."

Leonardo:- É, fornecedores internacionais.

Juiz Federal: - Mas essas importações não existiam, em sua maioria.

Leonardo:- No primeiro momento, elas existiram, no passado, importações estas feitas com suas devidas declarações de importação. E, no segundo momento, não.

Juiz Federal: - Quem... as contas que recebiam esses valores lá fora também eram do senhor?

Leonardo:- Algumas importadoras, sim.

Juiz Federal: - Quais seriam as que seriam do senhor?

Leonardo:- RFY Importação... Import & Export, DGX Import & Export, e... Não era minha diretamente, mas utilizava a Elite, Elite Day, se eu não me engano, se não me falha a memória.

(...)

Juiz Federal: - Essas operações que o senhor fazia com o senhor Alberto Youssef, essas remessas eram do senhor Alberto Youssef, também?

Leonardo:- A grande maioria dos recursos advindos eram das transferências feitas por Waldomiro Oliveira, através da Empresa MO Consultoria e Empreiteira Rigidez, uma consultora, agora não me recordo o nome e ... Rigidez, MO e...

Juiz Federal: - RCI?

Leonardo:- RCI.

Juiz Federal:- Mas esses recursos daí iam pro Labogen e pra Piroquímica, eram pra remessas ao exterior para o senhor Alberto Youssef?

Leonardo:- Sim.

(...)

Juiz Federal: - E esse... o senhor também fornecia pra ele valores em espécie?

Leonardo:- Algumas vezes, sim.

Juiz Federal: - Valores em espécie em moeda estrangeira, ou moeda local?

Leonardo:- Não, sempre local, sempre reais. Nunca moeda estrangeira.

Juiz Federal: - E por quê que ele precisava do senhor pra fazer essas operações em espécie?

Leonardo:- Porque ele precisava, na verdade, da destinação, a entrada dos recursos, a TED que ele me... na verdade, enviava a minha pessoa, e precisava transformar isso em reais, né? Que era,

basicamente, a atividade dele, pelo que a gente tem conhecimento, e pelo que eu frequentava o escritório, era o modus operandi que ele utilizava.

Juiz Federal: - Mas os reais, por exemplo, vinha dinheiro da onde, daí? A TED vinha da onde?

Leonardo:- A TED, todas elas, sem exceção, de Waldomiro, de... Na verdade, de créditos... não colocar o Waldomiro, de créditos advindos do Alberto Youssef, que ele, durante o dia, ele ia me posicionando depósitos que iam sendo feitos de N pessoas. Não era especificamente dessas emissões, dessas notas fiscais, da MO.

Juiz Federal: - Mas, por exemplo, uma TED da MO, por quê que ele não sacava daí da MO? Por quê que ele repassava pro senhor?

Leonardo:- Por causa dos valores.

Juiz Federal: - Hã?

Leonardo:- Por causa dos valores, Excelência.

Juiz Federal: - O senhor pode ser mais claro.

Leonardo:- O senhor não consegue sacar 3 milhões de reais num banco. 1 milhão de reais, 800 mil reais, 1 milhão e meio de reais. Você não consegue ir no banco, fazer uma reserva e sacar isso aí, essa quantidade."

285. Declarou ainda que via agentes públicos no escritório de lavagem de dinheiro de Alberto Youssef e que ganhava comissão de 1% sobre as transações para ele realizadas:

"Juiz Federal: - Essa referência que foi feita a agentes públicos, o senhor teve contato, via senhor Alberto Youssef, com agentes públicos.

Leonardo:- Assim, Excelência. No último, no último ano de 2013, o ano passado, em virtude da proximidade de quando houve o interesse de Alberto Youssef em novos investidores de fazer os aportes e investimentos necessários pra construção da fábrica, uma nova fábrica da Labogen, eu tive um convívio maior, quase que diário pra tratar dos assuntos da Labogen, da construção, que são um assunto extremamente complexo, né, tem uma série de situações e, dentro disso, por eu estar no escritório, geralmente eu tava com proximidade, tinha algumas coisas que eu, algumas reuniões, ou situações, eu saía da presença da sala. E teve alguns casos onde do qual eu presenciei, mas, assim, não tem nenhuma... não tem nenhuma, nenhuma prova específica, mas é...

Juiz Federal: - Mas vários, um, dois...

Leonardo:- Alguns, Excelência. Alguns.

Juiz Federal: - Frequentavam o escritório do senhor Alberto Youssef?

Leonardo:- O primeiro escritório, sim, tinha uma frequência maior de pessoas de agentes públicos. No primeiro escritório, na Avenida São Gabriel, esquina com...

Juiz Federal: - Mas eles iam lá? O senhor chegou a presenciar eles receberem dinheiro lá, ou coisa parecida?

Leonardo:- Recursos, não sei dizer. Mas que tinham contas correntes, que tinham negócios com senhor Alberto, era visível, era notório. Porque geralmente eu ficava aguardando, ele estava em reunião, eu ficava...

Juiz Federal: - E essa informação o senhor não prestou lá pra Polícia Federal?

Leonardo:- Não, na ocasião, não. Acho que não era oportuno, assim, não é diretamente ligado à questão Labogen e Leonardo. Então, não acredito que...

Juiz Federal: - E essas transferências que o senhor fazia pro senhor Alberto Youssef, essas transações, qual que era o seu ganho?

Leonardo:- 1%, Excelência."

286. Os valores eram disponibilizados a Alberto Youssef no exterior ou no Brasil através de terceiros. Leonardo Meirelles, apesar da confissão, não revelou o nome de seus outros clientes, como se verifica ilustrativamente no trecho a seguir:

"Juiz Federal: - E de quem que era essa Elite Day?

Leonardo:- Era de terceiros. Só utilizei a conta, só.

Juiz Federal: - Quem, exatamente?

Leonardo:- Não, de pessoas que, uma pessoa que me alugou, especificamente. Asiático.

Juiz Federal: - Qual seria essa pessoa?

Leonardo:- Pois não, Excelência?

Juiz Federal: - Quem seria essa pessoa?

Leonardo:- Uma pessoa do mercado financeiro.

Juiz Federal: - No Brasil, aqui?

Leonardo:- Sim.

Juiz Federal: - E quem é?

Leonardo:- É conhecida como... uma asiática conhecida como Roberta. Não tenho, não sei o nome exato dela."

287. Apesar de admitir ser o principal responsável pelas operações fraudulentas, também declarou que os demais, Leandro Meirelles, Pedro Argese e Esdra de Arantes tinham conhecimento da utilização das empresas para as transferências fraudulentas ao exterior mediante a comissão de 1%.

288. No interrogatório judicial, o acusado Waldomiro Oliveira, admitiu, em síntese, que foi o responsável pela abertura e gestão das empresas MO, Empreiteira Rigidez e RCI Software, que figura no quadro social da MO e tem procuração para gestão das outras duas, e que cedeu as empresas e suas contas para Alberto Youssef, para que este recebesse nelas valores e os distribuisse a terceiros, recebendo para tanto uma comissão de cerca de 1% sobre eles (evento 1.167).

289. Waldomiro declarou que as empresas não prestaram qualquer serviço e que as notas fiscais foram emitidas a pedido de Alberto Youssef. Confrontado em audiência com os contratos celebrados pelas empreiteiras, reconheceu que, embora os tenha assinado em sua maioria, todos a pedido de Alberto Youssef, seriam ideologicamente falsos. Transcrevo trechos:

"Juiz Federal: - Seu Waldomiro, então, o senhor está sendo acusado aqui com relação a essas empresas M.O. Consultoria, RCI Software, Empreiteira Rigidez, do senhor ter disponibilizado essas empresas pro senhor Alberto Youssef. O senhor pode me relatar o que aconteceu aqui?"

Waldomiro:-Não, na realidade, são três empresas que foram utilizadas pelo senhor Alberto, para fazer contrato com outras empresas e angariar dinheiro, depositar em conta, e ele distribuir o dinheiro pra quem ele achava conveniente, que eu não sei quem é.

Juiz Federal: - Mas essas empresas eram do senhor?"

Waldomiro:- A M.O. era minha. A empreiteira era...eu cuidava dela, tinha procuração pra geri-la, e a RCI também.

Juiz Federal: - Essas empresas, elas tinham instalações físicas?"

Waldomiro:- Instalação física, tinha.

Juiz Federal: - O quê que era essa instalação física?"

Waldomiro:-Era um escritório, simplesmente escritório, mesa, cadeira...

Juiz Federal: - Mas eram empresas reais? Tinha lá uma placa, ou coisa parecida, funcionários, empregados?"

Waldomiro:- Não, não. Não tinha. Não tinha.

(...)

Juiz Federal: - O senhor assinou contratos também da M.O. Consultoria, da Empreiteira Rigidez, RCI Software?"

Waldomiro:- Assinei contratos de fornecimento de serviços?

Juiz Federal: - Isso.

Waldomiro:- Assinei, sim.

Juiz Federal: - Esses serviços foram prestados?

Waldomiro:- Não senhor.

Juiz Federal: - O senhor ganhava alguma coisa? O que o senhor ganhava?

Waldomiro:- Sim, tinha um ganho, tinha um ganho que é onde eu disse ao senhor, as pessoas falam as coisas. Se a gente não tá presente, cada um fala o que quer. O ganho que estavam mencionando era catorze e meio por cento. E lá desses catorze e meio por cento de cada emissão de nota, tinha que deduzir os impostos. Dessa dedução de impostos, que tinha que deduzir, tinha que mandar pras pessoas que eram determinadas, Labogen ou Piroquímica, ou outras pessoas físicas ou jurídicas que o Alberto pedia pra mandar. O quê que acontece? Nesse momento eu fazia essas transferências e mandava. O ganho, então, voltando ao ganho.

Juiz Federal: - E o senhor fazia retenção daí também de imposto de renda...

Waldomiro:- Era direto na nota, já era deduzido na nota.

Juiz Federal: - Tá. Mas isso quando a M.O. recebia, mas e quando ela pagava ou transferia?

Waldomiro:- Não, eu vou continuar, pra poder responder o...

Juiz Federal: - Tá.

Waldomiro:- O que acontecia? Então recebia esses seis, ponto que descontava, o saldo que ficou era dividido entre o escritório, o Waldomiro e o seu Alberto Youssef.

Juiz Federal: - O escritório que o senhor diz, é o senhor Antonio?

Waldomiro:- Isso.

Juiz Federal: - E quanto que sobrava de saldo?

Waldomiro:- Então, pelos cálculos tanto de despesas que ele tinha, e que eu tinha, eu calculei um por cento, talvez até menos, até porque eu usava contas dos bancos que estavam abertas, contas garantidas. E muitas vezes, quando não tinha saldo, ou até pra mandar, pra fazer alguma coisa, eu, talvez seja por pouco tempo, mandava o dinheiro, depois entrava o dinheiro pelo comissionamento que eu imaginava que era, ele cobria essa conta que eu usava, a conta especial. E assim foi. Só que no frigar dos ovos, se fosse contar aluguel de escritório, uma infinidade de

despesas, a gente acabava tendo um ganho bem menor do que os catorze por cento, que ventilou-se aí. Então, é essa explicação que eu gostaria de dar pro senhor.

Juiz Federal: - Mas quanto, aproximadamente, que o senhor ganhava de líquido disso aí? Em porcentagem ?

Waldomiro:- Eu acredito que em torno de um por cento, por aí.

(...)"

290. Indagado especificamente sobre o contrato entre a MO Consultoria e as empresas Sanko Sider e Sanko Serviços, Waldomiro de Oliveira respondeu:

"Juiz Federal: - Por último, um contrato aqui que na verdade já tava nos autos antes que é um contrato entre a Sanko Serviços de Pesquisa e Mapeamento e a M.O. Consultoria que é para serviços específicos de elaboração de laudos dos impactos tributários nas importações de materiais para aplicação junto ao consórcio Camargo Correa SENE. No valor de três milhões e quinhentos mil reais, 05 de julho de 2011. Vou lhe mostrar aqui a assinatura, peça pro senhor dar uma olhadinha.

Waldomiro de Oliveira:-A assinatura é minha.

Juiz Federal: - O senhor se recorda desse contrato específico? Dessa empresa Sanko Serviços?

Waldomiro de Oliveira:-Sim, sim, a Sanko, sim. Me recordo, mas não foi executado nenhum serviço.

Juiz Federal: - O senhor foi nessa empresa Sanko alguma vez?

Waldomiro de Oliveira:-Fui, fui em duas ocasiões.

Juiz Federal: - O senhor pode me esclarecer as circunstâncias?

Waldomiro de Oliveira:-É, a pedido do senhor Alberto pra ir lá que ia ter algum contrato alguma coisa pra ser elaborado. Eu fui lá uma ou duas vezes.

Juiz Federal: - O senhor ficou na recepção ou o senhor foi admitido como é que foi?

Waldomiro de Oliveira:-Não, eu fui lá e conversei eu falei e conversei com um senhor lá da empresa, mas fui lá na empresa.

Juiz Federal: - Com qual senhor que o senhor falou da empresa?

Waldomiro de Oliveira:-Com o senhor Marcio Berilo.

Juiz Federal: - Bonilho?

Waldomiro de Oliveira:-Bonilho.

Juiz Federal: - E esse outro Murilo Tena Barrios o senhor conhece?

Waldomiro de Oliveira:-Não conheço senhor, não conheço.

Juiz Federal: - E o que é que foi o objeto dessa conversa com o senhor Marcio Bonilho, o quê que conversaram?

Waldomiro de Oliveira:-Eu não conversei, eu só fui levar um documento, só fui levar um papel um documento que era pra saber o quê que ia fazer.

Juiz Federal: - Mas o senhor não conversou com ele, o quê que era esse contrato, o quê que não era.

Waldomiro de Oliveira:-Não, sobre contrato não conversei nada.

Juiz Federal: - Estava pré-agendado pelo senhor Alberto Youssef?

Waldomiro de Oliveira:-Sim.

Juiz Federal: - Esse serviço aqui como é que é? Elaboração de laudos dos impactos tributários.

Waldomiro de Oliveira:-Não foi feito."

291. Também o sócio-gerente das empresas Sanko Sider e Sanko Serviços, o acusado Márcio Bonilho, após inicialmente ter alegado, no inquérito policial e no transcorrer de sua defesa judicial, que a MO Consultoria teria prestado serviços reais às suas empresas, veio finalmente, em seu interrogatório judicial (evento 1167), admitir, em síntese, que tais serviços inexistiam e que os contratos e notas fiscais foram produzidos fraudulentamente para justificar pagamento de "comissões" à Alberto Youssef por intermediação deste na venda dos produtos da empresa para o Consórcio Nacional Camargo Correa. Também declarou que Alberto Youssef teria grande influência perante as empreiteiras e admitiu a autenticidade das planilhas acima referidas. Transcrevo trechos:

"Márcio Bonilho:-E o quê que acontece? Nós saímos tentando vender esse projeto, eu conheci o Alberto Youssef, se eu não me engano uns quatro ou cinco... Quatro anos atrás eu acho, e a gente colocou... Ele era uma pessoa que gozava de uma credibilidade boa nesse setor e ele andava bem, e ele andava com pessoas tomadoras de decisão, e a gente colocou esse projeto e ele resolveu vender, foi isso que aconteceu. Eu coloquei a possibilidade, ele falou de uma possibilidade de pagar comissões para ele, eu fechei o negócio e aconteceram as comissões.

Juiz Federal:- Mas que negócio o senhor conseguiu por intermédio do Senhor Alberto Youssef?

Márcio Bonilho:-Eu fechei negócios com o CNCC, fechei negócios com o Conest, fechei negócios com a UTC, fechei negócios com Engevix, com o Estaleiro, fechei... Não recordo todos, mas fechei meia dúzia de negócios, assim, com 10 empresas distintas.

Juiz Federal:- Para fornecimento de tubulação?

Márcio Bonilho:-De tubulação.

Juiz Federal:- E isso em obras que essas empreiteiras faziam no setor de óleo e gás?

Márcio Bonilho:-Sim.

Juiz Federal:- Para a Petrobras?

Márcio Bonilho:-Sim.

Juiz Federal:- E qual era a influência do Senhor Alberto Youssef junto a essas empresas?

Márcio Bonilho:-Eu não sabia exatamente o teor da influência, o que eu sabia é que ele tinha um bom contato e ele abria as portas. Então, se eu fosse procurar um diretor, ele tinha relações com esse diretor e ele me apresentava. Ele apresentava, marcava uma reunião, eu era recebido, eu fazia a apresentação técnica e nós tentávamos fazer a venda.

Juiz Federal:- Diretor das empreiteiras que o senhor está dizendo?

Márcio Bonilho:-Exatamente.

(...)

Juiz Federal:- No evento 26 da ação penal tem uma série de planilhas. Tem uma delas que é essa planilha que fala em repasse e comissão... Há uma referência ali 'cliente CNCC', o que é que essas siglas significam?

Márcio Bonilho:-CNCC Consórcio Nacional Camargo Corrêa.

Juiz Federal:- E o valor aqui dá um valor de 29 milhões e 210?

Márcio Bonilho:-É, ao todo foi isso. Foram 200 e... Foi a maior venda em cinco anos. Essa, essas comissões são movimentos de quatro anos.

Juiz Federal:- De quatro anos?

Márcio Bonilho:-É. Três, três ou quatro anos.

Juiz Federal:- E quanto a sua empresa recebeu do total, assim, do consórcio?

Márcio Bonilho:-Cento e... Só do... É que, veja bem, aí tinham comissões que eu prestava para o Youssef de outras vendas; porém, 80% foi do CNCC.

Juiz Federal:- Mas aqui só tem cliente CNCC.

Márcio Bonilho:-Eu não sei a planilha que o senhor está olhando, mas tinham tantas planilhas que eu mandava que eu já nem sei.

Juiz Federal:- Então eu vou lhe mostrar aqui. Então como eu disse, já identifiquei, ta no evento 26 e o valor dela total é 29.210.787,58.

Márcio Bonilho:-É, essa daqui mesmo. Essas são vendas direcionadas, comissões do consórcio do cliente CNCC.

Juiz Federal:- Esses então são só do Consórcio Camargo Corrêa?

Márcio Bonilho:-Só. Só dele.

Juiz Federal:- E quanto que a sua empresa, as duas empresas receberam no total do consórcio?

Márcio Bonilho:-Acredito que por volta de cento e... Só do consórcio foi um serviço de 150, ao redor, próximo de 150.

Juiz Federal:- Ganha muito? Ganha muito ser pago de comissão?

Márcio Bonilho:-Olha doutor, temos uma...

Juiz Federal:- Oi? A pergunta é se não é muito pagamento de comissão?

Márcio Bonilho:-Comissão. Não, não, não foi 150 milhões de comissão. A venda...

Juiz Federal:- Não. Eu estou perguntando da planilha, a comissão de 29 não é? Não foi de 150."

292. Também admitiu que os repasses das "comissões" a Alberto Youssef eram feitos por depósitos nas contas das empresas MO Consultoria e GFD Investimentos e que os contratos celebrados entre elas e a Sanko Sider seriam fraudulentos, já que os serviços descritos nas notas e contratos não teriam sido prestados:

"Juiz Federal:- Como o senhor pagava o Senhor Alberto Youssef, a forma?

Márcio Bonilho:-Esse foi o grande problema. Q quê que aconteceu? Eu falei: 'eu não tenho caixa dois, eu não vendo por fora e eu só tenho vendas oficiais, por dentro, com nota fiscal, eu preciso de notas fiscais'. Ele disse: 'eu não tenho uma empresa', por 'n' problemas aí, que ele não quis me especificar. E o que acabou acontecendo foi que essas empresas, ele indicou algumas empresas para que eu pagasse, a GFD e a MO. Eu inclusive fiquei em dúvida sobre essa tratativa, e consultei as pessoas que entendem um pouco da lei aí e me orientaram que era um pagamento por indicação, que poderia ser feito. Eu verifiquei as notas junto à contabilidade, minha contabilidade fez o serviço de checar, e viu que as empresas eram ativas, com CNPJ ativo e foi-me orientado que eu devesse depositar na conta exclusivamente do CNPJ, e foi assim que nós...

Juiz Federal:- Quais as empresas que são?

Márcio Bonilho:-MO e GFD.

Juiz Federal:- Eu vou lhe mostrar aqui um contrato, então, da MO com Sanko Serviços de 5 de junho de 2011, está nos autos.

Márcio Bonilho:-Sim, sim.

Juiz Federal:- Peço para o senhor dar uma olhadinha.

Márcio Bonilho:-Sim. Certo. Isso mesmo.

Juiz Federal:- O senhor pode me devolver?

Márcio Bonilho:-Sim. Claro.

Juiz Federal:- Consta aqui no objeto contratual: contratante, no caso a sua empresa, requer serviço específico de elaboração de laudos dos impactos tributários das importações de materiais para aplicação junto ao contrato assinado com o Consórcio Camargo Corrêa, CNEC, o contratante requer serviços específicos de elaboração de laudo de auditoria financeira de todo o projeto CNCC. Esses serviços não foram prestados então?

Márcio Bonilho:-Não foram.

Juiz Federal:- Mas não é fraudulento, daí, o contrato, Senhor Márcio?

Márcio Bonilho:-Não, esse contrato é... Eles diziam que queriam ter um contrato apenas para que pudessem nos cobrar para efeito de pagamento. Eu não sei, não poderia dizer se é fraudulento ou não.

Juiz Federal:- Se é uma comissão, se é uma intermediação não teria que constar isso no contrato?

Márcio Bonilho:-Eu solicitei diversas vezes que ele abrisse uma empresa de representação, mas disseram que ele poderia pagar por indicação, contanto que eu recolhesse os tributos, contabilizasse as notas e pagasse as...

Juiz Federal:- A sua empresa assinou esse contrato?

Márcio Bonilho:-Sim, assinamos.

Juiz Federal:- E o que está aqui não é verdadeiro?

Márcio Bonilho:-Não.

Juiz Federal:- Da GFD Investimentos também tem aqui um contrato, que eu vou mostrar para o senhor, da Sanko Serviços, 28 de...

Márcio Bonilho:-A GFD até teve um ensaio de prestar um serviço, Excelência; porém, acabou não sendo efetivado o serviço, mas eu depusitei na conta da GFD valores referente a comissão. Mas ele tentou vender um serviço financeiro da GFD, mas acabou não acontecendo esse serviço.

Juiz Federal:- E o senhor devolveu o dinheiro, daí? Ele devolveu o dinheiro para o senhor?

Márcio Bonilho:-Não, não houve pagamento desse contrato de serviço.

Juiz Federal:- Vou mostrar esse contrato para o senhor, Sanko Serviços e GFD Investimentos, de 28 de outubro de 2013.

Márcio Bonilho:-Sim.

Juiz Federal:- Peço para o senhor dar uma olhadinha.

Márcio Bonilho:-OK.

Juiz Federal:- Esse contrato consta a sua assinatura aqui?

Márcio Bonilho:-Sim, sim.

Juiz Federal:- O senhor quem assinou então?

Márcio Bonilho:-Sim.

Juiz Federal:- E esse serviço também não foi prestado?

Márcio Bonilho:-Não foi, senhor.

Juiz Federal:- 'O presente contrato tem por objeto consultoria, assessoria em administração financeira, englobando operações de finalidade de manutenção e formação de recursos financeiros, indispensáveis à quitação de fatores de produção e sua distribuição'. Isso aqui também não era verdadeiro, então?

Márcio Bonilho:-Não.

(...)"

293. Diante das provas categóricas, os acusados Alberto Youssef e Paulo Roberto Costa, como adiantado, ex-Diretor de Abastecimento da Petrobras, resolveram, no curso da presente ação penal 5026212-82.2014.404.7000, confessar os fatos e esclarecê-los, buscando colaborar com a Justiça e obter benefícios de redução de pena (evento 1101).

294. Em síntese, declararam que grandes empreiteiras do Brasil, entre elas a Construtora Camargo Correa, reunidas em cartel, fraudariam as licitações da Petrobrás mediante ajuste, o que lhes possibilitava impor nos contratos o preço máximo admitido pela referida empresa (próximo aos 20% acima da estimativa de custo).

295. As empreiteiras ainda pagariam sistematicamente propinas a dirigentes da empresa estatal calculados em percentual de 2% a 3% sobre cada contrato da Petrobrás, inclusive daqueles celebrados no âmbito da RNEST.

296. No âmbito dos contratos relacionados à Diretoria de Abastecimento, ocupada por Paulo Roberto Costa, 1% de todo o contrato seria repassado pelas empreiteiras a Alberto Youssef, que ficava encarregado de remunerar os agentes públicos, entre eles Paulo Roberto Costa.

297. Do 1% da propina, parte ficava com Paulo Roberto Costa, parte com Alberto Youssef, mas a maior parte, cerca de 60%, seria destinada a agentes políticos.

298. O esquema criminoso seria reproduzido em contratos relacionados a outras Diretorias, como a Diretoria de Serviços, ocupada por Renato Duque. Os repasses seriam feitos por outros operadores e teriam por beneficiários outros agentes públicos.

299. Paulo Roberto Costa ainda admitiu que persistiu recebendo vantagem indevida mesmo após ter saído em 2012 da Diretoria de Abastecimento, relativamente a valores cujo pagamento teria ficado pendente na época. O referido veículo Land Rover Evoque, de placa FZQ 1954, adquirido, em 15/05/2013, pelo preço de R\$ 250.000,00 por Alberto Youssef, mas colocado no nome de Paulo, seria pagamento de propina pendente. Parte dos valores pendentes teria sido recebido mediante a contratação pelas empreiteiras de serviços de consultoria da empresa de Paulo Costa, a Costa Global Consultoria e Participações Ltda., e pagamento por serviços total ou parcialmente inexistentes.

300. Agrego que não houve qualquer retratação superveniente dessas declarações por parte dos criminosos colaboradores, ao contrário do ventilado por algumas Defesas, não necessariamente nestes autos. O superfaturamento por eles admitido nos contratos decorria da fraude à licitação, com ajuste do vencedor no cartel, e que permitia às empreiteiras impor o seu preço à Petrobrás, muito próximo do máximo admitido pela estatal (20% acima da estimativa de custo). Evidente, por outro lado, que, por terem essa facilidade em impor o seu preço, tinham condições de gerar o excedente necessário para fazer frente ao custo da propina (2% a 3%), este ao final suportado pelos cofres da Petrobras que arcava com o preço da obra. O custo real dessas obras dificilmente será descoberto, pois o melhor meio para defini-lo, pela competição real entre os licitantes, restou prejudicado pela fraude e ajuste. Transcrevo trechos, ainda que longos, pela relevância:

"Juiz Federal:- Sobre esquemas narrados aqui pelo Ministério Público, de desvios de recursos da Petrobras, através dessas empresas, por ela contratadas, o que o senhor pode me relatar?"

Paulo Roberto Costa: -Muito bem. Na realidade o que acontecia dentro da Petrobras, principalmente mais a partir de 2006 pra frente, é um processo de cartelização. O quê que significa isso? As grandes empresas do Brasil, e são poucas grandes empresas que têm condição de fazer uma refinaria, que tem condição de fazer uma plataforma, que tem condição de fazer um navio de processo, que tem condição de fazer uma hidrelétrica, como Belo Monte,

Santo Antônio, e outras tantas lá no norte do país, que tem condição de fazer uma usina como Angra 3, são pouquíssimas. E essas empresas, não só no âmbito da Petrobras, mas no âmbito de um modo geral, nas grandes obras do país, quer seja ferrovias, hidrovias, portos, aeroportos, o Brasil fica restrito a essas poucas empresas. Essas empresas, então no âmbito específico da área de Abastecimento, as obras, 2004, 2005, nós tivemos pouquíssimas obras porque o orçamento era muito restrito e também não tinha projeto. Então as obras na área de Abastecimento praticamente começaram a partir de 2006; 2006 começaram as obras, e as refinarias novas, no caso específico, a primeira que vai ficar pronta agora em novembro desse ano, que é a refinaria Abreu e Lima, lá em Pernambuco, a parte de terraplanagem dela começou em 2007. Então, vamos dizer, teve um período aí de pouquíssima realização financeira de contratos por não ter nem orçamento, nem projeto. Quando começou essa atividade, porque esse recurso era todo alocado principalmente para área de exploração e produção, que é a área mais importante em qualquer companhia de petróleo. Quando começou então essa atividade, ficou claro pra mim, eu não tinha esse conhecimento quando eu entrei, em 2004, ficou claro pra mim dessa, entre aspas, 'acordo prévio', entre as companhias em relação às obras. Ou seja, existia, claramente, isto me foi dito por algumas empresas, pelos seus Presidentes das companhias, de forma muito clara, que havia uma escolha de obras, dentro da Petrobras e fora da Petrobras. Então, por exemplo, empre..., Usina Hidrelétrica detal lugar, neste momento qual é a empresa que tá mais disponível a fazer?

Juiz Federal:- Sim.

Paulo Roberto Costa: -E essa cartelização obviamente que resulta num delta preço excedente, não é? Na área de petróleo e gás, essas empresas, normalmente, entre os custos indiretos e o seu lucro, o chamado BDI, elas normalmente colocam algo entre 10% a 20%, então, dependendo da obra, do risco da obra, da... condição do projeto, então de 10% a 20% pra esse, pra esse, esse BDI. O que acontecia especificamente nas obras da Petrobras? Por hipótese, o BDI era 15%? Então se colocava, normalmente, em média, em média, 3% a mais. E esses 3% eram alocados a agentes políticos.

Juiz Federal: - Mas essa, para eu entender então, as empresas elas previamente definiam então, elas tinham condições por esse acerto prévio de definir a proposta de preço que elas iam apresentar?

Paulo Roberto Costa: -Sim.

Juiz Federal:- E nisso ela já embutia, vamos dizer na prática, o preço que elas quisessem.

Paulo Roberto Costa: -É, normalmente, como falei, o BDI na faixa de 10% a 20%, e normalmente, em média, 3% de ajuste político. A Petrobras em paralelo, a área de engenharia, que conduz as licitações da Petrobras, vamos dizer, todas as licitações da área de Abastecimento de grande porte são conduzidas por outra diretoria, que não era a Diretoria de Abastecimento, que era a Diretoria de Serviço, ela presta este serviço para a área de Abastecimento, como presta também para a área de exploração e produção e às vezes para a área internacional e para área de gás natural. Então existe uma, uma diretoria que faz esta atividade. O quê que ela faz nesta

atividade? Ela pega o cadastro da Petrobras, escolhe as empresas que vão participar do processo licitatório, faz a licitação, então é nomeada uma comissão de licitação ou a coordenação da comissão de licitação é dessa diretoria, então ela faz a licitação. Tem uma outra equipe, nesta mesma diretoria, que faz o chamado 'orçamento básico', então, em cima do projeto que foi verificado, a Petrobras faz um valor inicial que ela acha que é viável fazer aquela obra, o 'orçamento básico' que a gente chama. E esse orçamento básico a Petrobras considera valores razoáveis, se a obra é estimada aum bilhão de reais, por exemplo, ela, a Petrobras era razoável uma, um acima até 20% e um valor abaixo até mais 20% menos 15%, nesta média. Então são valores que a Petrobras acha razoável. Então ela, normalmente, se a empresa deu 25%, normalmente esse contrato não vai ser executado com este valor. Então chama-se essa empresa que deu 25% que é o valor melhor que tem, chama essa empresa pra tentar reduzir pra 20 ou menos. Então, vamos dizer, essa diretoria é que faz também essa parte de orçamento.

Juiz Federal:- Sei.

Paulo Roberto Costa: -Fez o orçamento, fez a licitação, abre o preço pra todas as empresas ao mesmo tempo, e ali define-se, então, vamos dizer, o primeiro colocado, o segundo colocado, o terceiro colocado, não quer dizer que define o ganhador naquele momento. Porque se o preço tiver muito acima ou muito abaixo, pode ser que quem deu o preço muito abaixo ou muito acima não vai ganhar aquela licitação. Então, é dessa maneira que funciona.

Juiz Federal:- Mas esses 3% então, em cima desse preço iam para distribuição para agentes públicos, é isso?

Paulo Roberto Costa: -Perfeito.

Juiz Federal: - Mas e quem, como chegou, como foi definido esse 3%, esse repasse, foi algo que precedeu a sua ida para lá ou surgiu no decorrer?

Paulo Roberto Costa: -Possivelmente já acontecia antes de eu ir pra lá. Possivelmente já acontecia antes, porque essas empresas já trabalham para Petrobras há muito tempo. E como eu mencionei anteriormente, as indicações de diretoria da Petrobras, desde que me conheço como Petrobras, sempre foram indicações políticas. Na minha área, os dois primeiros anos, 2004 e 2005, praticamente a gente não teve obra. Obras muito pe..., de pouco valor porque a gente não tinha orçamento, não tinha projeto. Quando começou a ter os projetos pra obras de realmente maior porte, principalmente, inicialmente, na área de qualidade de derivados, qualidade da gasolina, qualidade do diesel, foi feito em praticamente todas as refinarias grandes obras para esse, com esse intuito, me foi colocado lá pelas, pelas empresas, e também pelo partido, que dessa média de 3%, o que fosse de Diretoria de Abastecimento, 1% seria repassado para o PP. E os 2% restantes ficariam para o PT dentro da diretoria que prestava esse tipo de serviço que era a Diretoria de Serviço.

Juiz Federal: - Certo.

Paulo Roberto Costa: -Isso foi me dito com toda a clareza.

Juiz Federal: - Mas isso em cima de todo o contrato que...

Paulo Roberto Costa: -Não.

Juiz Federal: - Celebrado pela Petrobras?

Paulo Roberto Costa: -Não. Em cima desses contratos dessas empresas do cartel.

Juiz Federal: - Do cartel.

Paulo Roberto Costa: -Tem várias empresas que prestam serviço pra Petrobras que não tão no cartel, então são empresas de médio e pequeno porte que nãotem participação nenhuma no cartel. Esse cartel são as principais empresas, talvez umasdez empresas aí que são, que participam desse processo.

Juiz Federal: - E como que esse dinheiro era distribuído? Como que se operacionalizava isso?

Paulo Roberto Costa: -Muito bem. O que era para direcionamento do PP, praticamente até 2008, início de 2008, quem conduzia isso, diretamente esse processo, era o deputado José Janene. Ele era o responsável por essa atividade. Em 2008 ele começou a ficar doente e tal e veio a falecer em 2010. De 2008, a partir do momento que ele ficou, vamos dizer, com a saúde mais prejudicada, esse trabalho passou a ser executado pelo Alberto Youssef.

Juiz Federal: - E...

Paulo Roberto Costa: -Em relação, em relação ao PP.

(...)

Juiz Federal: - E os diretores também da Petrobras também recebiam parcela desses valores?

Paulo Roberto Costa: -Olha, em relação à Diretoria de Serviços, era, todos, todos sabiam, que tinham um percentual desses contratos da área de Abastecimento, dos 3%, 2% eram para atender ao PT. Através da Diretoria de Serviços. Outras diretorias como gás e energia, e como exploração e produção, também eram PT, então você tinha PT na Diretoria de Exploração e Produção, PT na Diretoria de Gás e Energia e PT na área de serviço. Então, o comentário que pautava lá dentro da companhia é que, nesse caso, os 3% ficavam diretamente para, diretamente para o PT. Não era, não tinha participação do PP porque eram diretorias indicadas, tanto para execução do serviço, quanto para o negócio, PT com PT. Então, o que rezava dentro da companhia é que esse valor seria integral para o PT. A Diretoria Internacional, tinha indicação do PMDB. Então, tinha também recursos que eram repassados para o PMDB, na Diretoria Internacional.

Juiz Federal: - Certo, mas a pergunta que eu fiz especificamente é se os diretores, por exemplo, o senhor recebia parte desses valores?

Paulo Roberto Costa: -Sim. Então o que, normalmente, em valores médios, acontecia? Do 1%, que era para o PP, em média, obviamente que dependendo do contrato podia ser um pouco mais, um pouco menos, 60% ia para o partido... 20% era para despesas, às vezes nota fiscal, despesa para envio, etc, etc. São todos valores médios, pode ter alteração nesses valores. E 20% restante era repassado 70% pra mim e 30% para o Janene ou o Alberto Youssef.

Juiz Federal: - E como é que o senhor recebia sua parcela?

Paulo Roberto Costa: -Eu recebia em espécie, normalmente na minha casa ou num shopping ou no escritório, depois que eu abri a companhia minha lá de consultoria.

Juiz Federal: - Como que o senhor, quem entregava esses valores para o senhor?

Paulo Roberto Costa: -Normalmente o Alberto Youssef ou o Janene.

Juiz Federal: - E na parcela pertinente, não a esse 1%, o senhor sabe quem fazia essa distribuição? Quem, era também o senhor Alberto Youssef?

Paulo Roberto Costa: -Eu não sei se ele fazia diretamente ou tinha ent..., alguém que fazia para ele, essa informação eu não tenho. Eu não sei lhe informar.

Juiz Federal: - Não, estou dizendo, isso o senhor está mencionando do 1% que cabia, segundo o senhor, ao PP.

Paulo Roberto Costa: -Ao PP.

Juiz Federal: - Isso.

(...)

Juiz Federal: - O senhor mencionou que o senhor deixou a Petrobras em 2012, é isso?

Paulo Roberto Costa: -Em abril de 2012.

Juiz Federal: - Mas o senhor continua a receber valores decorrentes desse, vamos dizer, esquema?

Paulo Roberto Costa: -É, tinha algumas pendências de recebimento, a partir da minha saída da Petrobras, a partir de abril de 2012, tinha algumas pendências, e foram feitos alguns contratos com a empresa minha de consultoria, que eu abri em agosto, esses contratos, agosto de 2012, esses contratos foram feitos no ano de 2013, e eu recebi algumas pendências ainda através de contratos, vamos dizer de prestação de serviço, com essas empresas. Sim. A resposta é sim.

Juiz Federal: - Esses contratos então teriam sido feitos para, vamos dizer, ter uma justificativa para os repasses à sua empresa e ao senhor?

Paulo Roberto Costa: -Perfeito.

Juiz Federal: - Mas esses valores eram relativos aos valores que lhe eram devidos anteriormente.

Paulo Roberto Costa: -Perfeitamente.

(...)

Juiz Federal: - Que empresas que participavam desse cartel que o senhor mencionou?

Paulo Roberto Costa: -Odebrecht, Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, Iesa, Engevix, Mendes Júnior, UTC, mas isso está tudo na declaração que eu dei aí, talvez tenha mais aí.

Juiz Federal: - O senhor mencionou que o senhor teria, fazia tratativas com os diretores, presidentes dessas empresas diretamente, isso?

Paulo Roberto Costa: -Perfeito.

Juiz Federal: - E eles tinham conhecimento desse, dessa remuneração.

Paulo Roberto Costa: -Sim. Tinham.

Juiz Federal: - Por exemplo, da Camargo Corrêa, com quem o senhor tratava?

Paulo Roberto Costa: -Camargo Corrêa, tratava-se com Eduardo Leite.

Juiz Federal: - A OAS também participava desse...?

Paulo Roberto Costa: -A OAS também participava.

Juiz Federal: - Com quem que o senhor tratava?

Paulo Roberto Costa: -Leo Pinheiro.

Juiz Federal: - A UTC?

Paulo Roberto Costa: -Ricardo Pessoa.

Juiz Federal: - Na Odebrecht?

Paulo Roberto Costa: -Rogério Araújo e Márcio Faria.

Juiz Federal: - Queiroz Galvão também participava?

Paulo Roberto Costa: -Ildefonso Colares, Queiroz Galvão participava. Ildefonso Colares.

Juiz Federal: - Uma empresa consta como depositante em conta do senhor Alberto Youssef, Toyo Setal...

Paulo Roberto Costa: -Sim, Júlio Camargo. Toyo Setal também participava do processo, cartelização.

Juiz Federal: - Galvão Engenharia também?

Paulo Roberto Costa: -Galvão Engenharia, Erton, participava.

Juiz Federal: - Andrade Gutierrez?

Paulo Roberto Costa: -Andrade Gutierrez participava também, inicialmente era, eu não lembro o nome da pessoa anteriormente, depois foi Paulo Dalmaso.

Juiz Federal: - A Iesa o senhor mencionou agora? Também participava?

Paulo Roberto Costa: -Iesa também participava.

Juiz Federal: - Lembra o nome da pessoa?

Paulo Roberto Costa: -Eu não estou lembrando o nome agora da pessoa, tá no depoimento aí do Ministério Público, mas agora eu não estou lembrando o nome da pessoa.

Juiz Federal: - E a Engevix?

Paulo Roberto Costa: -Gerson Almada.

(...)

Juiz Federal: - O senhor mencionou de passagem, eu acho que eu não havia indagado, a Mendes Júnior também participava desse cartel?

Paulo Roberto Costa: -Sim.

Juiz Federal: - Com quem que o senhor tratava na Mendes Júnior?

Paulo Roberto Costa: -Eu falei lá no Ministério Público o nome da pessoa, agora eu não... Sérgio Mendes.

Juiz Federal: - Essa cartelização em obras funcionava em toda, praticamente, não era só na refinaria Abreu e Lima, funcionava em outras obras também da Petrobras?

Paulo Roberto Costa: -Da Petrobras e fora da Petrobras.

Juiz Federal: - Na REPAR, aqui no Paraná, houve isso também?

Paulo Roberto Costa: -Houve. Como deve ter ocorrido também em Angra 3, como deve ter ocorrido na construção de hidrelétricas lá no norte do país, como deve ter ocorrido em rodovias...

(...)"

301. A partir daqui Alberto Youssef:

"Juiz Federal:- O senhor pode me esclarecer então, para nós tentarmos ser direto ao ponto, o senhor participou de algo dessa espécie, o que o senhor tem conhecimento sobre isso?

Alberto Youssef: -Bom, em primeiro lugar eu quero deixar claro pra Vossa Excelência e pro Ministério Público que eu não sou o mentor e nem o chefe desse esquema, como vem se mencionando na mídia e na própria acusação aí, diz que eu sou o mentor e o chefe da organização criminosa, bom, eu não sou. Eu sou apenas uma engrenagem desse assunto que ocorria na Petrobrás. Tinha gente muito mais elevada acima disso, inclusive acima de Paulo Roberto Costa, no caso, agentes públicos. Esse assunto ocorria nas obras da Petrobrás e eu era um dos operadores.

Juiz Federal: - Mas o que ocorria exatamente? Qual que era o seu papel? Quando que o senhor começou a se envolver com essa questão, especificamente?

Alberto Youssef: - Eu me envolvi com essa situação, especificamente, de meio de 2005 ou setembro de 2005, outubro de 2005, até agora, no final de 2012, enquanto o Paulo Roberto esteve na Diretoria da Petrobrás.

Juiz Federal:- Por intermédio do ex-Deputado Federal José Janene?

Alberto Youssef: - Sim, senhor.

Juiz Federal:- E a acusação se reporta, por exemplo, a depósitos, vários depósitos existentes de empreiteiras, diversas empreiteiras em contas que supostamente eram utilizadas pelo senhor, como essas contas MO Consultoria e GDF Investimentos. Por exemplo, nas contas da MO consultoria, segundo o laudo 190/2014, que existe no processo, existem depósitos do Consórcio NREST, da Invest Minas, da Sanko Sider, da Galvão Engenharia, da OAS... da Construtora OAS, esses depósitos efetuados nessas contas, o senhor tem responsabilidade em cima desses depósitos?

Alberto Youssef: -Sim, senhor. Isso são pagamentos de comissionamento pra que isso depois fosse repassado ao Paulo Roberto Costa e a agentes públicos.

Juiz Federal:- Essa MO Consultoria então era uma conta que o senhor utilizava?

Alberto Youssef: -Essa era uma empresa de um amigo, chamado Waldomiro, e aonde eu utilizava pra poder fazer esses repasses, emitia notas fiscais e contratos contra as empresas.

Juiz Federal:- E os depósitos efetuados também por essas similares empresas na conta da GDF Investimentos? Por exemplo, eu tenho aqui referência no demonstrativo feito pelo Ministério Público Federal, por exemplo, depósitos da Piemonte Empreendimentos, Treviso Empreendimento, Mendes Júnior, Consórcio Mendes Junior, Clyde Union, também eram decorrentes dessas situações?

Alberto Youssef: -Clyde Union não. Isso foi comissionamento de bombas que foram vendidos pra Camargo Correia. Sanko Sider, parte disso, realmente é comissionamento de vendas de tubos e conexões pra Camargo Correia e também pras outras empreiteiras, parte disso foi repasse pra agentes públicos e pra Paulo Roberto Costa.

Juiz Federal:- Mendes Júnior?

Alberto Youssef: - Mendes Júnior foi uma troca que eu fiz de reais que eu tinha, pessoal meu, e que eu acabei emitindo a nota contra ela, pra colocar o dinheiro na GFD, pra fazer investimentos. Mas os reais vivos foi repassado à agentes públicos e o Paulo Roberto Costa.

Juiz Federal: - O senhor pode me esclarecer como é que funcionava essa... vamos dizer, desvios de valores da Petrobrás ou de contratos celebrados por essas empreiteiras com a Petrobrás? Como que isso funcionava? O que é que o senhor tem conhecimento dessa...?

Alberto Youssef: -Bom, o conhecimento que eu tenho é que toda empresa que tinha uma obra na Petrobrás algumas delas realmente pagavam, algumas não pagavam, mas é que todas elas tinham que pagar 1% pra área de Abastecimento e 1% pra área de Serviço.

Juiz Federal:- E esses valores eram destinados pra distribuição pra agentes públicos?

Alberto Youssef: -Sim, pra agentes públicos e também pra Paulo Roberto Costa, que era Diretor do Abastecimento.

Juiz Federal:- Mas para área de Serviços também?

Alberto Youssef: -Área de Serviços também, mais não era eu que operava área de Serviços. Tinha uma outra pessoa que operava a área de Serviços que, se eu não em engano, era o senhor João Vaccari.

Juiz Federal:- Mas esse 1% da área de Diretoria de Serviços também ia alguma coisa pro Paulo Roberto Costa?

Alberto Youssef: -Não, não senhor. Isso era pra outro partido.

Juiz Federal: - E desses 1% da Diretoria de Abastecimento, era o senhor que fazia a distribuição?

Alberto Youssef: -Sim, senhor. Grande parte disso era eu que operava, mais a frente também tinha outros operadores.

Juiz Federal:- Quais seriam os outros operadores?

Alberto Youssef: -Tinha Fernando Soares, que operava com Paulo Roberto Costa, para o PMDB, e tinha quem operava a área de navios, que era o seu genro. E tinha um outro que se chamava Henri, que também operava quando o Partido Progressista perdeu a liderança, aqueles líderes antigos, da turma do senhor José, perdeu a liderança e veio a mudar a liderança, aí entrou esta pessoa de Henri pra que pudesse fazer operações pra eles.

Juiz Federal:- E o senhor pode me esclarecer que mecanismos que o senhor utilizava pra distribuir esse dinheiro, qual que era o procedimento?

Alberto Youssef: -O procedimento era com emissão de notas fiscais e recebimento em conta ou a empresa me pagava lá fora e eu internava esses reais aqui. E o que era de Brasília, ia pra Brasília e o que era do Paulo Roberto Costa, ia pro Paulo Roberto Costa, no Rio de Janeiro.

(...)

Juiz Federal:- Com quem que o senhor tratava na Camargo Correia?

Alberto Youssef: -No início, isso nas reuniões que eu acompanhei o senhor José, foi tratado com João Auler.

Juiz Federal:- Ta, José Janene, o senhor mencionou?

Alberto Youssef: -Isso.

Juiz Federal:- João Auler?

Alberto Youssef: -João Auler. Depois, devido o desentendimento do senhor José Janene com o João Auler, esse assunto passou a ser tratado por mim, e logo em seguida também trocaram o interlocutor que foi o senhor Eduardo Leite e o senhor Dauto.

Juiz Federal: - Tá, mas vamos supor assim, a Camargo Correia tem lá 1 milhão pra lhe repassar, como é que funcionava, o senhor pode me descrever, a operação disso?

Alberto Youssef: -Bom, na época, a Camargo Correia ela usou a Sanko como fornecedora e me fez repasse através de emissão de notas de serviços para a Sanko.

Juiz Federal:- O dinheiro dessa comissão então foi pra Sanko depois foi pro senhor?

Alberto Youssef: -Foi pra Sanko, da Sanko foi pra MO, da MO veio pra mim.

Juiz Federal:- Mas a Sanko mesmo assim fornecia, vamos dizer, produtos pra Camargo?

Alberto Youssef: -Sim, a Sanko forneceu praticamente todo o material de tubulação e conexão pra obra da RNEST, da Camargo, que foi, se eu não me engano, a obra de Coque. E, devido a ter ganho este direito de fazer o fornecimento, foi pedido a Sanko que fizesse um repasse para que eu pudesse pagar os agentes públicos e Paulo Roberto Costa.

Juiz Federal:- Isso foi feito através das notas de prestação de serviços da Sanko?

Alberto Youssef: -Na verdade, parte desses valores foram feitos através de nota de serviço, parte realmente os serviços foram executados. O que eu quero dizer ao senhor é o seguinte, a Vossa Excelência, que realmente a Sanko executou esses serviços.

Realmente a Sanko forneceu os equipamentos pra Camargo Correia, mas foi colocado um acréscimo nesse valor das notas de serviço pra que ele pudesse me fazer o repasse.

Juiz Federal:- Esse acréscimo corresponde exatamente o valor que foi depositado nas suas contas, depois? Nas contas que o senhor controlava?

Alberto Youssef: -É, partes sim e partes não, porque daí misturou um pouco com a questão do comissionamento das vendas que a Sanko me pagava, pelas vendas que ela conseguiu fazer pela Camargo Correia.

Juiz Federal:- Quanto que o senhor recebia de percentual de comissionamento, por venda?

Alberto Youssef: -Às vezes 6, às vezes 7, às vezes 10. Depende de como era feito a venda.

Juiz Federal: - E quanto, aproximadamente, de comissionamento foi passado, através da Sanko, pra suas empresas?

Alberto Youssef: - Bom, tem uma tabela que eu acho que está apreendida, num e-mail meu, que tem alguns valores que é nominado repasse e comissionamento. O que é comissionamento é comissionamento de vendas. O que é repasse foram repasses pra agentes públicos e pro Paulo Roberto Costa.

Juiz Federal:- O senhor usava também conta da empresa Empreiteira Rigidez?

Alberto Youssef: -Sim, senhor."

302. Alberto Youssef, confrontado com a planilha já referida, confirmou a sua autenticidade e declarou que os valores lançados a título de "repasses" seriam destinados a entrega como propina para agentes públicos, enquanto "comissões" seriam valores a ele devidos pelas vendas intermediadas entre o Consórcio Nacional Camargo Correa e a Sanko Sider:

"Juiz Federal: - Eu vou lhe mostrar aqui umas planilhas que foram objetos da busca e apreensão, que se encontram nos autos nessa mesma ação penal, reunidas no evento 26. Vou passar ao senhor.

Alberto Youssef: -Sim, senhor. Vossa Excelência, nessa tabela aqui, que eu estou sem óculos, mas é nessa tabela aqui que está o repasse e o que é comissionamento.

Juiz Federal:- Pode me passar aqui? Então uma tabela que está no evento 26, ela começa fornecedor, nota fiscal, valor bruto, data de pagamento, aí tem repasse e comissão, isso de período de 23/07/2009 a 18/03/2013. Aí tem repasse e comissão. Mas essa tabela ela abrange a integralidade dos repasses e comissões feitos através da Sanko?

Alberto Youssef: -Sim, senhor. É que a dívida da Camargo perante a esse... a esse assunto que tinha na Petrobrás, era muito maior do que esses valores que estão aí. Então ela fez parte de pagamentos

através da Sanko e depois fez outros pagamentos através de outras empresas.

Juiz Federal: - Esse aqui o total dessa tabela, só pra referir aqui pros presentes, é de 28 milhões... não, 29.210.787. Então a parte da comissão vinha desse, vamos dizer, esquema junto a Petrobrás e o resto seria?

Alberto Youssef: - Não.

Juiz Federal:- O repasse seria o esquema junto a Petrobrás?

Alberto Youssef: - O repasse era o esquema junto a Petrobrás.

Juiz Federal:- Certo.

Alberto Youssef: -O comissionamento foi realmente vendas que eu efetuei pra Camargo Correia, que foi feita através de mim, pela Sanko, e que foram pagas como comissionamento a mim."

303. Além da Camargo Correa, declinou o nome das demais empresas que participaram do esquema criminoso:

"Juiz Federal:- Que outras empresas participavam desse mesmo esquema junto a Petrobrás?

Alberto Youssef: -Bom, OAS, Queiroz Galvão, Camargo Correia, Odebrecht, UTC, Jaraguá Equipamentos, Engesa, Tomé Engenharia, é....

Juiz Federal:- O senhor participou da negociação desses, desse acerto financeiro?

Alberto Youssef: -Eu participei de alguns. Participei de alguns.

Juiz Federal: - Quando houve essa negociação, quem teria feito teria sido o ex-Deputado José Janene?

Alberto Youssef: -Até que ele ficou doente, foi o Deputado José Janene.

Juiz Federal:- Depois foram outros?

Alberto Youssef: -Depois eu passei a representar o partido. Em algumas delas fui eu pessoalmente que fiz.

Juiz Federal:- O senhor mencionou a Camargo Correia. A OAS também participava?

Alberto Youssef: -Sim, senhor.

Juiz Federal:- Com quem que o senhor tratava esses repasses na OAS?

Alberto Youssef: -Era o diretor da Óleo e Gás, o Agenor.

Juiz Federal:- E na UTC também participava?

Alberto Youssef: -Também participou.

Juiz Federal:- Com quem que o senhor tratava?

Alberto Youssef: -Eu tratei com doutor Ricardo.

Juiz Federal:- Na Odebrecht o senhor... ela também participava desse esquema?

Alberto Youssef: - Sim, senhor. Tratei com Marcio Farias, presidente da Odebrecht.

Juiz Federal:- A Queiroz Galvão o senhor também...?

Alberto Youssef: - Tratei com o diretor, na época, de Óleo e Gás, Othon Zanoide.

Juiz Federal:- A empresa Toyo Setal também participava?

Alberto Youssef: -Também participava. Tratei com o senhor Júlio Camargo que representava a Toyo Setal.

Juiz Federal:- A Galvão Engenharia também participava?

Alberto Youssef: -Também participava.

Juiz Federal:- O senhor sabe com quem o senhor tratava sobre esses repasses lá?

Alberto Youssef: -Na realidade eu tratei com o diretor da Óleo e Gás,o senhor Erton. Mas, num primeiro momento, quem tratou foi o senhor José, com o próprio acionista da Galvão que, se não me engano, é o senhor Eduardo ou o senhor Dario.

Juiz Federal:- Andrade Gutierrez?

Alberto Youssef: -Andrade Gutierrez também participava, mais não fui eu que tratei. Na verdade quem tratava na Andrade era o Fernando Soares e provavelmente com o presidente do conselho, que era o doutor Otávio.

Juiz Federal:- A Iesa?

Alberto Youssef: -A Iesa nunca tive contato.

Juiz Federal:- A Engevix?

Alberto Youssef: -Tratei com o doutor Gerson Almada.

Juiz Federal:- E a Jaraguá Equipamentos, o senhor já mencionou?

Alberto Youssef: -Jaraguá Equipamentos eu tratei diretamente com o Vagner e com o doutor Ricardo, que eram diretores.

Juiz Federal:- E a Mendes Junior?

Alberto Youssef: -A Mendes Junior eu tratei diretamente com os... no primeiro momento, o senhor José tratou com o senhor Sergio Mendes. E depois quando eu passei a tratar, tratei com o senhor Sergio Mendes e com o senhor Rogério, que era o diretor da área de Óleo e Gás.

Juiz Federal:- Então esses depósitos constantes nessas contas MO e GFD e outras contas, a maioria era relativa a esses repasses?

Alberto Youssef: -Sim, senhor.

Juiz Federal: - Que contas que o senhor utilizou pra receber esses depósitos dessas empresas? Foi mencionado a MO, a GFD, mais alguma?

Alberto Youssef: - Não, teve mais algumas. Teve algumas empresas que foi usada do senhor Leonardo Meireles. E teve algumas empresas lá fora, quando o recebimento era fora, que era usado de terceiras pessoas, no caso da operadora Nelma Penasso e do próprio Leonardo Meireles. E também de Carlos Rocha, que me indicava conta de clientes que precisavam de dinheiro lá fora e eu precisava desses reais aqui.

Juiz Federal:- Qual que era o percentual de ganho em cima do contrato que era repassado?

Alberto Youssef: -Vossa Excelência fala do contrato...?

Juiz Federal:- Das empresas com a Petrobrás.

Alberto Youssef: - 1%.

Juiz Federal:- 1% ia pro PP, já foi mencionado?

Alberto Youssef: -Sim.

Juiz Federal:- E o senhor que cuidava da distribuição desses valores?

Alberto Youssef: -Sim, senhor.

Juiz Federal:- O senhor tinha um ganho próprio?

Alberto Youssef: -Eu também tinha o meu ganho.

Juiz Federal:- Quanto que o senhor?

Alberto Youssef: -Em média de 5%.

Juiz Federal:- Quanto?

Alberto Youssef: - 5 %, em média.

Juiz Federal:- E o senhor Paulo Roberto Costa?

Alberto Youssef: - 30 %.

(...)"

304. Sobre o referido diálogo interceptado, no qual reclama junto a Márcio Bonilho de créditos a receber da Camargo Correa e comenta que Paulo Roberto Costa já teria recebido quantia significativa, reconheceu a sua autenticidade e apresentou a seguinte explicação:

"Juiz Federal: - Eu vou passar agora, vou fazer uma breve interrupção na gravação aqui, vou passar um diálogo, um dos diálogos que foram interceptados. Consta aqui que é um diálogo em 21/10/2013, às 9:40, é um diálogo que é referido na denúncia, tá? Então 21/10/2013, às 9:40, está reportado na denúncia. Eu vou interromper porque o diálogo já está gravado.

pausa na gravação

Juiz Federal: - Então, retomando. Nessa Ação Penal 5026212, depoimento do senhor Alberto Youssef. Esse diálogo foi passado é de 21/10/2013, às 09:40. A página da denúncia eu não tenho aqui fácil, mas está na Representação Policial, na folha...

Ministério Público Federal: - Folha 17, Excelência.

Juiz Federal: - Ah, folha 17 da denúncia? Folha 17 da denuncia, então fica esclarecido. O senhor ouviu esse diálogo, senhor Alberto Youssef?

Alberto: - Ouvi sim senhor, Excelência.

Juiz Federal: - Era o senhor mesmo?

Alberto: - Era eu falando com Marcio Bonilho.

Juiz Federal: - A segunda parte do diálogo que há uma referência a uma dívida desse 1 milhão, 2 milhões. O senhor pode me esclarecer esse diálogo, essa parte do diálogo?

Alberto: - Sim senhor, Vossa Excelência. Na verdade, a Camargo Correia me devia 2 milhões que o próprio vice-presidente e o presidente pediu que eu adiantasse à agentes políticos e a Paulo Roberto Costa e que, posteriormente, vinha e resolvia os pagamentos e depois foi empurrando com a barriga, eu estava nervoso.

Juiz Federal: - O presidente e o vice-presidente quem?

Alberto: - O Dalton e Eduardo Leite.

Juiz Federal: - Esse Leitoso que o senhor se reporta no diálogo 1 é o... quem?

Alberto: - Eduardo Leite.

Juiz Federal: - E o senhor fala nesse diálogo: "Pior que o cara fala sério, ele acha que foi prejudicado, você tá entendendo? É rapaz, tem louco pra tudo. Foi prejudicado? Tanto dinheiro que nós demos pra esse cara." De quem que o senhor está falando aí?

Alberto: - Eu estou falando do Eduardo Leite que por conta do, das vendas de tubo que nós fazíamos pra Camargo Correia, ele também recebia parte do comissionamento, tanto ele quanto o diretor Paulo Augusto.

Juiz Federal: - Recebia parte do comissionamento o quê, das vendas da...?

Alberto: - Comissionamento da vendas da Sanko.

Juiz Federal: - Quer dizer ele estava na empresa, a empresa comprava e ele também recebia um percentual?

Alberto: - Também recebia um percentual, Vossa Excelência.

Juiz Federal: - E quem fazia esse pagamento?

Alberto: - Eu fazia.

Juiz Federal: - E o senhor pagava como isso?

Alberto: - Em dinheiro vivo.

Juiz Federal: - Depositava em conta ou coisa parecida?

Alberto: - Não, Excelência, ele retirava no meu escritório.

Juiz Federal: - O senhor fala aqui: "Faz conta aqui, recebi 9 milhões em bruto, 20 % eu paguei, são 7 e pouco, faz a conta dos 7 e pouco, vê quanto ele levou, vê quanto o comparsa dele levou, vê quando Paulo Roberto levou." O senhor pode me esclarecer essa parte?

Alberto: - É, Paulo Roberto também ganhava dinheiro de comissionamento da venda dos tubos. Então, Paulo Roberto ganhava, Paulo Augusto ganhava, Eduardo Leite ganhava e eu ganhava.

Juiz Federal: - Mas isso então não está relacionado com aquela distribuição dos valores?

Alberto: - Está relacionado com aquela distribuição de valores. Se vossa Excelência pegar e tirar esses 9 milhões e pouco que é referente a comissionamentos de vendas só Camargo Correia. Sanko não vendeu só Camargo Correia. Sanko vendeu pra várias outras empresas. Então, dinheiro de comissionamento que eu recebi dela foi maior do que os nove milhões e pouco, mas o que se referia a Camargo, foi descontado os impostos e foi dividido em partes a cada um que tinha direito ao comissionamento da compra, da venda dos, dos equipamentos.

Juiz Federal: - Mas isso não tem a ver com aquele repasse dos contratos das empreiteiras?

Alberto: - Repasse é uma coisa, comissionamento é outra.

Juiz Federal: - Tá, então esses 9 milhões é do comissionamento?

Alberto: - É do comissionamento.

Juiz Federal: - O senhor tem, o senhor tinha, tem a contabilidade desses valores, quanto o senhor passou pra cada uma dessas pessoas envolvidas?

Alberto: - Eu acredito que na hora de fazer essa perícia a gente vai, vai, vai poder saber qual os valores que cada, que cada um recebeu.

Juiz Federal: - O senhor Paulo Roberto, que foi ouvido, ele mencionou que esse percentual seria de 3%, sendo 1% destinado ao PP. É 3% ou o senhor mencionou 1% mais 1%, o senhor pode me esclarecer?

Alberto: - Sempre se teve um entendimento que a Diretoria de Abastecimento era 1%, se a Engenharia cobrava mais que 1%, pra mim é novidade. Pra mim a Diretoria de Engenharia e Serviços também cobrava 1% e não 2. Se o doutor Paulo Roberto está dizendo que era 2, pode ser que ele soubesse mais do que eu. Eu sempre entendi que era 1% pra Diretoria de Engenharia e 1% pra Diretoria de Abastecimento."

305. Antes já havia reconhecido que o endereço eletrônico pauloioia@hotmail.com era por ele utilizado:

"Juiz Federal: - Tem um e-mail que existe, o senhor até já mencionou de uma planilha que o senhor recebeu no e-mail, esse e-mail é pauloioia58. O senhor usava esse e-mail, então?"

Alberto: -Sim senhor, Vossa Excelência."

306. A prova oral, especialmente as confissões, apenas confirmaram as demais provas independentes já examinadas e inseriram o fato que é objeto da presente ação penal, a transferência fraudulenta de valores do Consórcio Nacional Camargo Correa para Alberto Youssef e Paulo Roberto Costa, em um contexto maior.

307. Em síntese e em conclusão, no esquema criminoso de cartel, fraude à licitação e propinas constituído no âmbito da Petrobrás, o Consórcio Nacional Camargo Correa, pretendendo pagar propinas ao operador Alberto Youssef, tendo como destinatários finais o então Diretor de Abastecimento da Petrobrás Paulo Roberto Costa e outros agentes públicos e políticos, serviu-se da intermediação das empresas Sanko Sider e Sanko Serviços, superfaturando os valores dos serviços e das mercadorias por elas fornecidos no âmbito do contrato na RNEST, com a transferência do excedente por meio de contratos fraudulentos e simulados de prestação de serviços pela MO Consultoria para as empresas Sanko Sider e Sanko Serviços também no âmbito do contrato da RNEST.

308. Por meio deste expediente, valores milionários foram transferidos pelo Consórcio Nacional Camargo Correa a Alberto Youssef e a Paulo Roberto Costa, mediante condutas de ocultação e dissimulação,

tendo por origem remota os pagamentos efetuados pela Petrobrás ao Consórcio Nacional Camargo Correa pela obra na RNEST.

309. Nada muito diferente do que teriam, aparentemente, feito várias outras empreiteiras brasileiras, que também realizaram depósitos milionários e simularam contratos de prestação de serviços com a MO Consultoria e com outras empresas controladas por Alberto Youssef. A título ilustrativo, vejam-se os contratos da MO Consultoria, GFD Investimentos, Empreiteira Rigidez e RCI Software com diversas outras empreiteiras e que foram reunidos no evento 1.071 desta ação penal. Houve no presente caso apenas a sofisticação de colocar entre a empreiteira e a MO Consultoria uma empresa fornecedora de materiais para a obra da RNEST, a Sanko.

310. Além do crime de lavagem, pelas condutas de ocultação e dissimulação, tendo por antecedentes crimes de peculato e do art. 96 da Lei n.º 8.666/1993, já que há indícios de sobrepreço e superfaturamento das obras da RNEST, os fatos também configuram crimes de corrupção, mas estes constituem objeto da ação penal 5083258-29.2014.404.7000.

311. Como adiantado, as operações de lavagem tinham por objetivo repassar, subrepticamente, os valores a agentes públicos e políticos, entre eles Paulo Roberto Costa.

312. Poder-se-ia, como faz a Defesa de Waldomiro de Oliveira, alegar confusão entre o crime de lavagem e o crime de corrupção, argumentando que não haveria lavagem antes da entrega dos valores aos destinatários finais.

313. Assim, os expedientes fraudulentos ainda comporiam o tipo penal da corrupção, consistindo no repasse indireto dos valores.

314. O que se tem presente, porém, no presente caso é que a propina destinada à corrupção dos agentes públicos e políticos foi paga com dinheiro sujo, procedente de outros crimes antecedentes, aqui identificados como crime de peculato e o crime do art. 96 da Lei nº 8.666/1993, já que caracterizado o superfaturamento e sobrepreço das obras contratadas pela Petrobras ao Consórcio Nacional Camargo Correa no âmbito da RNEST.

315. Se a corrupção, no presente caso, não pode ser antecedente da lavagem, porque os valores foram entregues por meio das condutas de lavagem, não há nenhum óbice para que os outros dois crimes figurem como antecedentes.

316. A mesma questão foi debatida à exaustão pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Penal 470. Nela, o Supremo Tribunal Federal, por unanimidade, condenou Henrique Pizzolato por crimes de peculato, corrupção e lavagem. Pelo que se depreende do julgado, a propina paga ao criminoso seria proveniente de crimes antecedentes de peculato viabilizando a condenação por lavagem. Portanto, condenado por corrupção, peculato e lavagem. O mesmo não ocorreu com João Paulo Cunha,

condenado por corrupção, mas não por lavagem, já que não havia prova suficiente de que a propina a ele paga tinha também origem em crimes antecedentes de peculato, uma vez que o peculato a ele imputado ocorreu posteriormente à entrega da vantagem indevida.

317. Se propina é paga com dinheiro de origem e natureza criminosa, tem-se os dois delitos, a corrupção e a lavagem, esta tendo por antecedentes os crimes que geraram o valor utilizado para pagamento da vantagem indevida. É o que ocorre no presente caso, com a ressalva que a corrupção é objeto de outras ações penais.

318. O crime de lavagem envolveu, portanto, condutas de ocultação e dissimulação de R\$ 18.645.930,13 entre 23/07/2009 a 02/05/2012 considerando os valores constantes nas planilhas referidas para transferências do Consórcio Nacional Camargo Correa - CNCC para a MO Consultoria.

319. Não faz diferença o fato de parte das transferências ter sido efetuada a título de "comissão", que segundo Alberto Youssef constituiriam verdadeiramente comissões pela intermediação da venda dos produtos da Sanko Sider às empreiteiras, e outra parte a título de "repasses", que segundo Alberto Youssef se destinavam propriamente a servir de propina para agentes públicos e para agentes políticos. Afinal, em ambos os casos, as transferências foram ocultadas e dissimuladas por expedientes fraudulentos, simulando remuneração por serviços de consultoria e engenharia inexistentes. Ainda que assim não fosse, a parcela relativa aos "repasses" ainda representaria a maior parte, R\$ 14.578.806,43.

320. Respondem por esse crime de lavagem todos aqueles responsáveis pelas condutas de ocultação e dissimulação, em todo o ciclo de lavagem.

321. Como adiantado, foram comprovadas materialmente vinte operações de lavagem de dinheiro no montante total de R\$ 18.645.930,13, no período de 23/07/2009 a 02/05/2012, em fluxo financeiro, com diversos atos de ocultação e dissimulação, que vai do Consórcio Nacional Camargo Correa, passando pela Sanko Sider e Sanko Serviços, pela MO Consultoria, pelas empresas Empreiteira Rigidez, RCI Software, Labogen Química, Indústria e Comércio Labogen e Piroquímica Comercial Ltda., com operações ainda de remessas ao exterior, até o destino final para Alberto Youssef, Paulo Roberto Costa e outros agentes públicos e agentes políticos. No âmbito destas operações de lavagem, há ainda outra específica envolvendo a aquisição do veículo Land Rover, em 15/05/2013, para Paulo Roberto Costa e com ocultação e e dissimulação da origem e titularidade dos recursos empregados.

322. Há prova de autoria do envolvimento de Alberto Youssef em todo o fluxo, já que era o principal responsável por estruturar as transações, bem como no crime de lavagem específico envolvendo a aquisição do veículo.

323. Paulo Roberto Costa era um dos destinatários principais do numerário, como propina, respondendo em diversas outras ações penais pelo crime de corrupção passiva.

324. Não há prova, porém, de que ele era o responsável por estruturar as operações de lavagem de dinheiro por intermédio da Sanko Sider ou da MO Consultoria, sequer como mandante. Esta atividade cabia exclusivamente a Alberto Youssef. Assim, Paulo Roberto Costa não deve ser responsabilizado pela lavagem de dinheiro no fluxo financeiro do Consórcio Nacional Camargo Correa até a MO Consultoria, sem prejuízo de sua responsabilidade, apurada em diversos outros feitos, como beneficiário de parte dos valores em crimes de corrupção passiva.

325. Responde, porém, pelo crime de lavagem específico envolvendo a aquisição do veículo, uma vez que participou da ocultação da origem e titularidade dos recursos envolvidos, ao concordar em que o veículo fosse faturado em seu nome, embora os recursos fossem provenientes de Alberto Youssef e do esquema criminoso da Petrobras.

326. Há ainda provas, em princípio, de sua participação em outros crimes de lavagem, como a ocultação de propina em suas contas secretas na Suíça ou na aquisição de bens no Brasil, com recursos criminosos, mas estes fatos não compõem o objeto da presente ação penal.

327. Márcio Bonilho é sócio-administrador da Sanko Serviços de Pesquisas e Mapeamento Ltda. (evento 1, anexo6). Há prova abundante da participação direta de Márcio Bonilho nos fatos delitivos, decorrente da interceptação telefônica e telemática, além da prova documental. Agregue-se a confissão parcial em Juízo. Márcio Bonilho responde por todos os atos de lavagem envolvendo as empresas Sanko Sider e Sanko Serviços.

328. Waldomiro de Oliveira controlava as empresas MO Consultoria, Empreiteira Rigidez e RCI Software. Participou ativamente dos crimes de lavagem de dinheiro, assinando contratos fraudulentos e emitindo notas fiscais fraudulentas. O fato de ter agido por solicitação de Alberto Youssef não diminui a sua responsabilidade. Responde por todos os atos de lavagem envolvendo as três empresas.

329. Leonardo Meirelles, Leandro Meirelles, Pedro Argese Júnior e Esdra Arantes Ferreira controlavam as empresas Labogen, Indústria Labogen e Piroquímica, que compõem um mesmo grupo econômico. Concordando em receber nas contas delas os recursos criminosos advindos da MO Consultoria e de outras empresas utilizadas por Alberto Youssef e fraudando contratos, notas e inclusive contratos de câmbio para movimentá-los, respondem por todos os atos de lavagem envolvendo as três empresas. Neste subgrupo, a responsabilidade maior é de Leonardo Meirelles e, subsidiariamente, de Leandro Meirelles. Quanto a Pedro Argese e Esdra, apesar da responsabilidade ser menor, ainda devem ser considerados partícipes pois tinham conhecimento do esquema fraudulento e permitiram, mediante comissão, que as empresas que integravam fossem utilizadas na fraude. Além disso, há registro de documentos relativos a contratos no

exterior e outros documentos que infirmam a alegação de Leonardo de que eles não tratavam desta área . Veja-se, por exemplo, mensagem de 01/11/2013, de Pedro Argese Júnior para Leonardo Meirelles na qual tratam da abertura de off-shores no exterior (evento 15, pet33, fls. 83-86, do processo 5001446-62.2014.404.7000).

330. Em um primeiro momento, parecia a este Juízo que Waldomiro de Oliveira, Leonardo Meirelles, Leandro Meirelles, Pedro Argese Júnior e Esdra Arantes Ferreira, eram subordinados a Alberto Youssef na prática criminosa. Com o amadurecimento das provas, é de se concluir que, em realidade, eles agiam como espécie de prestadores de serviço a Alberto Youssef, não propriamente na condição de subordinados. Certamente, Alberto Youssef permanece sendo o principal responsável pela estruturação das operações de lavagem, mas os demais não eram propriamente empregados em uma estrutura hierárquica formal.

331. Para todos eles, o dolo é inegável.

332. Da realização das transações por meio de condutas, inclusive complexas, de ocultação e dissimulação depreende-se a intenção de lavar. Não há outra explicação disponível para a realização das transações subreptícias. Fossem negócios lícitos, normais, ficariam sem quaisquer explicações os procedimentos fraudulentos adotados para ocultar e dissimular as transações.

333. No primeiro ciclo da lavagem, foram, inicialmente, simulados serviços e superfaturadas mercadorias fornecidas pela Sanko Sider e Sanko Serviços, inclusive com produção de contratos e notas fiscais fraudulentas, para o Consórcio Nacional Camargo Correa - CNN no âmbito da obra da RNEST. Depois, foram simulados serviços, inclusive com a produção de contratos e notas fiscais fraudulentas, da MO Consultoria para as empresas Sanko Sider e Sanko Serviços.

334. No segundo ciclo da lavagem, foram feitas transferências milionárias das contas da MO Consultoria para as empresas RCI Software, Empreiteira Rigidez, Labogen Química, Indústria Labogen e Piroquímica, e ainda das três últimas, parte do dinheiro foi remetido ao exterior, através de contratos de câmbio fraudulentos.

335. Não há explicação possível para fraudes dessa magnitude, envolvendo pelo menos R\$ 18.645.930,13, reiteradas ainda entre 23/07/2009 a 02/05/2012, senão o agir doloso.

336. Era porque os acusados tinham conhecimento da natureza e origem criminosa dos valores e das operações realizadas que empregaram tantas e tantas fraudes para circularizar o dinheiro em diversas transações antes de chegar ao seu destino final para distribuição a agentes públicos e políticos.

337. Tendo os recursos como origem obra pública, contratada pela Petrobrás da Camargo Correa, é igualmente certo que agiram com consciência de que eles envolviam crimes contra a Administração Pública.

338. O conhecimento da procedência criminosa dos valores envolvidos pode ser inferida, como adiantado, pela prática das condutas de ocultação e dissimulação. Da utilização dos estratagemas de ocultação e dissimulação, é de se concluir pela presença do dolo de lavagem, única explicação para seu emprego.

339. Alberto Youssef, responsável pela estruturação de todas as operações de lavagem, agiu com dolo direto e sequer nega o fato.

340. Paulo Roberto Costa, no que se refere à lavagem da qual participou diretamente, a aquisição do veículo com ocultação e dissimulação da origem e dos recursos empregados, agiu igualmente com dolo, já que tinha conhecimento da origem e natureza dos valores envolvidos.

341. Márcio Bonilho alegou como álibi que as transferências visavam pagamento de "comissão" a Alberto Youssef, buscando resguardar-se quanto à distribuição dos valores a agentes públicos. Fosse, porém, mera "comissão" por intermediação de venda, não faria sentido a estruturação fraudulenta, ainda mais com essa complexidade, das operações para a realizá-las. Bastaria simplesmente às empresas Sanko Sider ou Sanko Serviços pagar as comissões a Alberto Youssef. Ainda que eventualmente este solicitasse o recebimento em contas de pessoas interpostas, não se justificaria, se fosse só isso, a simulação de serviços e o superfaturamento de mercadorias pela Sanko Sider ou Sanko Serviços já na sua relação com o Consórcio Nacional Camargo Correa. Aliás, o álibi não é consistente com o fato de que a "comissão" foi propiciada pelo superfaturamento e sobreço na obra da RNEST, sendo, portanto, suportada primeiro pelos cofres da Petrobras e depois pelo Consórcio Nacional Camargo Correa antes de chegar às empresas Sanko. O próprio Alberto Youssef admitiu explicitamente que, embora a Sanko tenha prestado serviços e fornecido mercadorias, foram agregados valores pelo Consórcio Nacional Camargo Correa para viabilizar os repasses ("... a Camargo Correa, ela usou a Sanko como fonecedora e me fez repasse através da emissão de notas de serviços para a Sanko"; "realmente a Sanko forneceu os equipamentos pra Camargo Correa, mas foi colocado um acréscimo nesse valor das notas de serviço para ele que pudesse me fazer os repasses" - item 301, retro). Tendo ainda Márcio Bonilho ciência de que a origem dos valores eram excedentes gerados na obra pública da RNEST, evidente o agir doloso nas condutas de ocultação e dissimulação, inclusive quanto a origem criminosa dos valores.

342. Como se não bastasse, Alberto Youssef admitiu que Márcio Bonilho tinha conhecimento de que as transações visavam viabilizar os repasses e ainda que agentes públicos frequentavam o seu escritório de lavagem. Transcrevo:

"Juiz Federal: - E o senhor mencionou, tinha outros percentuais eram destinados a outros operadores? Não sei se ficou claro isso.

Alberto: - Porque na verdade o Paulo Roberto fatiava um pouco essa questão de recebimento de obras, porque ele também tinha que atender PMBD e às vezes alguém do PT, então outra pessoa fazia o recebimento ou muitas vezes ele repassava pra mim próprio fazer esse pagamento.

Juiz Federal: - O senhor chegou a fazer pagamento pra outros diretores da Petrobrás?

Alberto: - Não, Vossa Excelência.

Juiz Federal: - O senhor discutiu esse assunto com o senhor Márcio Bonilho, sobre a utilização da empresa dele pra fazer esses repasses?

Alberto: - Bom, na verdade, quando eu conheci o Márcio Bonilho, a empresa dele passava por grande dificuldade e foi uma maneira dele também conseguir alavancar as vendas, por isso ele aceitou fazer esse repasse.

Juiz Federal: - O senhor chegou a tratar esse assunto com o outro sócio, com o senhor Murilo?

Alberto: -Não, só com o senhor Márcio Bonilho.

Juiz Federal: - Seu contato era só senhor Marcio Bonilho?

Alberto: -Sim, senhor.

Juiz Federal: - E ele tinha algum ganho específico em relação a esses repasses?

Alberto: -Não, senhor. Só os impostos."

"Alberto: - Vossa Excelência, eu posso esclarecer?

Juiz Federal: - Não, a questão de quem, pra quem ia esses valores?

Alberto: - Não, ele está perguntando, no meu entendimento, ele está perguntando se

Márcio Bonilho sabia quem eram esses agentes públicos?

Juiz Federal: - Ele sabia?

Alberto: - Olha, Márcio Bonilho frequentava meu escritório e sabia que meu escritório frequentava várias pessoas, agentes públicos. Acredito que ele sabia."

343. Quanto à Waldomiro Oliveira, destaque-se que assinou diversos contratos fraudulentos pela MO Consultoria, Empreiteira Rigidez e RCI Software com diversas empreiteiras, a pedido de Alberto Youssef,

alguns contratos aliás até com referência de que estavam vinculados a obras contratadas pela Petrobrás (evento 1.071). Nesse contexto, evidente o dolo, inclusive a ciência de que os valores envolvidos provinham de obras públicas.

344. Leonardo Meirelles, Leandro Meirelles, Pedro Argese Júnior e Esdra Arantes Ferreira agiram dolosamente, com a realização sistemática de remessas internacionais mediante celebração de contratos de câmbio de importação fraudulentos, nos quais inexistia importação. O fato de Leonardo frequentar o escritório de Alberto Youssef, como ele mesmo admitiu, nele encontrando agentes públicos, torna também evidente o dolo, inclusive a ciência de que os valores envolvidos provinham de crimes contra a Administração Pública.

345. Para todos eles, entendo que a prática sistemática de fraudes, em quantidade elevada e por período prolongado, torna impossível o não reconhecimento do agir doloso. No mínimo, teriam agido com dolo eventual.

346. São aqui pertinentes as construções do Direito anglo-saxão para o crime de lavagem de dinheiro em torno da "cegueira deliberada" ou "willful blindness" e que é equiparável ao dolo eventual da tradição do Direito Continental europeu. Escrevi sobre o tema em obra dogmática (MORO, Sergio Fernando. *Crime de lavagem de dinheiro*. São Paulo, Saraiva, 2010).

347. Em síntese, aquele que realiza condutas típicas à lavagem, de ocultação ou dissimulação, não elide o agir doloso e a sua responsabilidade criminal se escolhe permanecer ignorante quando a natureza dos bens, direitos ou valores envolvidos na transação, quando tinha condições de aprofundar o seu conhecimento sobre os fatos.

348. A doutrina da cegueira deliberada, apesar de constituir construção da common law, foi assimilada pelo Supremo Tribunal Espanhol (STE), ou seja, corte da tradição da civil law, em casos de receptação, tráfico de drogas e lavagem, dentre outros. Por todos, transcrevo parcialmente trecho de decisão do Supremo Tribunal Espanhol na STS 33/2005, na qual a ignorância deliberada foi assimilada ao dolo eventual (os julgados do STE podem ser acessados através do site www.poderjudicial.es/jurisprudencia/?nocache=503):

"La prueba de conocimiento del delito de referencia es un dato subjetivo, lo que le convierte en un hecho que dada su estructura interna sólo podría verificar-se -- salvo improbable confesión-- por prueba indirecta, y en este sentido la constante jurisprudencia de esta Sala ha estimado que a tal conocimiento se puede llegar siempre que se acredite una conexión o proximidad entre el autor y lo que podría calificarse 'el mundo de la droga'.

Esta doctrina se origina en la STS 755/97 de 23 de Mayo, y se reitera en las de 356/98 de 15 de Abril, 1637/99 de 10 de Enero de 2000, 1842/99 de 28 de Diciembre, 774/2001 de Mayo, 18 de Diciembre de 2001, 1293/2001 de 28 de Julio, 157/2003 de 5 de Febrero, 198/2003 de 10 de Febrero, 1070/2003 de 22 de Julio,

1504/2003 de 25 de Febrero y 1595/2003 de 29 de Noviembre, entre otras, precisándose en la jurisprudencia citada, que no se exige un dolo directo, bastando el eventual o incluso como se hace referencia en la sentencia de instancia, es suficiente situarse en la posición de ignorancia deliberada. Es decir quien pudiendo y debiendo conocer, la naturaleza del acto o colaboración que se le pide, se mantiene en situación de no querer saber, pero no obstante presta su colaboración, se hace acreedor a las consecuencias penales que se deriven de su antijurídico actuar. Es el principio de ignorancia deliberada al que se ha referido la jurisprudencia de esta Sala, entre otras en SSTS 1637/99 de 10 de Enero de 2000, 946/2002 de 16 de Mayo, 236/2003 de 17 de Febrero, 420/2003 de 20 de Marzo, 628/2003 de 30 de Abril ó 785/2003 de 29 de Mayo."

349. A jurisprudência do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, por sua vez, já empregou o conceito para crimes de contrabando e descaminho:

"Age dolosamente não só o agente que quer o resultado delitivo, mas também quem assume o risco de produzi-lo (art. 18, I, do Código Penal). Motorista de veículo que transporta drogas, arma e munição não exclui a sua responsabilidade criminal escolhendo permanecer ignorante quanto ao objeto da carga, quando tinha condições de aprofundar o seu conhecimento. Repetindo precedente do Supremo Tribunal Espanhol (STS 33/2005), 'quem, podendo e devendo conhecer, a natureza do ato ou da colaboração que lhe é solicitada, se mantém em situação de não querer saber, mas, não obstante, presta a sua colaboração, se faz devedor das consequências penais que derivam de sua atuação antijurídica'. Doutrina da 'cegueira deliberada' equiparável ao dolo eventual e aplicável a crimes de transporte de substâncias ou de produtos ilícitos e de lavagem de dinheiro." (ACR 5004606-31.2010.404.7002 - Rel. Des. Federal João Pedro Gebran Neto - 8ª Turma do TRF4 - un. - j. 16/07/2014)

350. Portanto, mesmo que não fosse reconhecido o dolo direto em relação a parte dos acusados, seria forçoso o reconhecimento do dolo eventual.

351. Alberto Youssef, Márcio Bonilho, Waldomiro de Oliveira, Leonardo Meirelles, Leandro Meirelles, Pedro Argese Júnior e Esdra Arantes Ferreira, portanto, agiram dolosamente e devem condenados, por conseguinte pelos crimes de lavagem de dinheiro com as discriminações acima.

352. Os demais acusados devem ser absolvidos.

353. Murilo Tena Barrios é sócio-administrador da Sanko Serviços de Pesquisas e Mapeamento Ltda. (evento 1, anexo6). A instrução revelou, porém, que Murillo Barrios estava afastado da administração ativa da empresa. Não há provas de seu envolvimento direto nos fatos delitivos. Assim, deve ser absolvido na esteira do requerido pelo MPF.

354. Já quanto à Antônio Almeida Silva, atuou ele como contador para as empresas de Waldomiro de Oliveira, MO Consultoria, Empreiteira Rigidez e RCI Software, e, por conseguinte, para Alberto Youssef (evento 1.167). Posteriormente, foi substituído por Meire Pozza. Teria certa participação nos crimes pela realização da contabilidade das empresas. Negou, porém, que tivesse conhecimento da utilização fraudulenta das empresas. Observo que o MPF, para pleitear a condenação dele, baseou-se principalmente nas declarações do coacusado Waldomiro de Oliveira, mas estas podem ter sido motivadas por tentativa de reduzir a sua própria responsabilidade. Não vislumbro prova suficiente de que ele teria conhecimento da utilização fraudulenta das empresas referidas para lavagem de dinheiro, motivo pelo qual deve ser também absolvido.

355. Enfim, quanto ao crime de lavagem, provada acima de qualquer dúvida razoável a materialidade e a autoria, com as ressalvas acima.

356. Alberto Youssef, Márcio Bonilho, Waldomiro de Oliveira, Leonardo Meirelles, Leandro Meirelles, Pedro Argese Júnior e Esdra Arantes Ferreira devem ser condenados pelas vinte operações de lavagem de dinheiro no montante total de R\$ 18.645.930,13 no período de 23/07/2009 a 02/05/2012, e que se desdobraram posteriormente em diversos outros atos de lavagem no ciclo criminoso, às penas do art. 1º, caput, inciso V, da Lei n.º 9.613/1998.

357. Alberto Youssef, adicionalmente, e Paulo Roberto Costa pela operação de lavagem de dinheiro envolvendo a aquisição do veículo Land Rover em 15/05/2013 por R\$ 250.000,00, às penas do art. 1º, caput, inciso V, da Lei n.º 9.613/1998.

358. Já Murilo Tenas Barrios e Antônio Almeida Silva devem ser absolvidos.

II.10

359. A última imputação diz respeito ao crime de pertinência a organização criminosa tipificado no art. 2º da Lei n.º 12.850/2013.

360. Segundo a denúncia, os acusados teriam se associado em um grupo estruturado para prática de crimes graves contra a Petrobras e da lavagem de dinheiro decorrente

361. A lei em questão foi publicada em 02/08/2013, entrando em vigor quarenta e cinco dias depois.

362. A maior parte dos fatos, inclusive os crimes de lavagem descritos na denúncia, ocorreu, portanto, sob a égide somente do crime do art. 288 do Código Penal.

363. Necessário, primeiro, verificar o enquadramento no tipo penal anterior.

364. O crime do art. 288 tem origem no crime de associação de malfeitores do Código Penal Francês de 1810 (“art. 265. Toute association de malfeiteurs envers les personnes ou les propriétés, es un crime contre la paix publique”) e que influenciou a legislação de diversos outros países.

365. Comentando disposição equivalente no Código Penal italiano, transcrevo o seguinte comentário de Maria Luisa Cesoni:

“A infração de associação de malfeitores, presente nas primeiras codificações, visa a antecipar a intervenção penal, situando-a antes e independentemente do início da execução das infrações específicas.” (CESONI, Maria Luisa. Éléments de Comparaison. In CESONI, Maria Luisa dir. Criminalite Organisee: des représentations sociales aux définitions juridiques. Paris: LGDJ, 2004, p. 515-516)

366. Em outras palavras, a idéia é permitir a atuação preventiva do Estado contra associações criminosas antes mesmo da prática dos crimes para os quais foram constituídas.

367. De certa forma, assemelhava-se aos crimes de conspiração do Direito anglo-saxão.

368. Talvez isso explique a dificuldade ou controvérsia na abordagem do crime de associação quando as infrações criminais para as quais ela tenha sido constituída já tenham ocorrido.

369. Afinal, nessa hipótese, a punição a título de associação criminosa já não é mais absolutamente necessária, pois os integrantes já podem ser responsabilizados pelos crimes concretamente praticados pelo grupo criminoso.

370. Apesar disso, tendo a associação criminosa sido erigida a crime autônomo, a prática de crimes concretos implica na imposição da sanção pelo crime do art. 288 em concurso material com as penas dos crimes concretamente praticados.

371. Deve-se, porém, nesses casos, ter extremo cuidado para não confundir associação criminosa com mera coautoria.

372. Para distingui-los, há que se exigir certa autonomia do crime de associação criminosa em relação aos crimes concretamente praticados.

373. Um elemento característico da existência autônoma da associação é a presença de um programa delitivo, não na forma de um estatuto formal, mas de um plano compartilhado para a prática de crimes em série e indeterminados pelo grupo criminoso.

374. No caso presente, restou provada a existência de um esquema criminoso no âmbito da Petrobrás, e que envolvia cartel, fraudes à licitação, pagamento de propinas a agentes públicos e a agentes políticos e lavagem de dinheiro.

375. Como revelado inicialmente por Paulo Roberto Costa e Alberto Youssef, grandes empreiteiras, em cartel, fraudavam licitações da Petrobrás, impondo o seu preço nos contratos. O esquema era viabilizado e tolerado por Diretores da Petrobrás, entre eles Paulo Roberto Costa. Um percentual de 2% ou 3% sobre cada grande contrato era destinado a propina para os Diretores e outros empregados da Petrobras e ainda para agentes políticos que os sustentavam nos cargos. Profissionais da lavagem encarregavam-se das transferências de valores, por condutas de ocultação e dissimulação, das empreiteiras aos beneficiários finais.

376. A maior parte dos crimes concretos praticados no âmbito do esquema criminoso compõem o objeto de outras ações penais.

377. Nesta ação penal, os crimes no âmbito do esquema criminoso resumem-se à lavagem de dinheiro de cerca de dezoito milhões de reais.

378. Mas o esquema criminoso não deve ser confundido com esses crimes de lavagem, já que estes fazem parte de um contexto maior.

379. Apesar disso, mesmo considerando os crimes de lavagem que constituem objeto da presente ação penal, foram reputados provados cerca de vinte crimes de lavagem de dinheiro no montante de R\$ 18.645.930,13 praticados em período considerável de tempo, entre 23/07/2009 a 02/05/2012.

380. No presente caso, entendo que restou demonstrada a existência de um vínculo associativo entre os diversos envolvidos nos crimes, ainda que em subgrupos, e que transcende coautoria na prática dos crimes.

381. Afinal, pela complexidade, quantidade de crimes e extensão temporal da prática dos crimes, havia um desígnio autônomo para a prática de crimes em série e indeterminados contra Petrobras, objetivando o enriquecimento ilícito de todos os envolvidos, em maior ou menor grau.

382. Ilustrativamente, em exercício hipotético, pode-se cogitar de suprimir mentalmente os crimes concretos. Se os autores tivessem apenas se reunido e planejado a prática de tantos e tantos crimes contra a Petrobrás, a associação delitiva ainda seria reconhecida mesmo se os crimes planejados não tivessem sido concretizados.

383. É certo que nem todos os associados tinham igual conhecimento do esquema criminoso, alguns somente da parte relativa à lavagem de dinheiro, mas isso é natural em decorrência da divisão de tarefas dentro do grupo criminoso.

384. Portanto, reputo provada a materialidade do crime de associação criminosa do art. 288 do CP, pois várias pessoas, entre elas os acusados, se associaram em caráter duradouro para a prática de crimes em série contra a Petrobrás, entre eles crimes licitatórios, corrupção e lavagem de dinheiro.

385. Questão que se coloca diz respeito à incidência do art. 2º da Lei n.º 12.850/2013. A lei em questão foi publicada em 02/08/2013, entrando em vigor quarenta e cinco dias depois.

386. Portanto, entrou em vigor apenas após a prática dos crimes de lavagem que compõem o objeto desta ação penal.

387. Mas, como adiantado, o crime associativo não se confunde com os crimes concretamente praticados pelo grupo criminoso.

388. Importa saber se as atividades do grupo persistiam após 19/09/2013.

389. Há provas nesse sentido.

390. Alberto Youssef foi preso cautelarmente em 17/03/2014. A interceptação telemática dos dias anteriores revelou que sua atividade, na entrega de valores a terceiros por solicitação de empreiteiras permanecia atual, conforme descrição mais ampla dos fatos constante no decreto da preventiva e nas decisões subsequentes (decisões de 24/02/2014 e 14/03/2014 nos eventos 22 e 103 do processo 5001446-62.2014.404.7000). Na decisão do evento 103, há registro de entregas de dinheiro em espécie a pedido de empreiteiras e que ocorreu às vésperas da prisão dele.

391. Recuando um pouco, é de 21/10/2013 o referido diálogo interceptado entre Alberto Youssef e Márcio Bonilho no qual conversam longamente sobre propinas cujo pagamento está pendente e discorrem sobre outros esquemas criminosos.

392. Na interceptação de Alberto Youssef e Leonardo Meirelles, inclusive telemática, constatadas intensas atividades entre eles em 2013 e 2014, inclusive para prática de crimes em outras searas, com a obtenção de autorização para parceria de desenvolvimento produtivo para a Labogen junto ao Ministério da Justiça (cf. fundamentação constante no decreto da preventiva de Alberto Youssef e Leonardo Meirelles, decisão de 24/02/2014 no evento 22 do processo 5001446-62.2014.404.7000). Foram ainda interceptadas mensagens atinentes à movimentação de contas no exterior e abertura de off-shores pelo grupo dirigido por Leonador Meirelles e que são posteriores a setembro de 2013. Veja-se, por exemplo, mensagem de 01/11/2013, de Pedro Argese Júnior para Leonardo Meirelles na qual tratam da abertura de off-shores no exterior (evento 15, pet33, fls. 83-86, do processo 5001446-62.2014.404.7000).

393. Ademais, como bem apontado pelo Ministério Público Federal em suas alegações finais (fl. 61), há registros de pagamentos em 12/2013 do Consórcio Nacional Camargo Correa para as empresas Sanko e desta para a MO Consultoria. Com efeito, a quebra de sigilo bancário revelou diversas transferências, em 12/2013, da Sanko Serviços para a MO Consultoria (evento 1.104, arquivo lau11, p. 13). Foram dez depósitos de R\$ 4.999,99 em 11/12/2013, em aparente estruturação de operações, um de R\$ 50.000,00 em 19/12/2013 e outro de R\$ 57.707,32 em 21/12/2013.

394. Por outro lado, Paulo Roberto Costa persistiu recebendo propinas mesmo após deixar seu cargo na Petrobras, o que é ilustrado pelo veículo pago por Alberto Youssef em 15/05/2013 e pelos contratos de consultoria por ele firmados com diversas empreiteiras, inclusive a com a Camargo Correa, com pagamentos posteriores a 19/09/2013, sendo que o próprio acusado admitiu que tais contratos eram em sua maioria simulados. Como apontado pelo MPF, há apontamento do pagamento em 16/12/2013 de R\$ 2.064.700,00 pela Camargo Correa em conta da empresa Costa Global de Paulo Roberto Costa.

395. Ainda que, como alegam Paulo Roberto Costa e Alberto Youssef em seus interrogatórios, tais pagamentos visassem adimplir acertos de propinas pendentes, tratam-se de crimes concretos praticados pelo grupo criminoso após 19/09/2013.

396. Ainda que talvez não na mesma intensidade de outrora, há provas, portanto, de que o grupo criminoso encontrava-se ativo depois de 19/09/2013, assim permanecendo nessa condição pelo menos até 17/03/2014, quando cumpridos os mandados de prisão.

397. Sendo os crimes associativos de caráter permanente, incidiu, a partir de 19/09/2013, o crime do art. 2º da Lei nº 12.850/2013, em substituição ao anterior art. 288 do CP.

398. Ao contrário do que se pode imaginar, o tipo penal em questão não abrange somente organizações do tipo mafiosas ou os grupos criminosos que, no Brasil, se organizaram em torno da vida carcerária.

399. Pela definição prevista no §1º do art. 1º da Lei nº 12.850/2013, "considera-se organização criminosa a associação de 4 (quatro) ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos, ou que sejam de caráter transnacional".

400. Devido a abrangência da definição legal, deve ser empregada em casos nos quais se constate a existência de grupos criminais estruturados e dedicados habitual e profissionalmente à prática de crimes graves.

401. No caso presente, o grupo criminoso dedicava-se à prática, habitual, reiterada e profissional, de crimes contra a Petrobras, como peculato ou o crime do art. 96 da Lei nº 8.666/1993 e à lavagem de dinheiro decorrente, todos com penas máximas superiores a quatro anos.

402. O grupo praticou os crimes por longos períodos, só os de lavagem que constituem objeto da presente ação penal desde 2009.

403. Havia estruturação e divisão de tarefas dentro do grupo criminoso como já visto.

404. Integrariam o grupo diversas pessoas, entre elas os reputados responsáveis pelos crimes de lavagem.

405. No subgrupo dedicado à lavagem de dinheiro, Alberto Youssef era responsável pela estruturação das operações contando com os serviços de auxílio de Márcio Bonilho, Waldomiro de Oliveira, Leonardo Meirelles, Esdra de Arantes Ferreira, Leandro Meirelles, e Pedro Argese Júnior. Leonardo Meirelles tinha ascendência na estrutura do subgrupo por ele formado com Esdra de Arantes Ferreira, Leandro Meirelles, e Pedro Argese Júnior. Já Paulo Roberto Costa era o agente público na Petrobras necessário para viabilizar a obtenção dos recursos junto às empreiteiras contratantes.

406. Além deles, o grupo é composto por diversas outras pessoas, inclusive nos respectivos subgrupos, mas que respondem a ações penais conexas.

407. Assim, o grupo tem bem mais do que quatro integrantes, certamente com diferentes graus de envolvimento e de responsabilidade na atividade criminosa, atendendo à exigência legal.

408. Evidente que não se trata de um grupo criminoso organizado como a Cosa Nostra italiana ou o Primeiro Comando da Capital, mas um grupo criminoso envolvido habitual, profissionalmente e com certa sofisticação na prática de crimes contra a Petrobras e de lavagem de dinheiro. Isso é suficiente para o enquadramento legal. Não entendo que o crime previsto na Lei nº 12.850/2013 deva ter sua abrangência reduzida por alguma espécie de interpretação teleológica ou sociológica. As distinções em relação a grupos maiores ou menores ou mesmo do nível de envolvimento de cada integrante devem refletir somente na dosimetria da pena.

409. Portanto, resta também provada a materialidade e autoria do crime do art. 2º da Lei nº 12.850/2013, devendo ser responsabilizados Paulo Roberto Costa, Márcio Andrade Bonilho e Waldomiro de Oliveira. A responsabilização nestes autos de Alberto Youssef, Esdra de Arantes Ferreira, Leandro Meirelles, Leonardo Meirelles e Pedro Argese Júnior fica prejudicada pela litispendência com a mesma imputação constante na ação penal conexa 5025699-17.2014.404.7000. Quanto a Antônio Almeida

Silva e Murilo Tena Barrios, cabe absolvição também desta imputação pelos mesmo motivos que levaram à absolvição da imputação do crime de lavagem.

III. DISPOSITIVO

410. Ante o exposto, julgo **PARCIALMENTE PROCEDENTE** a pretensão punitiva.

411. **Absolvo** Antônio Almeida Silva e Murilo Tena Barrios das imputações de crime de lavagem de dinheiro e de crime de pertinência à organização criminal, por falta de prova suficiente para a condenação (art. 386, VII, do CPP).

412. **Absolvo** Paulo Roberto Costa da imputação do crime de lavagem de dinheiro consistente no fluxo financeiro do Consórcio Nacional Camargo Correa CNCC até a MO Consultoria e demais empresas de fachada, por falta de prova suficiente para a condenação (art. 386, VII, do CPP).

413. **Condeno** Alberto Youssef e Paulo Roberto Costa pelo crime de lavagem do art. 1º, caput, inciso V, da Lei nº 9.613/1998, consistente na aquisição do veículo Land Rover com ocultação e dissimulação da origem e natureza dos recursos criminosos empregados.

414. **Condeno** Alberto Youssef, Márcio Andrade Bonilho, Esdra de Arantes Ferreira, Leandro Meirelles, Leonardo Meirelles e Pedro Argese Júnior por vinte crimes de lavagem de dinheiro do art. 1º, caput, inciso V, da Lei nº 9.613/1998, consistentes nos repasses, com ocultação e dissimulação, de recursos criminosos, no total de R\$ 18.645.930,13, entre 23/07/2009 a 02/05/2012, e decorrentes de superfaturamento e sobrepreço na obra da RNEST, do Consórcio Nacional Camargo Correa, passando pelas empresas Sanko, MO Consultoria, Empreiteira Rigidez, RCI Software, Labone Química, Indústria Labogen e Piroquímica, com operações ainda de remessas ao exterior, até o destino final para pagamento de propinas a agentes públicos.

415. **Condeno** Paulo Roberto Costa, Márcio Andrade Bonilho e Waldomiro de Oliveira pelo crime de pertinência a organização criminosa do art. 2.º da Lei nº 12.850/2013.

416. Atento aos dizeres do artigo 59 do Código Penal e levando em consideração o caso concreto, passo à individualização e dosimetria das penas a serem impostas aos condenados.

417. Paulo Roberto Costa:

Para o crime de lavagem: Paulo Roberto Costa não tem antecedentes criminais informados no processo. As provas colacionadas neste mesmo feito, inclusive por sua confissão, indicam que passou a dedicar-se à prática de crimes no exercício do cargo de Diretor da Petrobás, visando seu próprio enriquecimento ilícito e de terceiros, o que deve ser valorado negativamente a título de personalidade. Culpabilidade, conduta social, motivos, comportamento da vítima são elementos neutros. Circunstâncias e consequências devem ser consideradas neutras, pois o crime de lavagem em questão, a aquisição subreptícia da Land Rover, não foi praticado com especial complexidade ou teve especial magnitude. Considerando uma vetorial negativa, fixo, para o crime de lavagem de dinheiro, pena de três anos e seis meses de reclusão.

A operação de lavagem, tendo por antecedentes crimes de peculato ou do art. 96 da Lei nº 8.666/1993, tinha por finalidade propiciar o pagamento de vantagem indevida, ou seja, viabilizar a prática de crime de corrupção, devendo ser reconhecida a agravante do art. 61, II, "b", do CP. Observo que, nas circunstâncias do caso, ela não é inerente ao crime de lavagem, já que o dinheiro sujo, proveniente de outros crimes, serviu para executar crime de corrupção.

Reconheço igualmente a atenuante da confissão, art. 65, III, "d", do CP, motivo pelo qual compenso mutuamente a agravante com a atenuante, deixando de alterar a pena base.

Não há causas de aumento ou diminuição.

Fixo multa proporcional para a lavagem em trinta e cinco dias multa.

Considerando a dimensão dos crimes e especialmente a capacidade econômica de Paulo Roberto Costa, fixo o dia multa em cinco salários mínimos vigentes ao tempo do fato delitivo (05/2013).

Para o crime de pertinência à organização criminosa: Paulo Roberto Costa não tem antecedentes criminais informados no processo. As provas colacionadas neste mesmo feito, inclusive por sua confissão, indicam que passou a dedicar-se à prática de crimes no exercício do cargo de Diretor da Petrobás, visando seu próprio enriquecimento ilícito e de terceiros, o que deve ser valorado negativamente a título de personalidade. Culpabilidade, conduta social, motivos, comportamento da vítima são elementos neutros. Considerando que não se trata de grupo criminoso organizado de tipo mafioso, ou seja, com estrutura rígida e hierarquizada, o que significa menor complexidade, circunstâncias e consequências não devem ser valoradas negativamente. As demais vetoriais, culpabilidade, conduta social, motivos e comportamento das vítimas são neutras. Motivos de lucro são inerentes às organizações criminosas, não cabendo reprovação especial. Havendo uma vetorial negativa, fixo pena acima do mínimo, ainda abaixo do termo médio, de três anos e seis meses de reclusão.

Reconheço a atenuante da confissão, art. 65, III, "d", do CP, motivo pelo qual reduzo a pena ao mínimo legal, de três anos de reclusão.

São aplicáveis as causas de aumento do §4º, II e III art. 2.º da Lei n.º 12.650/2013. O próprio Paulo Roberto Costa era funcionário público no sentido do art. 327 do CP e parte dos valores lavados foram destinados ao exterior. Elevo as penas em 1/3 pela presença de duas causas de aumento, fixando elas em quatro anos de reclusão.

Fixo multa proporcional para o crime de pertinência à organização criminosa em oitenta dias multa.

Considerando a dimensão dos crimes e especialmente a capacidade econômica de Paulo Roberto Costa, fixo o dia multa em cinco salários mínimos vigentes ao tempo do fato delitivo (03/2014).

Entre o crime e lavagem e o crime de pertinência à organização criminosa, há concurso material, com o que as penas somadas atingem sete anos e seis meses de reclusão. Quanto às penas de multa, devem ser somadas após o cálculo.

Considerando as regras do art. 33 do Código Penal, fixo o regime semiaberto para o início de cumprimento da pena.

Essa seria a pena definitiva para Paulo Roberto Costa, não houvesse o acordo de colaboração celebrado com a Procuradoria Geral da República e homologado pelo Egrégio Supremo Tribunal Federal.

Pelo art. 4º da Lei nº 12.850/2013, a colaboração, a depender da efetividade, pode envolver o perdão judicial, a redução da pena ou a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.

Cabe somente ao julgador conceder e dimensionar o benefício. O acordo celebrado com o Ministério Público não vincula o juiz, mas as partes às propostas acertadas.

Não obstante, na apreciação desses acordos, para segurança jurídica das partes, deve o juiz agir com certa deferência, sem abdicar do controle judicial.

A efetividade da colaboração de Paulo Roberto Costa não se discute. Prestou informações e forneceu provas relevantíssimas para Justiça criminal de um grande esquema criminoso. Embora parte significativa de suas declarações demande ainda corroboração, já houve confirmação pelo menos parcial do declarado.

Além disso, a renúncia em favor da Justiça criminal de parte dos bens sequestrados garantirá a recuperação pelo menos parcial dos recursos públicos desviados em favor da vítima, a Petrobras.

Não cabe, porém, como pretendido o perdão judicial. A efetividade da colaboração não é o único elemento a ser considerado. Deve ter o Juízo presente também os demais elementos do §1.º do art. 4º da Lei nº 12.850/2013. Nesse aspecto, considerando a gravidade em concreto dos crimes praticados por Paulo Roberto Costa e a elevada reprovabilidade de sua conduta, não cabe perdão judicial.

Adoto, portanto, as penas acertadas no acordo de colaboração premiada.

Observo que há alguma dificuldade para concessão do benefício decorrente do acordo, uma vez que Paulo Roberto Costa responde a várias outras ações penais e o dimensionamento do favor legal dependeria da prévia unificação de todas as penas.

Assim, as penas fixadas nesta sentença serão oportunamente unificadas com as dos outros processos (se neles houver condenações).

A pena privativa de liberdade de Paulo Roberto Costa fica limitada ao período já servido em prisão cautelar, com recolhimento no cárcere da Polícia Federal, de 20/03/2014 a 18/05/2014 e de 11/06/2014 a 30/09/2014, devendo cumprir ainda um ano de prisão domiciliar, com tornozeleira eletrônica, a partir de 01/10/2014, e mais um ano contados de 01/10/2015, desta feita de prisão com recolhimento domiciliar nos finais de semana e durante a noite.

Embora o acordo fale em prisão em regime semiaberto a partir de 01/10/2015, reputo mais apropriado o recolhimento noturno e no final de semana com tornozeleira eletrônica por questões de segurança decorrentes da colaboração e da dificuldade que surgiria em proteger o condenado durante o recolhimento em estabelecimento penal semiaberto.

A partir de 01/10/2016, progredirá o condenado para o regime aberto pelo restante da pena a cumprir, em condições a serem oportunamente fixadas e sensíveis às questões de segurança.

A eventual condenação em outros processos e a posterior unificação de penas não alterará, salvo quebra do acordo, os parâmetros de cumprimento de pena ora fixados.

Eventualmente, se houver aprofundamento posterior da colaboração, com a entrega de outros elementos relevantes, a redução das penas pode ser ampliada na fase de execução.

Caso haja descumprimento ou que seja descoberto que a colaboração não foi verdadeira, poderá haver regressão de regime e o benefício não será estendido a outras eventuais condenações.

Como previsto no acordo e com base no art. 91 do Código Penal, decreto o confisco, como produto do crime, dos bens relacionados na cláusula sexta e oitava do referido acordo, até o montante correspondente

a R\$ 18.645.930,13, e sem prejuízo do confisco do excedente em caso de condenação nos demais processos pelos quais responde Paulo Roberto Costa.

Como condição do acordo, deverá ainda pagar a indenização cível acertada com o Ministério Público Federal, nos termos do acordo, no montante de cinco milhões de reais.

Registro, por oportuno, que, embora seja elevada a culpabilidade de Paulo Roberto Costa, a colaboração demanda a concessão de benefícios legais, não sendo possível tratar o criminoso colaborador com excesso de rigor, sob pena de inviabilizar o instituto da colaboração premiada.

418. Alberto Youssef

Para o crime de lavagem relativo à aquisição do veículo: Alberto Youssef é reincidente, mas o fato será valorado como circunstância agravante. As provas colacionadas neste mesmo feito, inclusive por sua confissão, indicam que passou a dedicar-se à prática profissional de crimes de lavagem, o que deve ser valorado negativamente a título de personalidade. Culpabilidade, conduta social, motivos, comportamento da vítima são elementos neutros. Circunstâncias e consequências devem ser consideradas neutras, pois o crime de lavagem em questão, a aquisição subreptícia da Land Rover, não foi praticado com especial complexidade ou teve especial magnitude. Considerando uma vetorial negativa, fixo, para o crime de lavagem de dinheiro, pena de três anos e seis meses anos de reclusão.

A operação de lavagem, tendo por antecedentes crimes de peculato ou do art. 96 da Lei nº 8.666/1993, tinha por finalidade propiciar o pagamento de vantagem indevida, ou seja, viabilizar a prática de crime de corrupção, devendo ser reconhecida a agravante do art. 61, II, "b", do CP. Observo que, nas circunstâncias do caso, ela não é inerente ao crime de lavagem, já que o dinheiro sujo, proveniente de outros crimes, serviu para executar crime de corrupção.

Deve ser reconhecida a agravante da reincidência, pois Alberto Youssef foi condenado, com trânsito em julgado, por este mesmo Juízo na ação penal 2004.7000006806-4 em 24/06/2004. Observo que não transcorreu tempo superior a cinco anos entre o cumprimento da pena daquela condenação e a retomada da prática delitiva.

Reconheço igualmente a atenuante da confissão, art. 65, III, "d", do CP. Compenso uma agravante com esta atenuante, elevando a pena somente em seis meses, chegando ela a quatro anos de reclusão.

Não há causas de aumento ou diminuição.

Fixo multa proporcional para a lavagem em sessenta dias multa.

Para os crimes de lavagem relativos aos repasses entre o Consórcio Nacional Camargo Correa e as empresas de fachada: Alberto Youssef é reincidente, mas o fato será valorado como circunstância agravante. As provas colacionadas neste mesmo feito, inclusive por sua confissão, indicam que passou a dedicar-se à prática profissional de crimes de lavagem, o que deve ser valorado negativamente a título de personalidade. Culpabilidade, conduta social, motivos, comportamento da vítima são elementos neutros. Circunstâncias devem ser valoradas negativamente. A lavagem, no presente caso, envolveu especial sofisticação, com a realização de dezenas ou centenas de transações subreptícias, simulação de prestação de serviços e superfaturamento de mercadorias, dezenas de contratos e notas fiscais falsas, até mesmo simulação de operação de importações, com transferências internacionais. Sem ainda olvidar que o repasse envolveu não uma, mas seis empresas de fachada. Tal grau de sofisticação, com transnacionalidade inclusive, não é inerente ao crime de lavagem e deve ser valorado negativamente a título de circunstâncias (a complexidade não é inerente ao crime de lavagem, conforme precedente do RHC 80.816/SP, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, 1ª Turma do STF, un., j. 10/04/2001). Consequências devem ser valoradas negativamente. A lavagem envolve a quantia substancial de R\$ 18.645.930,13. Mesmo considerando as operações individualmente, os valores são elevados, tendo só uma delas envolvido R\$ 1.912.000,00. A lavagem de grande quantidade de dinheiro merece reprovação especial a título de consequências. Considerando três vetoriais negativas, fixo, para o crime de lavagem de dinheiro, pena de cinco anos de reclusão.

A operação de lavagem, tendo por antecedentes crimes de peculato ou do art. 96 da Lei nº 8.666/1993, tinha por finalidade propiciar o pagamento de vantagem indevida, ou seja, viabilizar a prática de crime de corrupção, devendo ser reconhecida a agravante do art. 61, II, "b", do CP. Observo que, nas circunstâncias do caso, ela não é inerente ao crime de lavagem, já que o dinheiro sujo, proveniente de outros crimes, serviu para executar crime de corrupção.

Deve ser reconhecida a agravante da reincidência, pois Alberto Youssef foi condenado, com trânsito em julgado, por este mesmo Juízo na ação penal 2004.7000006806-4 em 24/06/2004. Observo que não transcorreu tempo superior a cinco anos entre o cumprimento da pena daquela condenação e a retomada da prática delitiva.

Reconheço igualmente a atenuante da confissão, art. 65, III, "d", do CP. Compenso uma agravante com esta atenuante, elevando a pena somente em seis meses, chegando ela a cinco anos e seis meses de reclusão.

Não há causas de aumento ou diminuição.

Fixo multa proporcional para a lavagem em cento e trinta e cinco dias multa.

Entre todos os crimes de lavagem, inclusive do veículo, reconheço continuidade delitiva. Considerando a quantidade de crimes, vinte e um pelo menos, elevo as penas do crime mais grave em 2/3, chegando elas a nove anos e dois meses de reclusão e duzentos e vinte e cinco dias multa.

Considerando a dimensão dos crimes e especialmente a capacidade econômica de Alberto Youssef, fixo o dia multa em cinco salários mínimos vigentes ao tempo do último fato delitivo (05/2013).

Considerando as regras do art. 33 do Código Penal, fixo o regime fechado para o início de cumprimento da pena.

Essa seria a pena definitiva para Alberto Youssef, não houvesse o acordo de colaboração celebrado com a Procuradoria Geral da República e homologado pelo Egrégio Supremo Tribunal Federal.

Pelo art. 4º da Lei nº 12.850/2013, a colaboração, a depender da efetividade, pode envolver o perdão judicial, a redução da pena ou a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.

Cabe somente ao julgador conceder e dimensionar o benefício. O acordo celebrado com o Ministério Público não vincula o juiz, mas as partes às propostas acertadas.

Não obstante, na apreciação desses acordos, para segurança jurídica das partes, deve o juiz agir com certa deferência, sem abdicar do controle judicial.

A efetividade da colaboração de Alberto Youssef não se discute. Prestou informações e forneceu provas relevantíssimas para Justiça criminal de um grande esquema criminoso. Embora parte significativa de suas declarações demande ainda corroboração, já houve confirmação pelo menos parcial do declarado.

Além disso, a renúncia em favor da Justiça criminal de parte dos bens sequestrados garantirá a recuperação pelo menos parcial dos recursos públicos desviados, em favor da vítima, a Petrobras.

Não cabe, porém, como pretendido o perdão judicial. A efetividade da colaboração não é o único elemento a ser considerado. Deve ter o Juízo presente também os demais elementos do §1.º do art. 4º da Lei nº 12.850/2013. Nesse aspecto, considerando a gravidade em concreto dos crimes praticados por Alberto Youssef, não cabe perdão judicial.

Adoto, portanto, as penas acertadas no acordo de colaboração premiada.

Observo que há alguma dificuldade para concessão do benefício decorrente do acordo, uma vez que Alberto Youssef responde a várias outras ações penais e o dimensionamento do favor legal dependeria da prévia unificação de todas as penas.

Assim, as penas a serem oportunamente unificadas deste com os outros processos (se neles houver condenações), não ultrapassarão o total de trinta anos de reclusão.

Alberto Youssef deverá cumprir somente três anos das penas em regime fechado, ainda que sobrevenham condenações em outros processos e unificações (salvo posterior quebra do acordo), reputando este Juízo o período suficiente para reprovação considerando a colaboração efetuada. Após o cumprimento desses três anos, progredirá diretamente para o regime aberto em condições a serem fixadas e sensíveis a sua segurança.

Inviável benefício igual a Paulo Roberto Costa já que Alberto Youssef já foi beneficiado anteriormente em outro acordo de colaboração, vindo a violá-lo por voltar a praticar crimes, o que reclama maior sanção penal neste momento

Eventualmente, se houver aprofundamento posterior da colaboração, com a entrega de outros elementos relevantes, a redução das penas pode ser ampliada na fase de execução.

Caso haja descumprimento ou que seja descoberto que a colaboração não foi verdadeira, poderá haver regressão de regime e o benefício não será estendido a outras eventuais condenações.

Como previsto no acordo e com base no art. 91 do Código Penal, decreto o confisco, como produto do crime, dos bens relacionados nas cláusulas sétima e oitava do referido acordo, até o montante correspondente a R\$ 18.645.930,13, e sem prejuízo do confisco do excedente em caso de condenação nos demais processos pelos quais responde Alberto Youssef.

Como condição do acordo, deverá ainda pagar a indenização cível acertada com o Ministério Público Federal, nos termos do acordo.

A pena de multa fica reduzida ao mínimo legal, como previsto no acordo.

Registro, por oportuno, que, embora seja elevada a culpabilidade de Alberto Youssef, a colaboração demanda a concessão de benefícios legais, não sendo possível tratar o criminoso colaborador com excesso de rigor, sob pena de inviabilizar o instituto da colaboração premiada.

419. Márcio Andrade Bonilho

Para os crimes de lavagem relativos aos repasses entre o Consórcio Nacional Camargo Correa e as empresas de fachada: Márcio Andrade Bonilho não tem antecedentes registrados no processo. Personalidade Culpabilidade, conduta social, motivos, comportamento da vítima são elementos neutros. Circunstâncias devem ser valoradas negativamente. A lavagem, no presente caso, envolveu especial sofisticação,

com a realização de dezenas ou centenas de transações subreptícias, simulação de prestação de serviços e superfaturamento de mercadorias, dezenas de contratos e notas fiscais falsas, até mesmo simulação de operação de importações, com transferências internacionais. Sem ainda olvidar que o repasse envolveu não uma, mas seis empresas de fachada. Especificamente em relação ao condenado em questão, a utilização de empresas com atividade econômica real, como a Sanko Sider, no ciclo de lavagem de dinheiro consituiu estratégia que dificultou substancialmente a identificação da fraude. Tal grau de sofisticação, com transnacionalidade inclusive, não é inerente ao crime de lavagem e deve ser valorado negativamente a título de circunstâncias (a complexidade não é inerente ao crime de lavagem, conforme precedente do RHC 80.816/SP, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, 1ª Turma do STF, un., j. 10/04/2001). Consequências devem ser valoradas negativamente. A lavagem envolve a quantia substancial de R\$ 18.645.930,13. Mesmo considerando as operações individualmente, os valores são elevados, tendo só uma delas envolvido R\$ 1.912.000,00. A lavagem de grande quantidade de dinheiro merece reprovação especial a título de consequências. Considerando duas vetoriais negativas, fixo, para o crime de lavagem de dinheiro, pena de quatro anos e seis meses de reclusão.

A operação de lavagem, tendo por antecedentes crimes de peculato ou do art. 96 da Lei nº 8.666/1993, tinha por finalidade propiciar o pagamento de vantagem indevida, ou seja, viabilizar a prática de crime de corrupção, devendo ser reconhecida a agravante do art. 61, II, "b", do CP. Observo que, nas circunstâncias do caso, ela não é inerente ao crime de lavagem, já que o dinheiro sujo, proveniente de outros crimes, serviu para executar crime de corrupção.

Reconheço igualmente a atenuante da confissão, embora parcial, art. 65, III, "d", do CP, motivo pelo qual compenso mutuamente a agravante com a atenuante, deixando de alterar a pena base.

Fixo multa proporcional para a lavagem em oitenta e cinco dias multa.

Entre todos os crimes de lavagem, reconheço continuidade delitiva. Considerando a quantidade de crimes, vinte pelo menos, elevo as penas do crime mais grave em 2/3, chegando elas a sete anos e seis meses de reclusão e cento e quarenta e cinco dias multa.

Considerando a dimensão dos crimes e especialmente a capacidade econômica de Márcio Andrade Bonilho, renda mensal declarada de cinquenta mil reais (evento 1.080), fixo o dia multa em cinco salários mínimos vigentes ao tempo do último fato delitivo (05/2012).

Para o crime de pertinência à organização criminosa: Márcio Andrade Bonilho não tem antecedentes registrados no processo. Personalidade, culpabilidade, conduta social, motivos, comportamento da vítima são elementos neutros. Considerando que não se trata de grupo criminoso organizado de tipo mafioso, ou seja, com estrutura rígida e hierarquizada, o que significa menor complexidade, circunstâncias e

consequências não devem ser valoradas negativamente. As demais vetoriais, culpabilidade, conduta social, motivos e comportamento das vítimas são neutras. Motivos de lucro são inerentes à organização criminosas, não cabendo reprovação especial. Fixo pena no mínimo de três anos de reclusão.

Reconheço a atenuante da confissão, ainda que parcial, art. 65, III, "d", do CP, sem reflexo, porém, na pena já que fixada no mínimo legal.

São aplicáveis as causas de aumento do §4º, II e III art. 2.º da Lei n.º 12.650/2013. Paulo Roberto Costa, integrante do grupo era funcionário público no sentido do art. 327 do CP e parte dos valores lavados foram destinados ao exterior. Elevo as penas em 1/3 pela presença de duas causas de aumento, fixando elas em quatro anos de reclusão.

Fixo multa proporcional para o crime de pertinência à organização criminosa de oitenta dias multa.

Considerando a dimensão dos crimes e especialmente a capacidade econômica de Márcio Andrade Bonilho, renda mensal declarada de cinquenta mil reais (evento 1.080), fixo o dia multa em cinco salários mínimos vigentes ao tempo do último fato delitivo (03/2014).

Entre os crimes de lavagem e o crime de pertinência à organização criminosa, há concurso material, motivo pelo qual as penas somadas chegam a onze anos e seis meses de reclusão, que reputo definitivas para Márcio Andrade Bonilho. As penas de multa devem ser somadas após o cálculo do valor.

Considerando as regras do art. 33 do Código Penal, fixo o regime fechado para o início de cumprimento da pena.

420. Waldomiro de Oliveira

Para os crimes de lavagem relativos aos repasses entre o Consórcio Nacional Camargo Correa e as empresas de fachada: Waldomiro de Oliveira não tem antecedentes registrados no processo. Personalidade, culpabilidade, conduta social, motivos, comportamento da vítima são elementos neutros. Circunstâncias devem ser valoradas negativamente. A lavagem, no presente caso, envolveu especial sofisticação, com a realização de dezenas ou centenas de transações subreptícias, simulação de prestação de serviços e superfaturamento de mercadorias, dezenas de contratos e notas fiscais falsas, até mesmo simulação de operação de importações, com transferências internacionais. Sem ainda olvidar que o repasse envolveu não uma, mas seis empresas de fachada. Tal grau de sofisticação, com transnacionalidade inclusive, não é inerente ao crime de lavagem e deve ser valorado negativamente a título de circunstâncias (a complexidade não é inerente ao crime de lavagem, conforme precedente do RHC 80.816/SP, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, 1ª Turma do STF, un., j. 10/04/2001). Consequências devem ser valoradas negativamente. A lavagem envolve a quantia substancial de R\$ 18.645.930,13. Mesmo considerando as operações individualmente, os valores são elevados, tendo só uma delas

envolvido R\$ 1.912.000,00. A lavagem de grande quantidade de dinheiro merece reprovação especial a título de consequências. Considerando duas vetoriais negativas, fixo, para o crime de lavagem de dinheiro, pena de quatro anos e seis meses de reclusão.

A operação de lavagem, tendo por antecedentes crimes de peculato ou do art. 96 da Lei nº 8.666/1993, tinha por finalidade propiciar o pagamento de vantagem indevida, ou seja, viabilizar a prática de crime de corrupção, devendo ser reconhecida a agravante do art. 61, II, "b", do CP. Observo que, nas circunstâncias do caso, ela não é inerente ao crime de lavagem, já que o dinheiro sujo, proveniente de outros crimes, serviu para executar crime de corrupção.

Reconheço igualmente a atenuante da confissão, embora parcial, art. 65, III, "d", do CP, motivo pelo qual compenso mutuamente a agravante com a atenuante, deixando de alterar a pena base.

Fixo multa proporcional para a lavagem em oitenta e cinco dias multa.

Entre todos os crimes de lavagem, reconheço continuidade delitiva. Considerando a quantidade de crimes, vinte pelo menos, elevo as penas do crime mais grave em 2/3, chegando elas a sete anos e seis meses de reclusão e cento e quarenta e cinco dias multa.

Considerando a dimensão dos crimes e especialmente a capacidade econômica de Waldomiro de Oliveira (renda mensal declarada de R\$ 2.500,00 - evento 1.080), fixo o dia multa em um salário mínimo vigentes ao tempo do último fato delitivo (05/2012).

Para o crime de pertinência à organização criminosa: Waldomiro de Oliveira não tem antecedentes registrados no processo. Personalidade, culpabilidade, conduta social, motivos, comportamento da vítima são elementos neutros. Considerando que não se trata de grupo criminoso organizado de tipo mafioso, ou seja, com estrutura rígida e hierarquizada, o que significa menor complexidade, circunstâncias e consequências não devem ser valoradas negativamente. As demais vetoriais, culpabilidade, conduta social, motivos e comportamento das vítimas são neutras. Motivos de lucro são inerentes às organizações criminosas, não cabendo reprovação especial. Fixo pena no mínimo de três anos de reclusão.

Reconheço a atenuante da confissão, ainda que parcial, art. 65, III, "d", do CP, sem reflexo, porém, na pena já que fixada no mínimo legal.

São aplicáveis as causas de aumento do §4º, II e III art. 2.º da Lei nº 12.650/2013. Paulo Roberto Costa, integrante do grupo era funcionário público no sentido do art. 327 do CP e parte dos valores lavados foram destinados ao exterior. Elevo as penas em 1/3 pela presença de duas causas de aumento, fixando elas em quatro anos de reclusão.

Fixo multa proporcional para o crime de pertinência à organização criminosa de oitenta dias multa.

Considerando a dimensão dos crimes e especialmente a capacidade econômica de Waldomiro de Oliveira (renda mensal declarada de R\$ 2.500,00 - evento 1.080), fixo o dia multa em um salário mínimo vigentes ao tempo do último fato delitivo (03/2014).

Entre os crimes de lavagem e o crime de pertinência à organização criminosa, há concurso material, motivo pelo qual as penas somadas chegam a onze anos e seis meses de reclusão, que reputo definitivas para Waldomiro de Oliveira. As penas de multa devem ser somadas após o cálculo do valor.

Considerando as regras do art. 33 do Código Penal, fixo o regime fechado para o início de cumprimento da pena.

421. Leonardo Meirelles

Para os crimes de lavagem relativos aos repasses entre o Consórcio Nacional Camargo Correa e as empresas de fachada: Leonardo Meirelles não tem antecedentes registrados no processo. As provas colacionadas neste mesmo feito, inclusive por sua confissão, indicam que dedicava-se ao crime como meio de vida, sendo uma espécie de operador do mercado de câmbio negro que passou lavar dinheiro, o que deve ser valorado negativamente a título de personalidade. Culpabilidade, conduta social, motivos, comportamento da vítima são elementos neutros. Circunstâncias devem ser valoradas negativamente. A lavagem, no presente caso, envolveu especial sofisticação, com a realização de dezenas ou centenas de transações subreptícias, simulação de prestação de serviços e superfaturamento de mercadorias, dezenas de contratos e notas fiscais falsas, até mesmo simulação de operação de importações, com transferências internacionais. Sem ainda olvidar que o repasse envolveu não uma, mas seis empresas de fachada. Tal grau de sofisticação, com transnacionalidade inclusive, não é inerente ao crime de lavagem e deve ser valorado negativamente a título de circunstâncias (a complexidade não é inerente ao crime de lavagem, conforme precedente do RHC 80.816/SP, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, 1ª Turma do STF, un., j. 10/04/2001). Consequências devem ser valoradas negativamente. A lavagem envolve a quantia substancial de R\$ 18.645.930,13. Mesmo considerando as operações individualmente, os valores são elevados, tendo só uma delas envolvido R\$ 1.912.000,00. A lavagem de grande quantidade de dinheiro merece reprovação especial a título de consequências. Considerando três vetoriais negativas, fixo, para o crime de lavagem de dinheiro, pena de cinco anos de reclusão.

A operação de lavagem, tendo por antecedentes crimes de peculato ou do art. 96 da Lei nº 8.666/1993, tinha por finalidade propiciar o pagamento de vantagem indevida, ou seja, viabilizar a prática de crime de corrupção, devendo ser reconhecida a agravante do art. 61, II, "b", do CP.

Observo que, nas circunstâncias do caso, ela não é inerente ao crime de lavagem, já que o dinheiro sujo, proveniente de outros crimes, serviu para executar crime de corrupção.

Reconheço igualmente a atenuante da confissão, art. 65, III, "d", do CP, motivo pelo qual compenso mutuamente a agravante com a atenuante, deixando de alterar a pena base.

Leonardo Meirelles colaborou com a Justiça no decorrer do processo mesmo sem acordo de colaboração com o MPF. Mais do que confessar, trouxe aos autos elementos relevantes como os contratos juntados no evento 1.071 e em investigações conexas, como a que envolve o ex-Deputado Federal André Vargas, prestou esclarecimentos importantes.

Entretanto, sua colaboração não foi completa, pois, por exemplo, negou-se a declinar os demais clientes que atendeu, fora Alberto Youssef, o que é um indicativo de que seu comprometimento não é total e além disso lhe concede oportunidade para eventualmente retornar a práticas ilícitas no mercado negro de câmbio.

Considerando a colaboração parcial, reduzo as penas em um terço, para três anos e quatro meses de reclusão.

Eventualmente, se houver aprofundamento posterior da colaboração, com a entrega de outros elementos relevantes, a redução das penas pode ser ampliada na fase de execução.

Fixo multa proporcional para o crime de lavagem em trinta e cinco dias multa.

Entre todos os crimes de lavagem, reconheço continuidade delitiva. Considerando a quantidade de crimes, vinte pelo menos, elevo as penas do crime mais grave em 2/3, chegando elas a cinco anos seis meses e vinte dias de reclusão e cinquenta e cinco dias multa.

Considerando a dimensão dos crimes e especialmente a capacidade econômica de Leonardo Meirelles (renda mensal declarada de R\$ 26.000,00 - evento 1.080), fixo o dia multa em cinco salários mínimos vigentes ao tempo do último fato delitivo (05/2012).

Considerando as regras do art. 33 do Código Penal, fixo o regime semiaberto para o início de cumprimento da pena.

422. Leandro Meirelles

Para os crimes de lavagem relativos aos repasses entre o Consórcio Nacional Camargo Correa e as empresas de fachada: Leandro Meirelles não tem antecedentes registrados no processo. Personalidade, Culpabilidade, conduta social, motivos, comportamento da vítima são elementos neutros. Circunstâncias devem ser valoradas negativamente. A lavagem, no presente caso, envolveu especial sofisticação, com a realização

de dezenas ou centenas de transações subreptícias, simulação de prestação de serviços e superfaturamento de mercadorias, dezenas de contratos e notas fiscais falsas, até mesmo simulação de operação de importações, com transferências internacionais. Sem ainda olvidar que o repasse envolveu não uma, mas seis empresas de fachada. Tal grau de sofisticação, com transnacionalidade inclusive, não é inerente ao crime de lavagem e deve ser valorado negativamente a título de circunstâncias (a complexidade não é inerente ao crime de lavagem, conforme precedente do RHC 80.816/SP, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, 1ª Turma do STF, un., j. 10/04/2001). Consequências devem ser valoradas negativamente. A lavagem envolve a quantia substancial de R\$ 18.645.930,13. Mesmo considerando as operações individualmente, os valores são elevados, tendo só uma delas envolvido R\$ 1.912.000,00. A lavagem de grande quantidade de dinheiro merece reprovação especial a título de consequências. Considerando duas vektoriais negativas, fixo, para o crime de lavagem de dinheiro, pena de quatro anos de reclusão.

A operação de lavagem, tendo por antecedentes crimes de peculato ou do art. 96 da Lei nº 8.666/1993, tinha por finalidade propiciar o pagamento de vantagem indevida, ou seja, viabilizar a prática de crime de corrupção, devendo ser reconhecida a agravante do art. 61, II, "b", do CP. Observo que, nas circunstâncias do caso, ela não é inerente ao crime de lavagem, já que o dinheiro sujo, proveniente de outros crimes, serviu para executar crime de corrupção.

Reconheço igualmente a atenuante da confissão, embora parcial, art. 65, III, "d", do CP, motivo pelo qual compenso mutuamente a agravante com a atenuante, deixando de alterar a pena base.

Fixo multa proporcional para a lavagem em trinta e cinco dias multa.

Entre todos os crimes de lavagem, reconheço continuidade delitiva. Considerando a quantidade de crimes, vinte pelo menos, elevo as penas do crime mais grave em 2/3, chegando elas a seis anos e oito meses de reclusão e cinquenta e cinco dias multa.

Considerando a dimensão dos crimes e especialmente a capacidade econômica de Leandro Meirelles (renda mensal declarada de R\$ 8.000,00 - evento 1.025), fixo o dia multa em dois salários mínimos vigentes ao tempo do último fato delitivo (05/2012).

Considerando as regras do art. 33 do Código Penal, fixo o regime semiaberto para o início de cumprimento da pena.

423. Pedro Argese Júnior

Para os crimes de lavagem relativos aos repasses entre o Consórcio Nacional Camargo Correa e as empresas de fachada: Pedro Argese Júnior não tem antecedentes registrados no processo. Personalidade, Culpabilidade, conduta social, motivos, comportamento da

vítima são elementos neutros. Circunstâncias devem ser valoradas negativamente. A lavagem, no presente caso, envolveu especial sofisticação, com a realização de dezenas ou centenas de transações subreptícias, simulação de prestação de serviços e superfaturamento de mercadorias, dezenas de contratos e notas fiscais falsas, até mesmo simulação de operação de importações, com transferências internacionais. Sem ainda olvidar que o repasse envolveu não uma, mas seis empresas de fachada. Tal grau de sofisticação, com transnacionalidade inclusive, não é inerente ao crime de lavagem e deve ser valorado negativamente a título de circunstâncias. Consequências devem ser valoradas negativamente (a complexidade não é inerente ao crime de lavagem, conforme precedente do RHC 80.816/SP, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, 1ª Turma do STF, un., j. 10/04/2001). A lavagem envolve a quantia substancial de R\$ 18.645.930,13. Mesmo considerando as operações individualmente, os valores são elevados, tendo só uma delas envolvido R\$ 1.912.000,00. A lavagem de grande quantidade de dinheiro merece reprovação especial a título de consequências. Considerando duas vetoriais negativas, fixo, para o crime de lavagem de dinheiro, pena de quatro anos de reclusão.

A operação de lavagem, tendo por antecedentes crimes de peculato ou do art. 96 da Lei nº 8.666/1993, tinha por finalidade propiciar o pagamento de vantagem indevida, ou seja, viabilizar a prática de crime de corrupção, devendo ser reconhecida a agravante do art. 61, II, "b", do CP. Observo que, nas circunstâncias do caso, ela não é inerente ao crime de lavagem, já que o dinheiro sujo, proveniente de outros crimes, serviu para executar crime que não figurava nos antecedentes.

Reconheço igualmente a atenuante da confissão, embora parcial, art. 65, III, "d", do CP, motivo pelo qual compenso mutuamente a agravante com a atenuante, deixando de alterar a pena base.

A participação de Pedro Argese Júnior foi de menor importância, já que no subgrupo no qual atuava era ainda subordinado a Leonardo Meirelles e sequer teria participado de forma intensa nas operações de câmbio fraudulentas. Assim e com base no art. 29, §1º, do CP, reduzo a pena em um terço, para dois anos e oito meses de reclusão.

Fixo multa proporcional para a lavagem em dez dias multa.

Entre todos os crimes de lavagem, reconheço continuidade delitiva. Considerando a quantidade de crimes, vinte pelo menos, elevo as penas do crime mais grave em 2/3, chegando elas a quatro anos, cinco meses e dez dias de reclusão e dezesseis dias multa.

Considerando a dimensão dos crimes e especialmente a capacidade econômica de Pedro Argese Júnior (renda mensal declarada de R\$ 10.000,00 - evento 1.025), fixo o dia multa em dois salários mínimos vigentes ao tempo do último fato delitivo (05/2012).

Considerando as regras do art. 33 do Código Penal, fixo o regime semiaberto para o início de cumprimento da pena.

424. Esdra de Arantes Ferreira

Para os crimes de lavagem relativos aos repasses entre o Consórcio Nacional Camargo Correa e as empresas de fachada: Esdra de Arantes Ferreira não tem antecedentes registrados no processo. Personalidade, Culpabilidade, conduta social, motivos, comportamento da vítima são elementos neutros. Circunstâncias devem ser valoradas negativamente. A lavagem, no presente caso, envolveu especial sofisticação, com a realização de dezenas ou centenas de transações subreptícias, simulação de prestação de serviços e superfaturamento de mercadorias, dezenas de contratos e notas fiscais falsas, até mesmo simulação de operação de importações, com transferências internacionais. Sem ainda olvidar que o repasse envolveu não uma, mas seis empresas de fachada. Tal grau de sofisticação, com transnacionalidade inclusive, não é inerente ao crime de lavagem e deve ser valorado negativamente a título de circunstâncias (a complexidade não é inerente ao crime de lavagem, conforme precedente do RHC 80.816/SP, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, 1ª Turma do STF, un., j. 10/04/2001). Consequências devem ser valoradas negativamente. A lavagem envolve a quantia substancial de R\$ 18.645.930,13. Mesmo considerando as operações individualmente, os valores são elevados, tendo só uma delas envolvido R\$ 1.912.000,00. A lavagem de grande quantidade de dinheiro merece reprovação especial a título de consequências. Considerando duas vetoriais negativas, fixo, para o crime de lavagem de dinheiro, pena de quatro anos de reclusão.

A operação de lavagem, tendo por antecedentes crimes de peculato ou do art. 96 da Lei nº 8.666/1993, tinha por finalidade propiciar o pagamento de vantagem indevida, ou seja, viabilizar a prática de crime de corrupção, devendo ser reconhecida a agravante do art. 61, II, "b", do CP. Observo que, nas circunstâncias do caso, ela não é inerente ao crime de lavagem, já que o dinheiro sujo, proveniente de outros crimes, serviu para executar crime que não figurava nos antecedentes.

Reconheço igualmente a atenuante da confissão, embora parcial, art. 65, III, "d", do CP, motivo pelo qual compenso mutuamente a agravante com a atenuante, deixando de alterar a pena base.

A participação de Esdra de Arantes Ferreira foi de menor importância, já que no subgrupo no qual atuava era ainda subordinado a Leonardo Meirelles e sequer teria participado de forma intensa nas operações de câmbio fraudulentas. Assim e com base no art. 29, §1º, do CP, reduzo a pena em um terço, para dois anos e oito meses de reclusão.

Fixo multa proporcional para a lavagem em dez dias multa.

Entre todos os crimes de lavagem, reconheço continuidade delitiva. Considerando a quantidade de crimes, vinte pelo menos, elevo as penas do crime mais grave em 2/3, chegando elas a quatro anos, cinco meses e dez dias de reclusão e dezesseis dias multa.

Considerando a dimensão dos crimes e especialmente a capacidade econômica de Esdra de Arantes Ferreira (renda mensal declarada de cinco mil reais - evento 1.025), fixo o dia multa em dois salários mínimos vigentes ao tempo do último fato delitivo (05/2012).

Considerando as regras do art. 33 do Código Penal, fixo o regime semiaberto para o início de cumprimento da pena.

425. O período em que os condenados encontram-se ou ficaram presos, deve ser computado para fins de detração da pena (item 37).

426. Considerando a gravidade em concreto dos crimes em questão e que os condenados estavam envolvido na prática habitual, sistemática e profissional de crimes contra a Petrobras, fica mantida nos termos das decisões judiciais pertinentes as prisões cautelares vigentes contra Alberto Youssef e Paulo Roberto Costa, ainda que este último em regime domiciliar (evento 22 do processo 5001446-62.2014.404.7000 e evento 58 do processo 5014901-94.2014.404.7000).

427. Quanto aos demais, não estando em vigor prisão cautelar e não tendo o MPF requerido a sua decretação para a fase recursal, reputo oportuno postura prudente e permitir o apelo em liberdade.

428. Com base no art. 387, IV, do CPP, fixo em R\$ 18.645.930,13 o valor mínimo necessário para indenização dos danos decorrentes dos crimes, a serem pagos à Petrobras, com correção monetária a partir de cada pagamento segundo datas da planilha referida no item 164. Esta condenação não se aplica a Alberto Youssef e Paulo Roberto Costa, sujeitos a indenizações específicas previstas no acordo de colaboração. Do valor poderá ser abatido os bens confiscados, caso não fiquem comprometidos também por confisco em outros processos.

429. Deverão os condenados também arcar com as custas processuais.

430. Transitada em julgado, lancem o nome dos condenados no rol dos culpados. Procedam-se às anotações e comunicações de praxe (inclusive ao TRE, para os fins do artigo 15, III, da Constituição Federal).

Curitiba/PR, 22 de abril de 2015.

5026212-82.2014.4.04.7000

700000602169 .V12 SFM© SFM